



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 621 - DE 11 A 25 DE OUTUBRO DE 2020 - R\$ 4,00

Armado o circo eleitoral das promessas

**Chamamos os explorados, pobres
e miseráveis a não confiarem
em nenhum partido e candidato**

Chamamos a confiarem em suas próprias forças coletivas, em seus métodos de luta e em sua organização independente. Chamamos a defenderem os empregos, salários, direitos trabalhistas e saúde pública, exigindo que as centrais e sindicatos organizem um movimento que paralise os locais de trabalho e ganhe as ruas. Chamamos os operários, camponeses pobres e classe média arruinada a se enfileirarem por trás da bandeira do governo operário e camponês, expressão governamental da revolução proletária



**O POR ABRE SUA CAMPANHA EM DEFESA DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO RUSSA, QUE PERFAZ 103 ANOS**

**Viva a luta do proletariado internacional
pelo comunismo, sociedade
sem exploradores e explorados!**

**Reconstruir o Partido Mundial da Revolução
Socialista, a IV Internacional!**

Montado o circo eleitoral

A luta pela independência política e organizativa dos explorados

As eleições são um importante componente da democracia burguesa. Esse caráter de classe é determinante. Os eleitos e a governabilidade têm a função de administrar o Estado capitalista. Governa-se para a burguesia, embora seja o povo quem elege. E o povo é formado pela maioria explorada e oprimida. Em sua composição, está a classe operária, a classe média urbana e a pequena-burguesia rural. A maioria do povo, portanto, é constituída de pobres e miseráveis.

Uma importante parcela, mais da metade, enfrenta o desemprego e o subemprego. Milhões dependem de programas assistenciais, para não morrer de fome. O mais abrangente é o “Bolsa-Família”. As condições de trabalho têm piorado. Somadas ao desemprego e subemprego, se tem a tendência predominante de agravamento da pobreza e miséria.

Desde 1989, excetuando os golpes de Estado, que, por meio do impeachment, em dezembro de 1992, obrigou Collor de Mello a renunciar, e, em 2016, derrubou o governo de Dilma Rousseff, os presidentes têm sido eleitos. Governadores e prefeitos também são eleitos. Excetuando alguns afastamentos, motivados por escândalos de corrupção, a maioria termina seu mandato. O estado do Rio de Janeiro é exemplar, nesse sentido. Nesse exato momento, o governador foi destituído, e o prefeito concorre ao pleito sub judice.

Novas eleições renovam a esperança na população de que tudo se arranjará. Entram e saem, periodicamente, presidente, governadores e prefeitos, e a vida da maioria explorada, no entanto, caminha de mal a pior.

Constata-se, por outro lado, que os exploradores concentram mais riqueza, e uma camada da classe média alta se torna mais luxuosa. A minoria capitalista, e a estreita faixa de ricos da classe média, se assentam sobre a vasta maioria de pobres e miseráveis. São parasitas do trabalho da multidão que, diariamente, produz nas fábricas, nas oficinas, nos campos, e que permite funcionar o comércio e os serviços. E são algozes da multidão de desempregados e subempregados, que passam todo tipo de necessidade.

É para manter essa minoria parasitária que se elegem novos governantes. Mudam-se os partidos e os nomes, mudam-se aspectos da diretriz econômica, mudam-se as orientações políticas, mas não se mudam a relação de classe entre a minoria exploradora e a maioria explorada, e entre a riqueza concentrada e a pobreza disseminada. Eis por que, inevitavelmente, as eleições são decididas pelo poder econômico da minoria, e não pelo poder de voto da maioria.

Chegado o momento eleitoral, monta-se o circo das candidaturas e das promessas. Não há melhor forma de caçar o voto que a mentira. Mas, não basta ser um acrobata da mentira. É preciso ter os meios para tornar a mentira em verdade, aos olhos da maioria explorada. Meios econômicos, políticos e ideológicos não faltam, para a burguesia ditar o curso das eleições. Não somente o dinheiro decide, apesar de ser o principal ator. Os aparatos dos meios de comunicação, igrejas, ONGs, agentes comunitários, narcotráfico, etc. têm um enorme poder eleitoral sobre as massas. São instrumentos políticos e ideológicos do poder econômico.

Diante das eleições, põem-se a promover os partidos e candidaturas, segundo os interesses gerais das burguesias, bem como os seus próprios. É natural que assim seja, para os partidos orgânicos da burguesia. Mas, não o é, para os partidos de esquerda, que se tornam auxiliares no movimento dos aparatos, que alimentam as ilusões democráticas dos pobres e miseráveis.

Sem um poderoso partido revolucionário, não é possível utilizar taticamente as eleições, com candidaturas próprias, para se opor ao circo eleitoral, combater os partidos da burguesia, expor às massas a estratégia própria de poder, despertá-las para a ação coletiva e desenvolver a consciência de classe do proletariado.

Estas eleições municipais têm a particularidade de ocorrer sob a mortal pandemia, e o avanço da crise econômica. A política burguesa do isolamento social tão somente serviu para justificar as ações como as previstas na MP 936, que permitiram reduzir salários, suspender contratos e impulsionar a flexibilização capitalista do trabalho, bem como a onda de demissões em massa. A capitulação das direções sindicais, dos partidos reformistas e centristas resultou da sujeição à ofensiva do governo e da burguesia contra as massas. Assim, as eleições municipais estão marcadas politicamente pela desorganização da classe operária e demais explorados. O que vem facilitando a arregimentação dos pobres e miseráveis pelos partidos orgânicos da burguesia, inclusive pelos partidos da ultradireita bolsonarista.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe em meio às eleições é a de lutar pela independência de classe dos explorados. A defesa do voto nulo, apresentação de um programa de reivindicações, e o chamado à constituição de uma frente única para pôr em pé um movimento de massa, permitem intervir nas eleições com a estratégia própria de poder, que é o governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

A resolução sobre as eleições municipais abaixo foi discutida e aprovada no dia 4 de outubro.

Resolução sobre as eleições municipais

1. As eleições são o terreno das disputas interburguesas. Significa que qualquer que seja o resultado eleitoral, predominam os partidos da burguesia, que expressam o poder econômico. Nesse sentido geral, tanto faz se as eleições são nacionais, estaduais ou municipais. Evidentemente, as eleições presidenciais condicionam os demais níveis de funcionamento da democracia burguesa. No momento, se trata das eleições municipais, para prefeitos e vereadores.
2. A hegemonia de um ou outro partido, no controle dos municípios, servirá de base para as eleições presidenciais. Essa definição somente se pode dar entre os mais poderosos partidos da burguesia, MDB, PSDB, DEM e PT. Os demais se valem das eleições municipais, para aumentar a sua influência sobre a massa de eleitores, e se projetar no plano estadual e nacional. Como partidos que sobrevivem da fatia obtida no legislativo, necessitam de ter uma base de apoio nos municípios.
3. As frentes eleitorais, no primeiro turno, não interessam aos partidos. Mesmo os partidos de esquerda preferem as candidaturas próprias, como forma de se popularizarem. No segundo turno, via de regra, se enfileiram por trás do candidato mais forte do reformismo e, em certos casos, mesmo por trás de um candidato dos grandes partidos, que julguem mais “progressista”. As alianças eleitorais são ditadas, quase sempre, por interesses nos cargos na máquina municipal. Nos casos ideológicos, se procura qualificar o candidato, antes adversário, de pertencente ao campo “progressista”, de “esquerda”, etc. O oportunismo se manifesta abertamente nas disputas eleitorais em geral, e, em particular, nas municipais.
4. Sem exceção, todos os partidos vão à caça ao voto, utilizando-se das necessidades mais prementes da população pobre, denominada de periferia, no caso dos centros urbanos, em que as massas se concentram. Moradia, água, luz, saneamento, educação, saúde e segurança são os problemas recorrentes em todas as plataformas eleitorais. As esquerdas fazem referência aos empregos, salários e direitos, como um complemento. Dado o impacto das demissões no período pandêmico, os partidos da burguesia também se veem obrigados a enfatizar a demagogia sobre a criação de empregos e a proteção daqueles denominados de “vulneráveis”. No fundamental, não podem ir além de promessas de melhoria e, nos casos mais avançados, procuram convencer os eleitores de que é com a “organização popular” que se conquistarão as melhorias. Casos sejam eleitos, se dedicarão a organizar movimentos de moradia, saúde, creche, escolas, etc.
5. Nota-se que as discriminações, que quase sempre são destacadas pelos reformistas e centristas, passaram a ser utilizadas pelos candidatos de partidos burgueses, que vêm tomando para si a bandeira de “redução das desigualdades”. O mesmo se passa com a violência policial, que atinge, principalmente, jovens pobres e negros. Uma das características dessas eleições é que se procura dar um tom geral de oposição ao bolsonarismo, o que abrange um espectro bem mais amplo que o do reformismo e centrismo. Em todos os casos, oculta-se o caráter de classe da opressão sobre a mulher, negro, indígena e homossexual. De maneira que se prometem políticas públicas para acabar com as desigualdades.
6. As eleições municipais, nos grandes centros, contam com a presença desses movimentos. As associações e os denominados agentes comunitários, que se dizem autônomos, se tornam o centro de interesse de todos os partidos. Os mais bem-sucedidos são aqueles que obtêm apoio das igrejas e dos aparatos do Estado. Aproveitando a pandemia, projetaram o assistencialismo, incentivado pelos governos e grupos empresariais. Nesse momento, os aparatos de católicos, evangélicos, associações, ONGs, etc. despontam como cabos eleitorais, valendo-se da campanha filantrópica. Nem sempre os reformistas predominam, apesar de controlarem os movimentos de bairro. O poder econômico não deixa de condicionar as eleições municipais. Fazem parte dele, não apenas os grandes capitalistas, mas também os pequenos e médios. A rede de negócios familiares funciona junto às igrejas, associações e agentes comunitários.

Na ausência de um poderoso partido revolucionário, aumenta ainda mais a confusão entre as massas, em torno à real identidade dos partidos, e torna-se impossível divisar, minimante, o conteúdo de classe de suas políticas.

7. A decomposição do processo eleitoral nas grandes cidades chegou a tal ponto que o narcotráfico passou a ter muita importância, ao lado das igrejas, associações e ONGs. Especificamente, no Rio de Janeiro, destacam-se as milícias. As ameaças e a violência passaram a ser um fator de relevância. Não só impõem candidatos, patrocinam campanhas, como também influenciam determinados partidos. Sempre, nas eleições, imperam os interesses de grupos capitalistas. O narcotráfico, milícias, igrejas, etc., ou são parte direta, ou convivem com o poder econômico. Os conflitos entre forças legais e ilegais não suprimem o fato de serem desdobramentos das forças econômicas.
8. Em toda eleição, as massas são arrastadas sem poder compreender o caráter de classe dos partidos, a que fração da burguesia estão ligados, ou a que camada da pequena-burguesia estão enraizados. Na ausência de um poderoso partido revolucionário, aumenta ainda mais a confusão entre as massas, em torno à real identidade dos partidos, e torna-se impossível divisar, minimante, o conteúdo de classe de suas políticas. Todos os candidatos falam em nome dos interesses do povo, dos pobres, dos mais “carentes” e “vulneráveis”. As necessidades dos oprimidos são usadas

para ocultar a política burguesa, ou a impotente política pequeno-burguesa.

9. O que move, eleitoralmente, as massas são as ilusões democráticas. Em resumo, consistem na incompreensão do seu caráter burguês, na impossibilidade de identificar o conteúdo de classe dos partidos (e candidaturas), nas promessas de solução de seus problemas, e na esperança de melhorias de suas condições de existência. As massas oprimidas – que no dia-a-dia sofrem as brutais consequências da exploração patronal, da falta de emprego, do predomínio do subemprego e dos salários de fome – são arrebanhadas por trás da propaganda eleitoral, para a qual contribuem decisivamente as instituições (igrejas) e organizações (associações, ONGs). As ilusões democráticas são reflexos da profunda inconsciência dos explorados sobre sua condição de escravos dos capitalistas, vítimas da catequese religiosa, e objetos dos interesses econômicos dos grupos que dominam os bairros operários, favelas e cortiços. Os oprimidos, desorganizados e profundamente despolitizados, são levados a acreditar que um novo prefeito e vereador poderão ser a solução para os seus problemas.

As esquerdas reformistas e centristas só fazem ocultar que as prefeituras e suas câmaras municipais não passam de uma unidade do Estado burguês. Estão na mais completa dependência do poder político geral dos capitalistas, latifundiários, banqueiros e comerciantes.

10. A exploração das ilusões democráticas é um meio fundamental das disputas eleitorais. Os partidos da situação dizem que fizeram muita coisa, apesar das dificuldades; e os da oposição dirão que as escolas estão depredadas, que falta posto de saúde, que as crianças precisam de creches, que as ruas estão esburacadas, que o esgoto a céu aberto provoca doenças, que o dinheiro público foi desviado de suas funções, que a corrupção campeia solta, e por aí vai. A guerra eleitoral é travada sobre o campo das ilusões democráticas das massas. A caça aos votos se realiza com a intensa pressão sobre a inconsciência de classe das massas, sobre como funciona de fato o poder municipal, estadual e federal.
11. As esquerdas reformistas e centristas têm um papel significativo na utilização da boa-fé dos explorados e, portanto, das ilusões democráticas. Como se comportam, quase sempre, como oposição à direita burguesa, procuram convencer os oprimidos de que seus problemas não se resolvem porque quem está no poder representa as “elites”, e que eles, ao contrário, vêm de baixo. De forma que, mudando a política, se começa a resolver a agonia da falta de postos de saúde, das escolas depredadas, etc. A “elite” no poder usa o dinheiro público, para os ricos, e desvia parte para a corrupção. A oposição, estando no poder, iria mudar essa política. Assim, procuram convencer os pobres e miseráveis a votar certo. As esquerdas reformistas e centristas só fazem ocultar que as prefeituras e suas câmaras municipais não passam de uma unidade do Estado burguês. Estão na mais completa dependência do poder político geral dos capitalistas, latifundiários, banqueiros e comerciantes.

Não passa de impostura a propaganda de que a derrota das “elites” nas eleições possibilita a salvação das escolas, da saúde, etc.

12. Os reformistas e centristas recorrem ao argumento persuasivo da participação, influência e decisão popular. É como se, com a eleição de um prefeito e de vereadores, identificados com os problemas da população, retira-se o poder das “elites”, e se o transfere aos oprimidos, que precisam das escolas bem equipadas, com professores comprometidos com a educação, com acesso à saúde, etc. Esse novo “poder popular” se conseguiria com a constituição de conselhos e assembleias populares. O novo prefeito, portanto, não governaria o município com a “classe dominante” (evita-se, no linguajar dos reformistas, denominar a “elite” como burguesia, capitalista), mas contra ela, e com a população sofrida. A ilusão de que, com as eleições de reformistas e esquerdistas, as “elites” cederão passagem, e os oprimidos vão levantar um “poder popular”, capaz de forçar essa solução política, é transmitida às massas, que devem acreditar no milagre do voto.

13. Há, certamente, diferenças sensíveis entre os municípios do Brasil afora. A primeira e mais visível é aquela que distingue os grandes centros urbanos e a imensa maioria de pequenos e médios municípios. Nas megalópoles, se reúnem todas as chagas sociais do capitalismo. É onde as disputas interburguesas assumem, com mais

clareza, a estratégia e os interesses políticos das frações capitalistas, e onde a classe média tem um enorme valor para decidir o resultado eleitoral. Por expressarem o desenvolvimento do capitalismo, é nos grandes centros que se encontram o proletariado e demais assalariados. Na maioria dos municípios, a ausência ou a pequeníssima presença da classe operária dão um caráter provincial às eleições. É como se as disputas eleitorais se dessem à margem das classes. Nota-se, porém, que nos poderes locais, sem exceção, está presente uma oligarquia econômica, que dita as condições de funcionamento da municipalidade. Essa oligarquia vem adaptando-se ao desenvolvimento do capitalismo, substituindo o velho coronelismo por um novo coronelismo. Nos estados e municípios em que as antigas formas de pré-capitalismo subsistem, entrelaçadas com as formas plenamente capitalistas, o poder local continua a ser regido pela burguesia latifundiária e pelos mais poderosos comerciantes.

14. As diferenças são tomadas pelos reformistas e centristas, como se as eleições se limitassem às características e aos problemas locais. Desconhecem que são reflexos particulares do capitalismo de economia combinada, de onde e por onde as classes se diferenciam e se movem. Não é porque, nos grandes centros, se concentra a luta entre o proletariado e a burguesia, que, nos municípios, marcados pelos conflitos agrários, entre camponeses e latifundiários, pequenos e médios agricultores, com os capitalistas agroindustriais e com os fortes comerciantes, que a luta de classes do proletariado contra a burguesia não exista, ou que seja de menor importância. As formas de luta de classes

nos municípios agrários ou semiagrários, em última instância, são expressão do capitalismo, de suas leis gerais, e do antagonismo entre o proletariado e a burguesia.

15. As particularidades dos municípios e as relações de classe não se sustentam em si mesmas. Estão condicionadas pelo desenvolvimento geral das forças produtivas capitalistas e das formas dominantes da grande propriedade. As formas pré-capitalistas e o atraso que marcam a maioria dos estados e municípios estão subordinados às formas e ao avanço pleno do capitalismo. São o grau de desenvolvimento das forças produtivas, das formas de propriedade e da polarização das classes fundamentais do capitalismo que devem estar na base de qualquer luta política, em qualquer lugar, e em toda unidade federativa do País, mesmo nos mais distantes municípios agrários-indígenas. E, para isso, é preciso organizar a vanguarda revolucionária e, portanto, o partido marxista-leninista-trotskista. O que não depende, nem ocorrerá por meio de participação nas eleições. Participação essa que é um subproduto da luta revolucionária do proletariado pelo socialismo.
16. Na ausência do partido marxista legalizado, prevalecem as disputas eleitorais entre os partidos oligárquicos da burguesia, partidos reformistas e partidos centristas. Nesse quadro desfavorável à política revolucionária do proletariado, prevalecem as posições dominantes dos partidos burgueses orgânicos. Em meio a elas, o reformismo e centrismo procuram se potenciar. Nesse embate geral, o bolsonarismo e antibolsonarismo. Assim, se oculta o problema fundamental do poder, que é de classe. Os reformistas e centristas aproveitam para apresentar plataformas municipais específicas, como se fossem, no plano político, expressão do anti-bolsonarismo, e não da luta proletária contra a burguesia e o capitalismo. Luta que, evidentemente, passa pelo particular combate à variante burguesa da ultradireita fascizante, identificada, no momento, como bolsonarista. Os reformistas e centristas concentram no alvo Bolsonaro, porque têm como objetivo as eleições presidenciais, apesar de distantes.
17. Identifica-se o oportunismo dos reformistas e centristas pela omissão – quando não pelo combate aberto – dos fundamentos do programa de transformação do capitalismo em socialismo, da estratégia da ditadura do proletariado, dos métodos da luta de classes e das principais tarefas do momento. Os problemas locais que afligem os explorados são parte e manifestações da economia capitalista e da dominação burguesa. Ao separá-los do programa geral, se valem do oportunismo. A defesa da estratégia do governo operário e camponês, dos métodos e meios para derrubar o poder da burguesia, é obrigatória em toda a luta das massas, por suas reivindicações, e em toda luta política no

**Organizar uma
frente única
nacional de luta
em defesa dos
empregos, salários
e direitos.**

**NENHUMA ILUSÃO NAS
ELEIÇÕES BURGUESAS.**

**Lutar contra a fome e a miséria,
sob a estratégia da revolução
e ditadura do proletariado.
Governo operário e camponês.**



POR

**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

campo das eleições. Não são as características particulares das eleições municipais que vão tornar o programa da revolução social dispensável. Mas, para os oportunistas e eleitoreiros, essa proposição marxista é considerada como ultraesquerdista. O oportunismo luta com essa arma contra a defesa do programa proletário em todas as circunstâncias da luta de classes, mas em especial nas eleições.

18. A estratégia revolucionária guia, em todas as circunstâncias, a aplicação da política do partido marxista. E a estratégia que corresponde à luta contra a burguesia no Brasil é a do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado. A função histórica do partido é a de mostrar, pela experiência, à classe operária e aos demais explorados, o caminho da tomada do poder. Não é porque as eleições sejam municipais, momento em que despertam interesses imediatos-locais nas massas,

e em que se destacam as diferenças entre os municípios, que a estratégia perca sua função de dirigir a política do partido. Mas, para os reformistas e centristas, omitir a estratégia é a condição para arregimentar eleitoralmente os explorados desorganizados, inconscientes e premidos pelas necessidades mais elementares.

19. O capitalismo da época imperialista é de contrarreformas. Nos países semicoloniais, as reformas possíveis foram feitas. No caso do Brasil, a burguesia industrializante adotou a CLT e várias leis de defesa das massas, ainda que limitadas, a exemplo da Previdência social. A regulamentação da jornada de oito horas, por exemplo, que a classe operária empunhou em suas greves, foi um progresso, que já tinha há muito sido adotada nos países

adiantados e imperialistas. No pós-Segunda Guerra, a socialdemocracia se potenciou, utilizando-se da ilusão democrática de que era possível limitar o capital, e assentar o “Estado de bem-estar social”. Há cerca de cinquenta anos, as crises mundiais retomaram seu curso natural, ditado pela contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. Não há um só país que ostente reformas em oposição às contrarreformas, que destroem velhas conquistas do proletariado e das massas em geral. As promessas de melhoria da vida social local não passam de imposturas dos oportunistas, de toda a laia.

20. Os explorados brasileiros estão diante de um retrocesso em suas conquistas, até então desconhecido. As contrarreformas trabalhista e previdenciária assestaram um golpe de grande magnitude sobre as condições de existência da maioria oprimida. Agora, sob o impacto da pandemia, o governo, o Congresso Nacional e os capitalistas aproveitaram para avançar na implantação das contrarreformas, e ampliá-las. As demissões massivas, que vêm ocorrendo desde a queda econômica de 2014, potenciaram a pobreza, miséria e fome. O reformismo, que comanda a mais po-

derosa fração sindical burocrática, se submeteu à política burguesa do isolamento social e das medidas antioperárias e antipopulares do governo Bolsonaro e Congresso Nacional. Os explorados foram pegos de surpresa. Desarmados de sua organização independente, não puderam reagir. Não tiveram como se defender com um plano de emergência e com os métodos próprios de luta. Os acordos de demissões e de redução dos salários se proliferaram na cadeia produtiva. A traição dos reformistas e das burocracias sindicais de todas as cores marca a situação presente. É nessas condições que se realizam as eleições municipais.

21. As esquerdas centristas seguiram a burocracia sindical. Não foram capazes de rechaçar, na prática, as medidas antioperárias. De uma forma ou de outra, se colocaram em posição seguidista, de quem se deixou amarrar as mãos pela política burguesa do isolamento social, e pela campanha burguesa assumida pelos reformistas e burocratas sindicais. Uma vez paralisados, não se colocaram por organizar uma frente de combate à ofensiva do governo e da burguesia. O que permitiria denunciar o colaborem reacionário das direções das centrais e dos sindicatos. Chegaram a se enfileirar por trás da frente demagógica, orquestrada pelos reformistas e burocratas, em torno ao impeachment e ao “Fora Bolsonaro”. Isso quando a única forma consequente e revolucionária de combater o governo ultradireitista era o de organizar a luta em torno à defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública; e em torno à defesa do fim das contrarreformas. As esquerdas centristas, expressões do reformismo pequeno-burguês, em destaque, principalmente, o PSOL, já estavam de olho nas eleições municipais. Foi um alívio, quando puderam se lançar à corrida eleitoral, podendo assim sair da inércia política. A vanguarda com consciência de classe deve desmascarar os eleitores pequenos-burgueses, que, agora, posam de alternativa aos explorados, buscando os votos que escaparão da influência dos velhos partidos da burguesia e do reformismo petista.
22. A tática de intervenção nas eleições tem por conteúdo a defesa da independência de classe do proletariado e dos demais explorados. Por se tratar de um campo de disputas interburguesas, o partido revolucionário jamais a utiliza para chegar ao poder. Os marxistas seguem a tática leninista, que melhor foi aplicada. Em seu fundamento, a tática eleitoral está subordinada à tática da ação direta, que

A tática de intervenção nas eleições tem por conteúdo a defesa da independência de classe do proletariado e dos demais explorados. Por se tratar de um campo de disputas interburguesas, o partido revolucionário jamais a utiliza para chegar ao poder.

corresponde à luta de classe para o proletariado derrubar o poder da burguesia e estabelecer seu poder próprio. Assim, a intervenção nas eleições é secundária e auxiliar na luta pelo governo operário e camponês. Jamais a estratégia revolucionária se apoia nas eleições e na utilização da tática eleitoral. A luta pela independência de classe se coloca nos momentos eleitorais, precisamente pela necessidade de combater as ilusões democráticas, demonstrar às massas a política do proletariado, e ajudá-las a identificar o conteúdo e as diferenças de classe. O fato de não se ter o partido marxista-leninista-trotskista legalizado, condição para ter candidaturas próprias, não desobriga a vanguarda revolucionária de intervir nas eleições, se utilizando da bandeira de voto nulo.

23. Nas eleições municipais, não se identifica a disputa interburguesa em torno ao poder, como nas eleições presidenciais. Mas, não há dúvida de que é parte desse objetivo. A conquista de prefeituras pelo reformismo e pelo centrismo não a torna uma trincheira da luta do proletariado pelo poder.

Temos experiência suficiente nesse sentido, que comprova esse fundamento teórico. Somente o partido leninista pode cumprir essa tática, em função da estratégia de poder. Sem a sua presença, e sem, portanto, suas candidaturas revolucionárias, é uma farsa apresentar qualquer que seja a candidatura, por mais que os candidatos se valham do palavreado radical, como instrumento de luta dos explorados, para cavar uma trincheira de guerra ao domínio da burguesia.

24. O POR não intervém com candidaturas próprias, não porque entende que não se deva travar a luta pela independência de classe do proletariado no terreno das eleições, mas porque sua legalização, por enquanto, tem sido impossível. Nesse particular, os marxistas também têm uma compreensão distinta dos reformistas e das esquerdas centristas. A legalização não se obtém apenas cumprindo as determinações da lei, que são discricionárias e draconianas, ou a burlando na coleta de assinaturas (o que é justo fazer), mas como resultado do desenvolvimento do partido no seio do proletariado, dos demais explorados e da juventude oprimida. O POR se constrói pacientemente com o programa, a estratégia, os métodos e a tática marxistas. Convoca a vanguarda com consciência de classe a se posicionar pelo voto nulo nas eleições municipais, e a impulsionar a construção do partido marxista-leninista-trotskista.



Declaração do Partido Operário Revolucionário sobre as eleições municipais Aos trabalhadores e à juventude

6 de outubro de 2020

Todos os que vivem de salário, de seu próprio trabalho, devem se perguntar: para que têm servido as eleições? A política econômica dos governantes não acaba com o desemprego, a pobreza, a miséria e a fome. A juventude continua sendo assassinada aos montes. A mulher se acha ainda mais escravizada com a dupla jornada de trabalho. Tanto se fala em igualdade entre negros e brancos, mas a discriminação não cessa, nem diminui, apesar dos disfarces de que todos são iguais. Os homossexuais, principalmente os mais pobres, sofrem com o obscurantismo religioso, discriminação e assassinatos. As crianças pobres e miseráveis convivem com a violência, desde o despertar da vida.

Pobres, miseráveis, jovens, crianças, mulheres, negros, homossexuais e indígenas são milhões, são a maioria oprimida do País. Todos estão ligados pela divisão de classes da sociedade capitalista. Todos padecem, de uma maneira, ou de outra, da dominação da minoria burguesa sobre a maioria explorada. Nas raízes do desemprego, pobreza, fome, discriminações e toda sorte de violência reacionária, destruidora da vida dos seres humanos, estão a exploração capitalista do trabalho, a grande propriedade dos meios de produção (fábricas e terras), do comércio e dos serviços.

A imensa maioria tão somente sobrevive de seu trabalho, que, por sua vez, depende de um emprego, para obter um salário. Ocorre que o capitalismo decadente, em vez de aumentar os empregos, os diminui. Assim, a maioria dos brasileiros não tem emprego, e está obrigada a se submeter ao subemprego, ao bico, à informalidade. O número de desempregados ultrapassou o dos empregados. É tão grande o batalhão de desempregados, que é maior que a população de alguns países da América Latina.

A pandemia apenas agravou a situação do desemprego e subemprego no Brasil. O problema existe desde quando saímos da escravidão e passamos ao trabalho assalariado no capitalismo pleno. Gerações e gerações de trabalhadores e de suas famílias vêm padecendo da destruição física e mental, provocada principalmente pelo desemprego. Mesmo nos momentos em que a economia cresce um pouco, o aumento de postos de trabalho não é suficiente, para romper o cordão da miséria e da fome. Ainda está recente em nossa memória, quando o presidente Lula prometeu um “desenvolvimento econômico sustentável”, com “distribuição de renda” e “três refeições ao dia a todo brasileiro”. O crescimento econômico possibilitou diminuir significativamente o desemprego, se comparado com as taxas anteriores ao seu governo e às de hoje. Mesmo assim, o mar de miséria não teve como ser esvaziado com as canequinhas do reformismo petista. Isso porque a exploração capitalista do trabalho continuou a sacrificar os explorados e a enriquecer os exploradores.

A crise econômica estourou nas mãos de Dilma Rousseff, que logo se mostrou incapaz de defender os empregos. Isso porque nenhum governo burguês pode se opor aos interesses dos capitalistas. O que restou do governo petista foi o Bolsa-Família, que serve apenas para ludibriar os miseráveis. Instalado o governo golpista de Temer, o desemprego continuou nas alturas. A reforma trabalhista foi imposta à classe operária, com a promessa de “gerar empregos”. Falso! Foi para aumentar a exploração do trabalho. Bolsonaro foi eleito, prometendo um novo ciclo econômico, que criaria milhões de postos de trabalho. Para isso, era preciso a reforma da Previdência. Falso! O real objetivo era e é o de proteger os banqueiros, e demais credores da dívida pública, que saqueiam o Tesouro Nacional.

O desemprego continuou a crescer. Chegou a pandemia. Acelerou-se a crise econômica. Explodiu o desemprego. Os salários foram reduzidos para a maioria, principalmente para quem ganha menos. A miséria e a fome avançaram. O auxílio emergencial tapou o sol com a peneira. Foi reduzido, e tem seus dias contados. Bolsonaro, então, joga com um novo programa, “Renda Brasil” ou “Renda Cidadã”. É o reconhecimento de que, não podendo esvaziar o mar da miséria com política econômica,

É preciso, no entanto, dizer que essas eleições municipais também estão marcadas pela ausência de um movimento organizado pelas centrais, sindicatos e movimentos em defesa dos empregos, salários e direitos. Ocultam-se as suas responsabilidades, bem como as dos partidos a que essas direções estão vinculadas, em particular, do PT. O que não diminui a responsabilidade das esquerdas centristas, como PSOL e PSTU.

ca, a canequinha é o que resta. Passou da mão de Fernando H. Cardoso a Lula, a Dilma, a Temer e, agora, a Bolsonaro.

O desemprego, o impulso à pobreza, miséria e fome marcam, portanto, o momento eleitoral. Nos municípios, fundamentalmente nos bairros operários, populares, favelas e cortiços, seus reflexos são visíveis. Nota-se, também, nas ruas dos grandes centros, o aumento de pedintes e de lumpens. Esse é o retrato da face mais trágica da barbárie social.

É certo que, em todas as eleições municipais, os partidos da burguesia vão a esses bairros para explorar eleitoralmente vários aspectos da vida social, como saúde, educação, moradia, esgoto, água, luz, etc. Situação e oposições se digladiam, em nome de soluções que nunca virão. É preciso, no entanto, dizer que essas eleições municipais também estão marcadas pela ausência de um movimento organizado pelas centrais, sindicatos e movimentos em defesa dos empregos, salários e direitos. Ocultam-se as suas responsabilidades, bem como as dos partidos a que essas direções estão vinculadas, em particular, do PT. O que não diminui a responsabilidade das esquerdas centristas, como PSOL e PSTU.

Antecederam às eleições de outubro, meses de ataque da burguesia e seus governantes aos empregos, salários e direitos.

Uma onda de demissões tomou conta desde abril. As direções sindicais e seus partidos se esconderam por trás da política burguesa do isolamento social e das disputas interburguesas, de como conduzir as respostas à pandemia. A flexibilização da quarenta indicou as pressões do poder econômico para se voltar ao funcionamento pleno da produção, comércio e serviços. Mesmo assim, as direções permaneceram agarradas à política burguesa do isolamento social. Colaboraram com a aplicação MP 936. E, quando as montadoras passaram a demitir, naturalmente, se valeram dos PDVs para negociar as demissões. Somente na Volkswagen, foram 5.000 metalúrgicos demitidos. As multinacionais aproveitam a desorganização, o temor e a desesperança da classe operária, para fazer uma das maiores varreduras nos empregos, em um tempo tão concentrado. O maior peso da crise sanitária e econômica tem sido descarregado sobre a maioria oprimida.

A colaboração das direções com os capitalistas resultou, politicamente, em ausência de luta dos explorados contra o governo Bolsonaro, embora os burocratas, reformistas e centristas de esquerda tivessem feito oposição institucional-eleitoral cerrada ao bolsonarismo, sob a bandeira do "Impeachment, e Fora Bolsonaro". Não há como esconder que estas eleições municipais estão socialmente marcadas pelas demissões em massa, desemprego, subemprego, pobreza, miséria e fome crescentes, de um lado; e, politicamente, pela colaboração de classes das direções sindicais, que impossibilitaram aos explorados se erguerem em um movimento de resistência aos brutais ataques dos capitalistas e dos governantes, de outro.

As eleições são o campo de disputa interburguesa em torno aos cargos da União, estados e municípios. A classe operária e demais explorados jamais imporão suas necessidades, elegendo candidatos. No entanto, são arrastados pelas campanhas cínicas, demagógicas e hipócritas dos velhos partidos da burguesia, dos reformistas e, em menor medida, dos esquerdistas eleitoreiros. Cada um, a sua maneira, promete usar a prefeitura para melhorar as escolas, os postos de saúde, as condições sanitárias, a segurança, etc. Inclusive, promete canalizar recursos, para criar empregos e proteger a juventude.

O circo eleitoral está montado. E os impostores eleitoreiros estão em plena campanha, não medindo o tamanho das mentiras para caçar votos. Os velhos e novos partidos da burguesia disputam as prefeituras, com os olhos nas eleições presidenciais de 2022. De um lado, estão os bolsonaristas e aliados; de outro, os mais variados tipos de oposição antibolsonarista. To-

das as variantes da política burguesa se levantam como um obstáculo e desvio da luta direta dos explorados por suas necessidades e reivindicações próprias.

Não há partidos e candidatos que pretendam e possam fazer do município uma trincheira de luta das massas pelos empregos, salários e direitos; pelo fim da miséria e fome; pela proteção da juventude oprimida e por um programa geral de defesa da vida da maioria explorada.

Quem decide as eleições é o poder econômico. Associados a esse poder, comparecem as igrejas, a rede de agentes comunitários interesseiros, o narcotráfico, as milícias e todo tipo de oportunistas.

O Partido Operário Revolucionário (POR) não é legalizado. Não participa nas eleições com candidaturas. Mas nem por isso deixa de lutar pelas necessidades dos explorados, pela independência política diante dos partidos e candidatos

da burguesia, ou que a ela servem. Não deixa de mostrar aos pobres, miseráveis e famintos que a classe operária pode lutar por um governo revolucionário, que é o governo operário e camponês, que nascerá do levante organizado da maioria oprimida contra a burguesia e seu Estado.

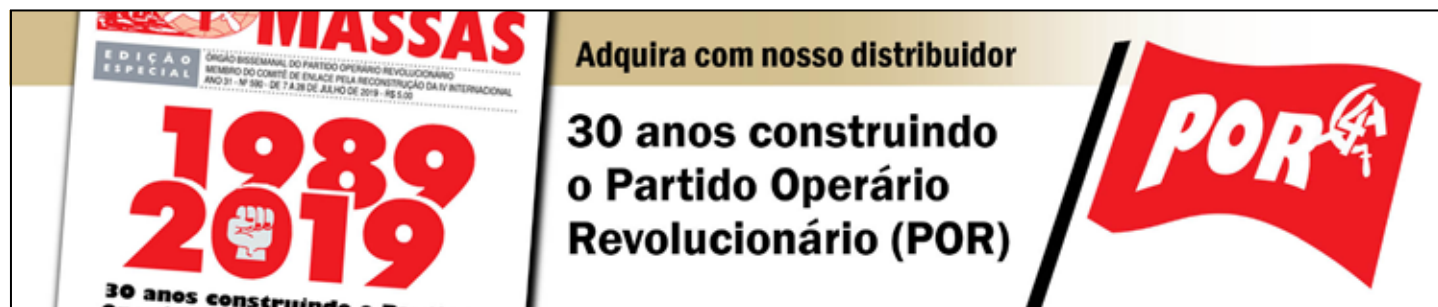
No momento, trata-se de rechaçar as mentiras eleitorais dos partidos burgueses,

No momento, trata-se de rechaçar as mentiras eleitorais dos partidos burgueses, e desmascarar os falsos revolucionários, que sacrificam a independência política e organizativa dos explorados.

e desmascarar os falsos revolucionários, que sacrificam a independência política e organizativa dos explorados. O POR chama a população, que padece do desemprego, pobreza e miséria; que padece da falta de comida, moradia e saúde; que padece das precárias condições de habitação, do domínio do narcotráfico e da violência policial; que padece das discriminações, do sofrimento da mulher como arrimo de família e da impossibilidade de manter seus filhos nas escolas, a dizerem "Não aos politiquieiros farsantes e mentirosos!", e a votarem Nulo, em defesa da organização de um poderoso movimento pelos empregos, que una empregados e desempregados.

Esse é o ponto de partida da campanha do POR pelo Voto Nulo. Não fazemos a defesa do voto nulo em si mesmo, mas como uma manifestação política pelas reivindicações, pela organização democrática das massas em seus organismos próprios, e pela construção do partido operário revolucionário.

Trabalhadores e juventude oprimida, não se deixem enganar pelos politiquieiros da burguesia e impostores da pequena-burguesia! Votem Nulo! Defendamos os empregos, salários e direitos com nossas próprias forças, com nossas próprias organizações, e com nossos próprios métodos de luta!



PT e PCdoB se associam à extrema-direita para disputar as eleições municipais

Em setembro, PT e PCdoB firmaram coligações com partidos da direita e extrema-direita, para disputar as eleições municipais de 2020.

Em Pedro do Rosário, Maranhão, o PCdoB convocou o evento, intitulado “Festa da Democracia”, ocorrido no dia 12/09, para anunciar a chapa para disputar a prefeitura da cidade, em conjunto com PSL, PTC e PATRIOTA. Em Ichu, Bahia, uma coligação do PCdoB, PSD, PP, PSL, PSB e DEM foi firmada para sustentar a candidatura de um empresário da região ao cargo de prefeito. Em Cubatão, sob o nome “Movimento 65”, o partido convocou o evento “Ideias para juventude”, ocorrido no dia 6 de setembro, em conjunto com PSL, PATRIOTA e PP.

Esses são apenas os exemplos mais difundidos de recentes vinculações do PCdoB à direita e extrema-direita, visando à projeção eleitoral, e não é a primeira vez que isso ocorre. Em 2014, o PCdoB firmou coligação com partidos como PSDB, PTC e PP e outros, para disputar o governo do estado do Maranhão. Em 2018, PT e PCdoB se juntaram ao PP, PATRIOTA e PTC, dentre outros partidos, para conseguir a reeleição de Flávio Dino (PCdoB).

As coligações com partidos de direita e extrema-direita também são apenas alguns dos vários episódios que evidenciam a política oportunista e traidora do PCdoB. Cabe lembrar que o governador do Maranhão, Flávio Dino, do PCdoB, foi o primeiro a conduzir, em novembro de 2019, a reforma da Previdência em nível estadual, como sequência à reforma nacional, conduzida pelo governo Bolsonaro, tendo tido votos favoráveis do PSL, MDB, DEM e outros partidos da direita. Segundo o próprio partido declara, tratou do “cumprimento da emenda federal aprovada pelo governo nacional”, que supostamente visa a equilibrar as contas públicas.

O PT, por sua vez, firmou ao menos 6 coligações com o PSL. Em Ilha Solteira (SP), se juntou ao PDT, PSL, PL e Cidadania. Em Palmeira dos Índios (AL), ao PSB, Cidadania e PSL. Em São Cristóvão (PE) e Belford Roxo (RJ), ao PSL, para apoiar a candidatura à prefeitura pelo MDB. Em Francisco Morato (SP), o mesmo ocorreu para apoiar o candidato do Republicanos. E, por fim, em Trindade (PE), fez aliança exclusiva com o PSL, na coligação intitulada “Uma nova história”, para apoiar a candidatura à prefeitura, pelo partido reacionário.

O PT, no governo dos estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, seguiu o mesmo caminho de aplicar as contrarreformas, usando a polícia para reprimir servidores públicos, que se manifestavam em oposição a elas. Se irmos mais atrás, lembraremos, ainda, que o primeiro grande Projeto do governo Lula, em 2003, foi a reforma da Previdência federal – que precedeu o projeto mais recente de 2019 – tendo tido apoio do PSDB e outros partidos orgânicos da burguesia.

Durante os governos Lula e Dilma, garantiu o maior pacote de concessões de rodovias e ferrovias da história do país, além de ter privatizado lotes do Pré-sal, alguns bancos estaduais (como os bancos do Ceará e do Maranhão), e usinas hidrelé-

tricas. Além disso, o governo do PT garantiu, por meio de programas como o PROUNI, uma expansão jamais vista no país do ensino superior privado.

O PT, mais especificamente, é a principal expressão do fenômeno de subordinação das direções das organizações de massa à política burguesa, resultado da crise de direção do proletariado. Quando assumiu o governo federal, fortaleceu as ilusões democráticas e, enquanto as condições econômicas foram favoráveis, governou para a burguesia, através da política de conciliação de classes. Quando a crise mundial, iniciada em 2008, passou a atingir mais diretamente o país, em 2014, se mostrou incapaz, mas não por falta de tentativas, de aplicar contrarreformas à altura das exigidas pela burguesia. Assim, foi removido, por meio de um golpe de estado, sustentado nos aparatos do estado burguês, para dar lugar a um governo capaz de seguir adequadamente a linha política que havia sido imposta desde fora. Sua subordinação aos instrumentos da política burguesa, e aversão aos métodos de organização e luta próprios da classe operária, o impediu de organizar as massas para resistir ao golpe, acabando por servir de pilar de susten-

O PT, mais especificamente, é a principal expressão do fenômeno de subordinação das direções das organizações de massa à política burguesa, resultado da crise de direção do proletariado.

tação ao próprio governo Temer. Em 2018, ergueu as bandeiras em torno da “ameaça fascista”, meio encontrado para arrastar as esquerdas por trás de si nas eleições. Assim que Bolsonaro foi eleito, porém, as bandeiras foram abaixadas, e o então derrotado candidato à presidência, Fernando Haddad, desejou “sucesso” ao presidente recém-eleito. Agora, em 2020, o partido retoma a conciliação de classes, com finalidades puramente eleitorais. Primeiro, tendo várias de suas frações se juntando a partidos orgânicos burguesia, que estiveram à frente do golpe, através da “frente ampla”. E, agora, formando coligações com o partido reacionário, pelo qual Bolsonaro foi eleito.

Devemos também lembrar as posições privatistas e entreguistas que os dois partidos promoveram em seus governos. Somente no ano de 2019, o PCdoB, no governo do Maranhão, iniciou a privatização da Companhia Maranhense de Gás (Gasmar), e defendeu, na Câmara dos Deputados, a entrega da base militar de Alcântara aos EUA.

Os mesmos partidos que defenderam o ataque à aposentadoria dos servidores públicos, como forma de descarregar a crise sobre aqueles que trabalham, também tiveram parlamentares favoráveis, recentemente, a perdoar a dívida de igrejas com a União, superior em R\$ 1 bilhão. Ainda que, no caso do PT, esta posição tenha sido minoritária (pouco mais de 10% dos votos), isso expõe a existência de uma fração com tendências direitistas dentro do partido.

Em suma, a prática confirma o conteúdo burguês do reformismo petista, que tende para as posições pró-imperialistas, e o caráter contrarrevolucionário do PCdoB, que se tornou um partido pequeno burguês parasita do Estado. Na medida em que a crise capitalista se intensifica, a política de conciliação de classes revela sua natureza contrarrevolucionária de defesa dos interesses vinculados ao capital, em oposição às necessidades da classe operária e maioria oprimida. Os partidos reformistas, estalinistas e centristas, na medida em que, em maior ou menor grau, não expressam, na teoria e na prática, um programa de emancipação dos explorados, inevitavelmente se burocratizam, e são assimilados pela política burguesa. Qualquer discurso “em defesa dos trabalhadores” passa a se constituir como uma forma oportunista de se utilizar do movimento das massas, canalizando-o de modo a ampliar seu aparato e inserção na politicagem burguesa.

É por essa razão que, sob o pretexto da política de isolamento social, não só o PT e PCdoB, como também praticamente todas as correntes de esquerda, se opuseram à luta concreta dos explorados nas ruas, ao longo da pandemia – em defesa da manutenção dos empregos, salários e saúde pública universal. Sob o falso discurso de “salvar vidas”,

cancelaram as manifestações de rua previstas para março, e sabotaram e boicotaram as manifestações que ocorreram em junho e julho, amenizando as reivindicações concretas dos explorados, e se focando na pauta eleitoreira do impeachment e da defesa da democracia, em abstrato. PT, PCdoB e PSOL chegaram, inclusive, a compor a “frente ampla” com setores da burguesia.

É preciso que as camadas mais conscientes da base desses partidos identifiquem as contradições que expressam a política traidora e oportunista de suas direções, que, por meio de alianças com a burguesia, negam a necessidade de erguer um movimento em defesa das reivindicações dos explorados, tomando como base a independência de classe. Essa política colaboracionista é expressão da crise de direção revolucionária pela qual passa o proletariado. As camadas mais conscientes da militância devem rejeitar as organizações burocráticas contrarrevolucionárias, e se integrar no partido que, de fato, encarne o programa revolucionário de emancipação da classe operária e maioria oprimida, não submetido à política burguesa, e objetivado a constituição de um governo operário e camponês, como forma de converter o controle privado da produção em controle social, socialista.

A farsa petista de combate ao fascismo nas eleições

Não faz muito tempo, apenas dois anos, vimos se formar pelo PT e em torno do PT uma das maiores frentes eleitorais, com manifestações multitudinárias e uma intensa propaganda contra a possível eleição de Bolsonaro, candidato do PSL na época. O então denominado movimento “antifascista”, “Ele não”, foi pintado aos explorados como sendo a única e legítima forma de combater o fascismo que se avizinhava.

Passados esses dois anos, com uma coleção de traições aos explorados, chegamos às eleições municipais de 2020. O que era antes considerado o inimigo número um, o fascista PSL de Bolsonaro, agora é considerado aliado político em dezenas de candidaturas. Vemos a que ponto chega o cretinismo eleitoral do petismo e seus satélites.

A propaganda massiva e o desespero pequeno burguês das correntes reformistas e centristas de toda sorte foram tão grandes que não sobrou um partido sequer que não se enfileirasse por trás do PT nesta falsificação. Usamos aqui o termo falsificação, para manter a elaboração porista daquele período. Dissemos, em nossos materiais, que não se tratava de uma frente de combate ao fascismo, mas sim de uma frente eleitoral montada para levar o Partido dos Trabalhadores de volta ao poder do Estado burguês, que, através da política de conciliação de classes, seguiria atacando os trabalhadores.

Passados esses dois anos, com uma coleção de traições aos explorados, chegamos às eleições municipais de 2020. O que era antes considerado o inimigo número um, o fascista PSL de Bolsonaro, agora é considerado aliado político em dezenas de candidaturas. Vemos a que ponto chega o cretinismo eleitoral do petismo e seus satélites.

Do lado do PSL, das 150 candidaturas a prefeito, 44 delas formam coligação com o PT, 24 com PCdoB.

Já do lado do PT, das 994 candidaturas à prefeito, 93 formaram coligações com o PSL, partido que elegeu Bolsonaro, e mantém todo seu viés político e ideológico fascista. O número total de coligações é ainda maior, já que, em algumas cidades, ambos se juntaram para apoiar um candidato de outro partido, como o MDB, por exemplo. Aliás, PT e MDB formam centenas de alianças políticas, como se não houvesse

um golpe em 2016. O PCdoB, que segue sendo sombra do petismo, também faz sua parte e dos 321 candidatos à prefeito, 39 tem o apoio do PSL.

Nas eleições presidenciais de 2018, o POR fez uma longa elaboração, através do Jornal Massas, manifestos, resoluções e debates, onde expusemos nossa posição

de que era sim necessário combater a direitização da política e suas tendências mais reacionárias e fascistas. Mas, que este combate não se daria pelas urnas, muito menos, com o depósito de confiança no petismo. No Massas 573 dissemos:

“Destacamos que a via eleitoral é estéril para bloquear o fascismo. Essa foi a tática da social democracia alemã, que chamou os operários a se enfileirarem por trás da candidatura burguesa menos pior. O problema é que as propostas fascistas ganham adesão de massa, diante da falência da política dos partidos burgueses e pequeno-burgueses em administrar o capitalismo em crise. Ou seja, chamar os explorados a votarem em alguém que, se ganhar, os atacará, não combate as tendências fascistas.”

E concluímos, no Jornal seguinte:

“Devemos prestar atenção ao fato de o PT sair fortalecido como oposição burguesa ao novo governo. Objetivamente, isso significa que a política de conciliação de classes continuará atravancando a luta independente dos explorados. O que pode retardar e desviar as massas do enfrentamento aberto com o governo militarista fascista.”

Foi o que verificamos na prática, além de não manter a organização dos explorados para combater o governo fascizante que se formou, o PT e seus braços sindicais e populares (CUT, sindicatos que dirige, Frente Brasil Popular), seguiu seu caminho de traição no fechamento da Ford em SBC, no desmonte da greve geral de 2019, na passividade diante da draconiana reforma da Previdência (além de fazer a reforma nos estados em que governa), na greve dos petroleiros, na aceitação do acordo patronal da Volks, que demitirá 5.000 operários, na greve dos Correios, etc.

Mostramos que era preciso caracterizar corretamente Bolsonaro/PSL, e toda a tendência de direitização da política que se consolidava. A importância da caracterização correta está na resposta política que se deve dar, e nas formas de se organizar as massas. No Jornal Massas 574, afirmamos:

"A convocação das massas a retomarem sua confiança no petismo – nisso consiste o apoio a Haddad – é uma burla, típica do oportunismo pequeno-burguês. A virada da situação política para a direita tem de ser considerada no seu conteúdo de classe. Desde que a crise econômica mundial arrastou o Brasil para a brutal recessão, a burguesia nacional vem inclinando, cada vez

mais à direita. O movimento do impeachment, o golpe de Estado e a constituição da ditadura civil de Temer foram seus sintomas. Bolsonaro é um rebento dessa direitização, que teve e tem por base social a classe média."

O POR entende as eleições como um campo de disputas interburguesas e as municipais, por suas características particulares, locais, ganham um falso caráter de que acontecem por fora das classes sociais. Isso para os reformistas comparece como uma permissão para uma liberdade maior de coligações, incluindo aí os partidos mais reacionários e oligárquicos da política burguesa. Esse problema obscurece a compreensão das massas do processo eleitoral e atrasa a sua elevação e independência política. Para os revolucionários, nada acontece por fora das classes, muito menos as eleições. Neste sentido, atuamos nesse momento com o chamado às massas a votar nulo, pela construção do Partido Operário Revolucionário. Único que independente das eleições presidenciais polarizadas, pandemia, eleições municipais etc., se manteve no campo de independência do proletariado e fortalecimento de suas formas de organização, os comitês de fábrica, bairro, escola, além de defender os métodos próprios para combater as tendências fascistas que orbitam o Estado burguês.

Diante do avanço da matança por policiais, o PSOL lança um coronel candidato

Não deve ser novidade aos marxistas que partidos burgueses como PT e PDT lancem candidaturas de policiais para cargos de prefeitos, vereadores etc., mas quando um partido que reivindica do socialismo, ainda que apenas em palavras, como o PSOL, lança um coronel para vice-prefeito de uma das maiores e mais importantes cidades do país, isto merece nossa atenção.

O processo eleitoral no Rio de Janeiro já começou tumultuado, com o principal candidato, o atual prefeito Marcelo Crivella, sendo temporariamente impedido de concorrer. Além deste fato, chamou a atenção que o PDT lançou a candidatura da Martha Rocha, delegada por 30 anos, e chefe da polícia civil, e o PSOL apresentou para vice da deputada Renata Souza, o coronel da PM-RJ, Ibis Pereira. Além destes, uma juíza disputa a prefeitura pelo PSC, partido de Witzel. O conjunto mostra a influência do aparato repressivo na disputa eleitoral.

O que mais nos importa aqui é a candidatura do PSOL, afinal, este partido reformista ainda arrasta atrás de si uma vanguarda com ilusões democráticas. Mas, as relações do PSOL com o braço armado do Estado não são novas, e têm a figura de Marcelo Freixo como seu maior articulador. Vejamos alguns fatos:

1. Em 2010, Freixo presidiu a CPI das milícias, e declarou publicamente que as UPPs estavam dando certo, só não tinham chegado até as milícias ainda. As UPPs começaram a ser implementadas em 2008, pelo então secretário de segurança pública José Mariano Beltrame, na gestão de Sérgio Cabral. Não por acaso, o projeto natimorto entrou em declínio efetivo, a partir de 2013, em conjunto com o avanço

da crise econômica no país. Neste período, nove unidades foram encerradas, houve redução do investimento, e avanço do narcotráfico e das milícias. Um dos resultados mais visíveis foram os inúmeros relatos de abuso e violência da PM e o assassinato de moradores das comunidades. O caso que ganhou mais notoriedade foi o de Amarildo de Souza, que foi torturado e assassinado por policiais da UPP da Rocinha,

e que completou 7 anos em julho. Também podemos lembrar o caso de Paulo Roberto Pinho de Menezes, jovem de 18 anos, que foi espancado até a morte por PMs da UPP na favela de Manguinhos, também em 2013.

2. Em 2017, um grupo de policiais fez um ingresso coletivo no PSOL, o que foi costurado e comemorado por Freixo. Entre eles, estava o delegado Orlando Zaccane, que disputou as eleições para deputado, em 2018.

3. Em 2018, um grupo de 200 policiais entrou no PSOL, o que novamente foi

comemorado por Freixo, Ibis Pereira, Orlando Zaccane e outros. Na ocasião, Freixo repetiu um mantra dos parlamentares do PSOL, "a polícia do RJ é a que mais morre e a que mais mata", ignorando as diferenças entre a violência sofridas por uns e por outros, e ocultando a proporção de 38 para 1 nas mortes de civis e PMs.

4. Em 2019, Freixo apresentou um projeto para melhorar e garantir a saúde e segurança de policiais. Para ele, os policiais "precisam ser valorizados e tratados com dignidade. Toda a sociedade ganha com isso". O projeto foi arquivado, mas não sem antes o caudilho declarar, "Na prática, isso significa que os policiais, que utilizam esse armamento reprovado, estão correndo sério risco de morte, pois, se sua arma falha, eles estão mais vul-

O que mais nos importa aqui é a candidatura do PSOL, afinal, este partido reformista ainda arrasta atrás de si uma vanguarda com ilusões democráticas. Mas, as relações do PSOL com o braço armado do Estado não são novas, e têm a figura de Marcelo Freixo como seu maior articulador.

neráveis, logo, a sociedade estará mais vulnerável”.

5. Em janeiro deste ano, Marcelo Freixo comemorou nas redes sociais que garantiu duas emendas que ampliam direitos aos policiais. A primeira ampliou em R\$ 1,5 milhão o orçamento da polícia civil, sendo 500 mil para inteligência, ou seja, repressão. E a segunda, de R\$ 2,8 milhões, para o hospital da PM.

É neste quadro resumido que podemos entender que, para o PSOL, não é uma grande novidade o lançamento da candidatura do coronel Íbis Pereira. Mas, este fato, em um momento em que a mortandade pelas mãos da polícia só cresce, simboliza uma traição aos mais explorados, moradores das favelas e periferias, que sofrem diuturnamente nas mãos destes algozes. Os números não deixam dúvida: Em 2017, morreram pelas mãos das polícias, no Brasil, 5.225; em 2018, 5.762; em 2019, 6.105 mortos. E em 2020, só no RJ, nos 5 primeiros meses, foram 741 pessoas assassinadas pelas polícias, uma taxa de

quase 5 por dia. Esta é a maior taxa em 22 anos (esse são dados oficiais, a realidade pode ser ainda pior).

Não nos deteremos aqui, mas vale a menção de que o PT lançou a candidatura da Major Denice para a prefeitura de Salvador, com apoio do governador Rui Costa. A conjuntura é a mesma, a traição aos explorados também.

Cabe à vanguarda com consciência de classe rechaçar essas candidaturas dos algozes dos oprimidos e esses partidos, que utilizam estas estratégias para angariar votos de um setor mais conservador da sociedade que apoia policiais. O vale tudo nas disputas do aparato estatal burguês, tão comum nos partidos da burguesia, não é tão estranho aos partidos reformistas de esquerda ou de direita. O POR condena o cretinismo eleitoral desses partidos, e atua nas eleições com a defesa do voto nulo, pela construção do partido revolucionário como expressão da classe operária e demais explorados conscientes.

Candidato do PSOL, apoiado pelo Itaú

Não sabemos que solução foi tomada no caso do candidato a vereador, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, Wesley Teixeira, que aceitou uma contribuição de campanha do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e do banqueiro João Moreira Salles, que integra o conselho administrativo do Itaú-Unibanco. O candidato do PSOL, na condição de jovem negro, é qualificado como ativista antirracista. Segundo informações, seria evangélico e anticapitalista. Como negro, militante antirracista e evangélico, não há nada de estranho que tenha entrado em contato com magnatas, que usam o assistencialismo e os movimentos antirracistas, para fins nada anticapitalistas.

João Moreira Salles, pertencente à fa-

mília de banqueiros, se notabilizou por dirigir filmes sobre a violência sofrida pelos negros favelados. Não custa nada ao intelectual e cineasta retratar a miséria humana dos pobres e miseráveis, sem apontar o dedo aos capitalistas e seus governos.

Pode-se dizer que Wesley Teixeira não tinha consciência do significado de ter recebido dinheiro do capital, que desce dos antigos escravizadores dos negros, e que mantém a burguesia branca no poder. No entanto, recusou devolver o dinheiro, diante da decisão da corrente interna ao PSOL, “Insurgência”, a que pertence. Na maior das “inocências”, refutou as críticas internas ao PSOL, explicando que “não houve contrapartida”.

O deputado federal Marcelo Freixo saiu em defesa de Wesley. O figurão do

PSOL ameaçou romper com o partido, caso se punisse Wesley. De nada valeu os críticos mostrarem que é estatutária a proibição de receber doações de banqueiros.

O ultimato de Freixo indica a que ponto chegou o apodrecimento do PSOL. Esse partido surgiu como uma costela do PT. Logo abrigou uma porção de tendências centristas, que dependem de eleições para sobreviver. Todo tipo de oportunista, renegados do marxismo e carreiristas se socorrem do PSOL, uma vez que não podem se colocar sob a guarda do PT e PCdoB. O caso de Wesley-Freixo revela perfeitamente os liames do PSOL com o Estado burguês. Essa federação de centristas expressa o reformismo pequeno-burguês. Levantasse como um obstáculo à tarefa de construir o partido da revolução proletária.

Polêmica sobre as alianças do PSOL

Em Santo André, município industrial do estado de São Paulo, a chapa do PSOL é constituída de duas correntes internas “Primavera Socialista” e “Socialismo ou Barbárie”, tendo como respectivos candidatos Bruno Daniel (prefeito) e Rosi Santos (vice-prefeito). Até aí, normal. O problema é que a maioria aceitou uma aliança com o partido Rede Sustentabilidade, encabeçada por Marina da Silva. Esse partido é um rebento da política burguesa do reformismo petista. Concluiu, porém, como instrumento do golpe de Estado contra Dilma Rousseff. O próprio PT montou alianças eleitorais com candidatos de partidos que decapitaram seu governo.

A desonra não é problema para os petistas, que, como todos os politiquinhos, são pragmáticos. Se é para ganhar eleições, vale tudo. O PSOL vai para o mesmo caminho desse inferno eleitoral da burguesia. A sua direção liberou alianças, desde que não sejam com bolsonaristas.

O corte de régua nas eleições municipais é entre o campo da oposição antibolsonarista e o da situação bolsonarista. Ocorre que os antibolsonaristas não se restringem ao PT e PCdoB. Abarcam

uma gama de partidos burgueses, entre eles o Rede Sustentabilidade. A marca da régua do PSOL aponta para as eleições presidenciais e defesa de uma Frente Ampla.

Lembramos que, em nome de combate ao fascismo, o PSOL e praticamente toda a esquerda votaram no segundo turno em Haddad, contra Bolsonaro. No dia seguinte, o candidato petista derrotado deu parabéns ao fascista e lhe desejou “sucesso” (isso, sem ironia).

A aliança com a Rede Sustentabilidade, portanto, está de acordo com o roteiro traçado pela direção. Mas, criou um incômodo, uma vez que a corrente “Socialismo ou Barbárie” compõe a chapa, e foi contra a aliança com um partido reacionário.

Aproveitando o fato, o MRT, que não teve seu pedido de ingresso no PSOL aceito, mas que, com boa vizinhança, tem conseguido um lugar na legenda, para lançar suas candidaturas, resolveu retirar sua candidata a vereador, Máira Machado. Denunciou a aliança com a Rede, e apontou o dedo contra o “Socialismo ou Barbárie”, pelo fato de manter sua candidata a vice. O bafafá foi parar na imprensa do ABC.

O MRT, que vem constituindo candidaturas parasitárias por meio do PSOL, viu uma oportunidade de sair por cima, com seu suposto princípio de aliança eleitoral somente no “campo dos trabalhadores”, seguindo os moldes da Frente de Esquerda, impulsionada pela sua matriz argentina, o PTS.

Notamos que a desavença vem desde os vizinhos do Brasil. O MRT fez questão de revelar que o “Socialismo ou Barbárie” é um galho dessa mesma corrente na Argentina, dirigida pela “parlamentar argentina Manuela Castañeira, do “Nuevo MAS”. Em resposta, o “Socialismo ou Barbárie” diz que estranhava a posição sectária do MRT, cuja organização irmã na França (CCR) “compôs diretamente uma lista (chapa) eleitoral com a França Insubmissa, o partido burguês que tem Mélenchon como o seu principal

exponente”. Essa participação converge com a mesma tática que o “Socialismo ou Barbárie”, agora, aplica em Santo André.

Ocorre que essas correntes centristas precisam da autofagia para se construírem. Foi permitido ao MRT se utilizar do PSOL, uma via necessária para se construir. A prática, no entanto, mostra que uma corrente centrista concorre com outras, e todas dependem do guarda-chuva eleitoral do PSOL.

A experiência se encarregará de mostrar que essas correntes centristas, que se proliferaram com a decomposição do PT, se levantam como obstáculos à construção do partido revolucionário do proletariado. A luta da vanguarda com consciência de classe por construir o programa e penetrar no seio do proletariado passa por desmascarar os impostores, que usam e abusam da bandeira do socialismo.

Eleições em Fortaleza:

Candidaturas, coligações, e o início formal da disputa eleitoral

A justiça eleitoral confirmou 11 candidaturas oficiais às eleições municipais, em Fortaleza. São elas: José Sarto (PDT); Capitão Wagner (PROS); Luizianne Lins (PT); Heitor Ferrer (SD); Anízio Melo (PCdoB); Heitor Freire (PSL); Célio Studart (PV); Renato Roseno (PSOL); Paula Colares (UP); Samuel Braga (Patriotas) e José Loureto (PCO).

José Sarto (atual presidente da Assembleia Legislativa) foi o nome finalmente escolhido, entre os 5 postulantes dentro do PDT. A imprensa burguesa admitiu abertamente a imposição da vontade dos Ferreira Gomes na escolha do nome. Estes reuniram, em torno do PDT e do candidato oficial do atual prefeito Roberto Claudio, uma coligação de 7 partidos (DEM, PSDB, PSB, Cidadania, PSD, PTB e PL), e o maior tempo de TV (pouco menos que a soma de todo o tempo de TV dos demais candidatos). O PSDB, de Tasso Jereissati, que ensaiou candidatura própria e se manteve como oposição por algum tempo, recuou e fechou acordo com os Ferreira Gomes. O DEM, que estava afastado, reintegrou-se, formalizando novamente a coligação. O candidato Capitão Wagner (PROS), de oposição às gestões estadual e municipal, fechou coligação com 8 partidos (Podemos, Republicanos, PSC, PMN, PMB, Avante, PTC, DC), muitos dos quais legendas sem nenhum peso político. Wagner, embora tenha ensaiado um distanciamento, é o candidato mais alinhado à Bolsonaro e aos evangélicos. O MDB, de Eunício Oliveira, outrora força política das mais importantes do estado, assume – tal como PSDB e DEM, uma posição coadjuvante, com a diferença de que seguirá a candidatura de Heitor Ferrer (SD). A fragmentação das candidaturas burguesas, que ainda contam com Heitor Freire (PSL) e Samuel Braga (Patriotas) e Célio Studart (PV), indica que, também em Fortaleza, se verifica o fenômeno da divisão entre candidaturas da direita e da ultradireita nas eleições.

Mal teve início a campanha oficial, em 27 de setembro, e o comitê eleitoral de Wagner acionou a justiça, para proibir que a candidatura de Sarto/PDT possa fazer uso da imagem do governador Camilo Santana (PT) em sua campanha, alegando pertencer o governador a partido com chapa própria. A decisão, obviamente, conta com as simpatias da coordenação da campanha de Luizianne, que não deseja ver Camilo ajudar, de forma alguma, a vitória do PDT. Contudo, Camilo – como é sabido de todos – é um homem dos Ferreira Gomes, e apenas

formalmente encontra-se nas hostes petistas. O governador não viu com bons olhos a candidatura própria do PT na capital, uma vez que trabalhou arduamente pela integração do partido na aliança com o PDT. Se cumprir a promessa de não tomar partido nos municípios onde seus apoiadores estiverem divididos, como em Fortaleza, já terá dado, como isso, sua cota de ajuda à vitória de José Sarto.

Entre as esquerdas, destacou-se o inesperado registro da candidatura do PCO, e o recuo de última hora do PSTU, que desistiu da candidatura própria (Zé Batista), para apoiar informalmente o PSOL. A candidatura do PCO não expressa qualquer intervenção partidária nas lutas (PCO não tem atuação no estado) sendo, portanto, artificial. Um exemplo é que seu ex-candidato a governador em 2018 (antigo membro do grupo de Anízio Melo/PCdoB) praticamente usou-a como legenda, descartando-a em seguida, para ser hoje candidato a vereador pelo PCdoB.

A candidatura de Luizianne, que deve contar com o engajamento da militância e da burocracia sindical vendida, não tem conseguido empolgar a pequena burguesia que, em parte, fez sua experiência com a gestão petista em anos anteriores. O eleitoralismo do PT e as alianças espúrias com os partidos burgueses, nos municípios pelo estado a fora, já não surpreendem mais ninguém. O emblemático caso de Juazeiro do Norte, porém, onde a coligação do PT com PSDB, para reeleger o prefeito Arnon Bezerra (PTB), contava com PSL, provocou descontentamento entre filiados e apoiadores. Chamou atenção o fato de ter sido o PSL estadual quem tomou a iniciativa – e não o PT – de retirar-se da coligação.

O PSOL, que lançou novamente Roseno, não tem feito mais que fiar-se na defesa da economia solidária, como forma de gerar empregos, destacar as pautas identitárias e a defesa do meio ambiente. Em outras palavras, gerir a crise capitalista em moldes apenas mais humanitários.

Nas eleições municipais de Fortaleza, destaca-se a ausência de uma candidatura que empunhe o programa de defesa da vida dos explorados, em choque contra a superexploração capitalista do trabalho, as contrarreformas sob a base da ação direta de massas, da unidade classista e da democracia operária. Nestas condições, o voto nulo programático pela construção do partido revolucionário e em defesa do programa proletário diante da crise é a única alternativa colocada aos explorados.

As greves diminuíram, mas não cessaram, durante a pandemia

O Dieese divulgou o balanço do número de greves, no primeiro semestre de 2020. No trimestre de janeiro a março, que encerrou logo após o anúncio da pandemia, houve 84 paralisações por mês. Já no segundo trimestre, houve apenas 34. De um total de 355 greves, 195 foram na iniciativa privada, e 160, na pública, sendo que 135 ocorreram nas esferas municipal, estadual e federal do funcionalismo. Os servidores municipais, vinculados à educação, protagonizaram 37, seguidos dos da saúde, com 24. Nas empresas estatais, realizaram-se 25 greves. Destaca-se a greve dos petroleiros, em fevereiro, que durou 20 dias. E as várias paralisações dos trabalhadores dos Correios, que acabaram desembocando na greve nacional, no segundo semestre. Observa-se que 70% das greves ocorreram em empresas com até 200 trabalhadores, e somente 2% foram com mais de 2 mil.

Constatou-se que a totalidade das greves teve um caráter defensivo, geralmente na defesa das condições de trabalho, assistência médica, segurança sanitária e descumprimento dos acordos coletivos.

Pela pesquisa, as causas que motivaram as greves, no setor privado, estavam relacionadas ao atraso de salários, férias e décimo terceiro. A reivindicação de reajuste salarial e elevação dos pisos provocou poucas paralisações. Cabe ressaltar que os trabalhadores dos transportes coletivos realizaram 87 paralisações. Entre abril e junho (período em que foi imposta a política burguesa do isolamento social), os trabalhadores dos transportes coletivos urbanos foram os que mais cruzaram os braços. Na quase totalidade dessas greves, os motivos estavam nas demissões, atraso de salários, redução salarial e exigências de medidas de segurança sanitária. Os empresários, por sua vez, alegaram a redução das frotas (período da quarentena) e, assim, dificuldades para efetuarem o pagamento de salários e outros direitos.

Constatou-se que a totalidade das greves teve um caráter defensivo, geralmente na defesa das condições de trabalho, assistência médica, segurança sanitária e descumprimento dos acordos coletivos. No caso da educação pública, as paralisações se deram em função do reajuste salarial e cumprimento do piso nacional do magistério. Cabe ressaltar que, após o decreto de suspensão das aulas, essas greves perderam força de pressão sobre os governantes, e, sem as assembleias presenciais, para potencializar o movimento, acabaram sendo desmontadas pelas burocracias sindicais. As paralisações no setor da saúde foram motivadas pelas consequências da pandemia, e as reivindicações se voltaram à defesa das condições sanitárias, fornecimento de EPIs e testagens dos profissionais da área.

Das 195 greves na esfera privada, 103 ocorreram na região Sudeste, portanto mais da metade; no Nordeste, 49; Sul, 28; Norte, 9 e Centro-Oeste, 6.

Por último, a pesquisa diz que, das 355 greves, somente em 118 havia o mecanismo de seu encerramento. Entre os mecanismos, ressaltou a negociação direta ou intermediada e a presença da justiça do trabalho.

Como conclusão, o Dieese explica que, devido à diminuição do ritmo das atividades econômicas, aumentaram o desemprego, o crescimento da informalidade, e, inclusive levou à “asfixia” do financiamento das entidades sindicais.

O que esses números revelam?

A queda do número de greves, no primeiro semestre, não é uma particularidade resultante da pandemia. Isso só agravou o fenômeno que já vinha ocorrendo, a exemplo dos últimos quatro anos. Basta lembrar que, durante todo o ano de 2019, a quantidade de greves se limitou a 1.118; em 2018, 1.453; em 2017, 1.566; e em 2016, 2.093.

Observa-se que, conforme avançou a crise econômica, os capitalistas promoveram demissões em massa, e puseram em marcha a draconiana reforma trabalhista, aprovada em 2017. O desmonte das greves gerais, abril de 2017 e de junho de 2019, pelas direções sindicais, quebrou a resistência de luta, que havia começado a despontar no seio do proletariado. O desvio do combate para o terreno das disputas interburguesas no Congresso Nacional (“pressão” aos deputados, abaixo-assinado contra as reformas trabalhista e previdenciária, etc.), mecanismo usado pelas burocracias sindicais em oposição ao enfrentamento direto (greves, manifestações massivas, etc.), anulou a disposição de luta, que ganhava corpo entre os explorados. E os resultados não poderiam ser outros, a não ser as profundas derrotas da classe operária e demais explorados. O arrefecimento das lutas, de um lado, foi acompanhado pelo fortalecimento das medidas antitruabalhadoras, de outro. As demissões, desemprego, subemprego, informalidade, baixos salários e flexibilização capitalista do trabalho (lay-off, PDV, banco de horas, etc.) atingiram profundamente o conjunto dos trabalhadores, incluindo a maioria do funcionalismo público.

Ao mesmo tempo que os explorados estavam sendo golpeados na carne, as direções sindicais continuavam lamentando o corte de financiamento das entidades, ou seja, o fim do imposto sindical. Ou arrumando formas de angariar recursos para manter os poderosos aparatos, a exemplo do aumento do valor das taxas negociais. Após a aprovação da reforma trabalhista, as burocracias sindicais se lançaram em uma luta judicial para manter o seu papel de intermediadoras (“negociadoras”) entre o capital e a força de trabalho. Essa política parlamentar-judicial vem trazendo consequências desastrosas. As direções sindicais, ao invés de organizar a resistência, para defender os empregos, salários e direitos, passam a fazer acordos que só favorecem o patronato. O fechamento da Ford no ABC, em abril de 2019, a partir de uma negociata entre a montadora, governador e direção do sindicato, marcou fundo o conjunto da classe operária. A partir daí, é possível enumerar

vários acordos traidores, entre eles o da Volks, Renault, GM, Ford Camaçari.

A explicação do Dieese é que a queda do número de greves se deve ao avanço da informalidade, e a “asfixia” financeira das entidades sindicais serve de justificativa para a burocracia sindical, que necessita continuar com sua política de colaboração de classes, que vem há muito protegendo a burguesia e governantes, diante da crise econômica estrutural do capitalismo.

O sindicalismo pró-capitalista, também, não é um fenômeno recente. A CUT, que surgiu, no início dos anos de 1980, em oposição ao sindicalismo de direita (extensão do intervencionismo da ditadura militar), em pouco tempo, estava integrada à política do reformismo petista, que teve e tem como objetivo administrar o Estado burguês. As greves de enfrentamento ao patronato em defesa dos salários e empregos foram dando lugar à política de conciliação de classes, que atingiu seu ponto alto durante os 13 anos do governo do PT, na presidência da República. A divisão da CUT, com o surgimento da CSP-Conlutas e Intersindical, enfraqueceu a luta política que se travava no interior da central, e deixou a burocracia livre para impor o denominado “sindicalismo de resultados”. Quando do golpe de Estado de 2016 e da imposição das contrarreformas, a burocracia cutista já não podia levantar a cabeça, e retornar à sua política dos anos iniciais de sua criação.

O que há de novo, nesses últimos anos, é a unidade das burocracias sindicais (CUT, Força Sindical, CTB, etc.) em torno à política de colaboração de classes. As greves são usadas pelos burocratas como forma de “garantir” uma negociação com os capitalistas, ou com a Justiça do Trabalho. Durante a pandemia, houve uma unidade entre todas as direções sindicais na defesa da política burguesa do isolamento social. Da mesma forma, passaram a realizar as assembleias virtuais, para aprovar a implantação da MP 936, de redução salarial. A CUT aproveitou a pandemia, para instituir as reuniões, assembleias e congressos on-line. Tudo indica que a burocracia se empenhará em instituir esse instrumento antidemocrático. A direitista Força Sindical seguiu o mesmo caminho. A CSP-Conlutas, que também organizou as assembleias virtuais, aos poucos, foi combinando as presenciais com as on-line. No entanto, a CSP-Conlutas, que se arvorou em se constituir como um polo classista, hoje, vem seguindo os passos das burocracias direitistas e reformistas. Apesar do discurso radical, não conseguiu aglutinar uma vanguarda da classe operária para combater o sindicalismo traidor.

O que fazer?

O surto de demissões e crescimento do desemprego e subemprego só podem ser enfrentados com os métodos próprios da classe operária. Daí a importância da luta contra as assembleias virtuais e os acordos pró-patronais. Somente por meio das assembleias presenciais, democráticas, é possível aprovar um plano de defesa dos interesses gerais dos explorados. As decisões coletivas permitem que a força da classe operária se impo-

nha diante da força centralizada dos capitalistas e governantes. O resultado das assembleias virtuais nada mais é do que a soma de votos dos operários, individualizados. Portanto, sem a força das decisões coletivas e democráticas. É certo que a burocracia sindical exerce tamanho controle às assembleias presenciais que as têm tornado um instrumento passivo de sua política de conciliação de classes e, assim, para referendar os acordos acertados nos escritórios do patronato. Está aí por que é preciso um combate sem trégua a todos os artifícios burocráticos, que eliminam a democracia operária e as decisões coletivas.

É fato que estamos diante de trabalhadores temerosos com o desemprego. Não por acaso, acabam convencidos pelos argumentos da burocracia e do patronato, de que o momento é o de preservar os empregos, aceitando acordos de redução salarial e suspensão de contratos (lay-off). No entanto, uma parcela dos trabalhadores logo percebe que não se deve se curvar diante dos ataques. Contribui, para isso, a intervenção da

política revolucionária, nas fábricas e outros locais de trabalho. Certamente, como o desmonte das lutas foi grande, trata-se de um trabalho insistente de penetração do programa operário, que se assenta na luta de classes. Portanto, de combate à política da burocracia de conciliação de classes. É desse trabalho que se potenciará uma vanguarda operária com consciência de classe.

A inflexível defesa dos postos de trabalho e dos salários é o ponto de partida por onde a classe operária se unirá contra a burguesia e seu Estado. A experiência dos explorados com as traições da

burocracia sindical expõe claramente que a renúncia à defesa dos empregos é a pior das traições. Está colocado para a vanguarda com consciência de classe levar adiante um trabalho sistemático de constituição das direções classistas e revolucionárias.

Certamente, como o desmonte das lutas foi grande, trata-se de um trabalho insistente de penetração do programa operário, que se assenta na luta de classes. Portanto, de combate à política da burocracia de conciliação de classes. É desse trabalho que se potenciará uma vanguarda operária com consciência de classe.

Balanço da greve nacional dos petroleiros
Capitulação da direção da FUP impõe derrota ao movimento
Duas experiências: a greve dos petroleiros de 1995 e a de 2020

R\$5
Adquirir com o distribuidor de Massas:

POR Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

Nota do Partido Operário Revolucionário

Mais uma traição à classe operária

Sindicato Metalúrgico de Camaçari fecha acordo de demissão

29 de setembro de 2020

O presidente do sindicato, Júlio Bonfim, o comunicado da entidade, e a notícia da imprensa, de 28 e 29 de setembro, não dizem quantos metalúrgicos serão demitidos. No entanto, irão para a rua muitos operários. O burocrata Bonfim expôs os termos do acordo do Programa de Demissão Voluntária (PDV), vangloriando-se dos valores, sem revelar o número de demissões, assim, se evitaria o impacto que terá nos empregos e na vida da classe operária. Referiu-se aos cortes de 5 mil, na Volks, e 747, na Renault. Auto elogiou o acordo da Ford de Camaçari, pelo fato de não ter sido preciso uma greve, como a da Renault, de 20 dias. O presidente Bonfim, orgulhoso, se apegou aos valores do PDV, para mostrar que foi o maior de todos, inclusive ao da Volks, comandado pelo mais poderoso sindicato metalúrgico do país.

O PDV, assim, é utilizado como uma fórmula eficaz para a burocracia sindical e a empresa negociarem o fechamento de postos de trabalho, evitando a resistência operária. Via-de-regra, esse tipo de acordo é realizado nas grandes empresas.

Em um vídeo muito bem preparado, o burocrata e membro do PCdoB mostrou-se, de início, muito consternado, com um semblante entristecido. Na medida em que se referia ao PDV de R\$ 93 mil, R\$80 mil e R\$ 40 mil, sua voz tomava a forma de um locutor, que acentuava o timbre dos cifrões. Da consternação, passou à exuberante certeza de que cumpriu o dever de uma figura heroica, que conseguiu a façanha de um acordo de demissão muito melhor do que os já realizados. Basta um mínimo de consciência de classe, para sentir nojo da voz e da cara patronal que se estamparam na figura do vendedor Júlio Bonfim.

Depois de colocar nas alturas os valores do PDV, passou a propagandear a oferta da Ford, de vender 800 carros KA SE, segundo ele, a preço de custo da produção, cujo valor de R\$ 43.800,00 seria abatido da indenização. Concluiu, lamentando que os demitidos pelo mecanismo do PDV não poderiam receber o seguro-desemprego. E que esse inconveniente seria motivo de luta futura.

Na realidade, o PDV foi uma criação das multinacionais, que violaram e violam direitos trabalhistas, a exemplo do não-direito ao seguro-desemprego. É bem conhecida a flexibilização capitalista do trabalho, quando ainda não havia ocorrido a reforma trabalhista. Para burlar a CLT, se introduziram formas, como lay-off, banco de horas, PLR e o próprio PDV. Esses meios serviram para as multinacionais, principalmente, protegerem seus lucros, nos momentos em que a crise mundial e nacional de superprodução chegasse ao ponto em que o excedente tivesse de ser contrabalançado com demissões e redução do preço da força de trabalho.

O lay-off permite à empresa suspender temporariamente uma parte de seus operários, diminuindo seus custos e prejudicando os salários. O banco de horas, introduzido na CLT em 1998, pela minirreforma trabalhista de Fernando Henrique Cardoso, permite ao capitalista modificar a jornada, para não pagar as horas-extras, e poder reduzir custos adicionais. Depois da reforma trabalhista, o banco de horas pode ser aplicado pelo patronato sem o aval da burocracia sindical. O PLR é uma forma de salário indireto. Assim, não é incorporado ao piso salarial. Reflete negativamente em outros direitos, como no valor da aposentadoria. Nas últimas décadas, a flexibilização capitalista do trabalho ganhou um importante espaço nas negociações entre a burocracia sindical e os grandes capitalistas, principalmente nas montadoras.

Esses mecanismos, no entanto, levam ao momento decisivo, que é o da demissão em massa. O PDV, assim, é utilizado como uma fórmula eficaz para a burocracia sindical e a empresa negociarem o fechamento de postos de trabalho, evitando a resistência operária. Via-de-regra, esse tipo de acordo é realizado nas grandes empresas.

As montadoras recorrem ao PDV, de tempo em tempo, servindo ao objetivo de reduzir gradativamente a força de trabalho utilizada na produção.

Com a pandemia, e seus reflexos negativos na economia, os trabalhadores desse setor se encontram diante de um surto de PDV. O seu ponto alto culminou com as 5 mil demissões na Volks. Além da Renault, a General Motors de São José dos Campos acaba de demitir 235 metalúrgicos, e a de São Caetano, 294. O acordo com a Toyota de São Bernardo do Campo prevê 120 demissões pelo PDV, a meta era de 300. Na Ford de Taubaté, o acordo entre a direção sindical e a fabricante de motores prevê, por meio do PDV, a demissão de 277. A Volvo de Curitiba tem em mira 1.070 operários a serem demitidos, que já estão com contratos suspensos, sendo que o sindicato, vinculado à Força Sindical, concordou em aplicar a MP 936 e, agora, o PDV. Não é preciso acrescentar outros casos, apenas agregamos o que se passa na Embraer. Nesta empresa de aviação, estão em processo de liquidação 2.500 postos de trabalho. O sindicato, dirigido pela CSP-Conlutas, também aceitou o PDV. No entanto, uma parte se rebelou e não acatou o PDV, dos 2.500 na lista de demissão, 1.600 acataram. A Embraer, então, demitiu 900 à revelia. O movimento contra essa arbitrariedade se encontra na pendência da Justiça, que é patronal.

As demissões da Ford de Camaçari é parte do ataque generalizado das montadoras e de grandes empresas de outros setores. É preciso ainda vinculá-las às mais de 3 mil demissões ocorridas com o fechamento da Ford, em São Bernardo, antes da pandemia. Evidentemente, a superprodução mundial do

setor é bem anterior à pandemia, como indicam os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, e o próprio fechamento da Ford no ABC. Esse ataque é mais amplo ainda. A pandemia agravou esse quadro, e o patronato impulsionou as demissões, e quando não, a redução salarial e quebra de direitos. O governo Bolsonaro e o Congresso Nacional deram cobertura a esse ataque em toda a linha.

A burocracia sindical isolou e isola caso a caso, como se fosse um problema desta ou daquela fábrica. Procura ocultar que a ofensiva contra os empregos segue um só plano do grande capital, que se vale dos PDVs, negociados e aplicados em cada unidade fabril. Assim, as multinacionais se utilizam dos sindicatos, como agências intermediárias de negociação, entre aquele que tem o poder de demitir, e aqueles que se veem sem nenhum poder de se defender. Como se passa de forma generalizada, se evidencia a função da burocracia sindical, de anular os sindicatos como uma arma coletiva da classe operária, e também põe às claras o seu papel de oposição política subserviente à democracia burguesa que, nas condições concretas, se traduz em colaboração com o governo Bolsonaro e o Congresso Nacional. E, ao mesmo tempo, deixa mais claro o papel divisionista da burocracia, que estilhaça o movimento nacional da classe operária, por meio de uma dezena de centrais. Não é casual que a CUT, Força Sindical, CTB e Conlutas desemboquem para o mesmo terreno da flexibilização capitalista do trabalho e das negociações em torno aos PDVs.

As mais poderosas frações burocráticas, encasteladas na CUT e Força Sindical, em certa medida também na CTB, ditam o curso dos acordos antioperários. A CSP-Conlutas, apesar de seu palavreado à esquerda, se adapta à política hegemônica da burocracia, que, por sua vez, expressa a política reformista do PT, PCdoB, e direitista, do Solidariedade. É compreensível que essas forças, sem exceção, se submeteram à política burguesa do isolamento social, à desorganização dos explorados, encurralados pela pandemia, e às medidas ditas emergenciais de proteção ao grande capital. Não houve uma só tendência sindical que detenha alguma capacidade de resistência, que confrontasse esse enorme aparato, e apresentasse ao proletariado um curso de luta e de independência de classe.

O capitalismo da época imperialista é de contrarreformas. Na presente situação, a ofensiva nos países semicoloniais é brutal. Atestamos essa afirmação com o que se passa na América Latina, e, em particular, no Brasil. A burguesia não se dispõe a fazer concessões, e se utiliza do Estado policial para conter as lutas, por limitadas que sejam. A burocracia sindical não tem alternativa, a não ser se sujeitar; caso contrário, teria de abrir caminho para as tendências instintivas de revolta, que latejam no interior dos explorados. Eis por que sua adaptação a coloca inteiramente no campo do grande capital, via-de-regra, dos

monopólios internacionais. Ao assistirmos os presidentes dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC e de Camaçari, Wagner Santana e Júlio Bonfim, justificarem os acordos de demissão com a queda das vendas e, logo, com o excedente de força de trabalho, estamos diante de figuras patronais.

A época do capitalismo imperialista também se caracteriza pela gigantesca burocratização dos sindicatos, controle patronal sobre suas direções, e estatização. O que reflete a radical polarização entre a minoria burguesa e a maioria oprimida, entre a riqueza altamente concentrada e a miséria disseminada. Qualquer que seja a resistência da classe operária e dos demais explorados se converte em choque com a burguesia, o Estado e seu governo. Esse é o motivo do poder econômico ter posto tantas restrições à greve. O direito de greve, praticamente, já não existe. A burocracia sindical consentiu tamanha arbitrariedade, e dela se vale para justificar a passividade e suas negociações, como as que a classe operária se depara, em meio à onda de demissões.

A vanguarda com consciência de classe, mesmo a mais elementar, não pode compactuar com a burocracia, que desarmou o

proletariado diante das poderosas multinacionais e grande capital nacional. Está obrigada a denunciar e rechaçar os acordos de demissão, a lutar pela eliminação da flexibilização capitalista do trabalho, e a trabalhar por constituir novas direções classistas e revolucionárias. A construção do partido marxista-leninista-trotskista é parte fundamental dessa tarefa. Não se derruba e expulsa a casta burocrática sem o partido da revolução proletária.

Há muito, os marxistas comprovaram, pela experiência e pela teoria, que a burocracia sindical é uma correia de transmissão da política burguesa no seio do movimento operário. Estamos apenas confirmando essa verdade diante da mais brutal ofensiva dos capitalistas, seu governo e suas instituições estatais contra os explorados, que pagam com o desemprego, subemprego, pobreza, miséria e fome. É passada a hora de pôr em pé um poderoso movimento em defesa dos empregos, salários e direitos. A classe operária tem seu programa próprio para enfrentar o capitalismo em decomposição e a barbárie. É preciso edificar uma

direção revolucionária que o materialize na luta de classes.

Nossas bandeiras: Emprego não se negocia, defende-se com luta! Reagir imediatamente às demissões em massa, com greves, manifestações e ocupações. Lutar pelo emprego a todos, sob a bandeira da escala móvel das horas de trabalho. Unir empregados e desempregados nos comitês de defesa dos empregos. Responder ao fechamento de fábricas, impondo o controle operário da produção. Acabar com a flexibilização capitalista do trabalho. Derrubar as contrarreformas antioperárias e antipopulares. Organizar uma frente única nacional pelos empregos, salários e direitos trabalhistas. Lutar contra a fome, sob a estratégia do governo operário e camponês e da ditadura do proletariado.

O capitalismo da época imperialista é de contrarreformas. Na presente situação, a ofensiva nos países semicoloniais é brutal. Atestamos essa afirmação com o que se passa na América Latina, e, em particular, no Brasil. A burguesia não se dispõe a fazer concessões, e se utiliza do Estado policial para conter as lutas, por limitadas que sejam. A burocracia sindical não tem alternativa, a não ser se sujeitar; caso contrário, teria de abrir caminho para as tendências instintivas de revolta, que latejam no interior dos explorados. Eis por que sua adaptação a coloca inteiramente no campo do grande capital, via-de-regra, dos monopólios internacionais.

Campanhas do POR

O Boletim Nossa Classe, de início de outubro, mantém a campanha em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Infelizmente, traz a notícia de inúmeras traições da burocracia sindical, que realizou acordos de demissão, valendo-se dos PDVs. Mas, as traições e derrotas fazem parte da experiência negativa da classe operária. É dever da militância com consciência de classe explicar e revelar o conte-

údo de classe burguês da política de conciliação das direções traidoras. As condições aterrorizantes da pandemia ajudaram o governo, os capitalistas e as direções colaboracionistas a impor uma onda de demissão, sem que houvesse resistência. Para ser preciso, os operários da Renault de São José dos Pinhais, Paraná, iniciaram a resistência, com a greve de 20 dias. No entanto, a direção, vinculada à Força Sindical,

se valeu da arbitragem do TRT, para negociar o PDV. Assim, fechou o caminho à resistência, que poderia influenciar a classe operária como um todo. Vimos como os burocratas vendidos enterraram um movimento ainda vivo, da mesma forma que enterram um movimento antes mesmo de ganhar vida.

Abaixo publicamos o Boletim Nossa Classe

Política Operária

Emprego não se negocia, defende-se com luta

Companheiro operário, este Boletim Nossa Classe tem uma importância particular. Isso porque é inteiramente dedicado à defesa dos empregos.

O acordo da direção sindical com a Volkswagen custou o fechamento de 5.000 postos de trabalho. Um pouco antes, na Renault de São José dos Pinhais, Paraná, a direção sindical concordou em pôr fim à greve de 20 dias, e aceitar a demissão de 747 metalúrgicos. Na Ford de Camaçari, Bahia, a direção aceitou o acordo de demissão, escondendo quantos padecerão com o fechamento patronal. Como estão afastados mais de mil, dá para se ter a ideia do tamanho da pancada. A Embraer demitiu 2.500. Os 900 que resistiram a aceitar o PDV se acham na dependência de uma ação na Justiça do Trabalho. A GM, Nissan e Toyota também fizeram um rapa. Acrescenta-se a essa lista o fechamento da Ford na ABC, que resultou em mais de 3.000 demissões.

Companheiro, em toda a parte, vêm ocorrendo demissões em

massa. Será que a classe operária é incapaz de lutar pelos empregos? Ou são as direções sindicais as responsáveis pela falta de luta?

O Boletim Nossa Classe entende que a responsabilidade cai inteiramente sobre as direções sindicais. Pelos seguintes motivos:

- 1) não organizam a luta contra as demissões;
- 2) colaboram com o patrão, para impor o PDV;
- 3) dividem os operários;
- 4) eliminam a democracia das assembleias;
- 5) combatem a formação de oposições, com a perseguição política e a violência.

O Boletim Nossa Classe lutou e luta contra as demissões e os acordos malditos dos PDVs. Chama a classe operária a se colocar pela bandeira: Emprego não se negocia, defende-se com luta!

Por que não devemos aceitar nenhum tipo de acordo de demissão?

O desemprego é uma maldição para a família operária. Suas consequências são bárbaras, pode levar à miséria e à fome. Aceitar um acordo de demissão significa se sujeitar ao desemprego, que atinge milhões de trabalhadores. Está aí por que o emprego deve ser sagrado para todos os assalariados.

Aí vem a pergunta: mas não é melhor a demissão com um acordo, do que sem acordo? As direções sindicais vendidas aos capitalistas vão dizer que é melhor a demissão com um acordo do tipo PDV. O Boletim Nossa Classe diz que o certo é lutar para manter os empregos.

Os capitalistas demitem para proteger seus lucros. Os operários lutam pelos empregos, para proteger suas vidas e suas famílias. Nas demissões, estão em jogo o lucro dos exploradores e a vida dos explorados.

O PDV é uma forma das corporações industriais de amortecer o impacto social das demissões, enganar os demitidos com uma indenização, que logo acaba, conseguir a aprovação dos trabalhadores, que não serão demitidos, e, assim, evitar a luta operária pelos empregos.

O PDV é uma armadilha bem montada pelos exploradores, que têm dinheiro de sobra. E as direções sindicais se encarregam

de armar a arapuca. Os operários se metem dentro dela, porque estão desarmados para defenderem os empregos. Individualizados, cada um por si, não têm como confiar na própria força da classe operária, organizada e mobilizada para a luta. Veem o desemprego pela frente, e acreditam que o PDV é uma tábua de salvação. Na realidade, o PDV compra provisoriamente sua desgraça. O mais grave de tudo é que enfraquece a classe operária como um todo, diante do avanço do desemprego, da pobreza e da miséria.

O Boletim Nossa Classe defende:

- 1) organizar o movimento operário em defesa dos empregos, salários e direitos;
- 2) restabelecer a democracia operária das assembleias, em que a oposição e os operários de base possam defender posições contrárias à da direção dos sindicatos;
- 3) fim das negociatas montadas pelo patronato e pelas direções dos sindicatos;
- 4) abolição do PDV e todo tipo de armadilha que desarma a luta da classe operária.

Temos um programa de reivindicações?

Sim, a classe operária tem suas respostas próprias. O ponto de partida do programa de reivindicações afirma os seguintes princípios:

- 1) todo trabalhador tem o direito de ter um emprego e um salário;
- 2) as demissões, desemprego e subemprego negam o direito ao trabalho;
- 3) a classe operária luta por emprego a todos;
- 4) nenhum argumento dos capitalistas para demitir em massa é aceitável;
- 5) emprego não se negocia, defende-se com luta.

Os principais pontos do programa são:

- 1) estabilidade no emprego

- 2) redução da jornada sem reduzir os salários;
- 3) implantação da escala móvel das horas de trabalho, com a qual se dividem as horas nacionais trabalhadas entre todos aptos ao trabalho e, assim, se tem uma jornada média de trabalho, que não deixa ninguém fora da produção;
- 4) união de empregados e desempregados, em comitês de luta pelos empregos e salários;
- 5) garantia de seguro-desemprego, enquanto durar o tempo do desemprego.

O Boletim Nossa Classe chama os explorados e seu des-tacamento mais consciente a assumir esse programa de luta contra as demissões e pelos empregos.

Não aceitemos as assembleias virtuais

As direções sindicais têm substituído a assembleia presencial pela assembleia virtual. A grande maioria dos acordos foi feita de forma on-line. Assim, individualiza-se a compreensão e o voto dos participantes. A assembleia virtual é uma forma de destruir completamente a democracia operária, que é coletiva. E a democracia operária é decisiva, para unir os trabalhadores em

luta pelos empregos, salários e direitos.

O Boletim Nossa Classe defende o fim da realização virtual das assembleias, congressos e eleições sindicais. Todo operário consciente deve exigir as assembleias presenciais, onde quem discute e decide põe em prática as resoluções tomadas, tomando por método a mobilização.

Por uma campanha nacional pelos empregos, salários e direitos trabalhistas

As demissões de metalúrgicos são parte de uma onda de demissão em toda a cadeia produtiva, comércio e serviços. O desemprego está nas alturas. Para agravar a situação de milhões de famílias operárias, o custo de vida está disparado. Os produtos da cesta-básica sofreram um grande aumento, quando os salários estão sendo reduzidos. O desemprego, subemprego e baixos salários empurram milhões para a fome. O congelamento do valor do salário mínimo é um crime, praticado pelo governo Bol-

sonaro. É preciso defender firmemente um salário mínimo vital, que corresponda às reais necessidades da família operária.

O Boletim Nossa Classe defende e trabalha para que as centrais, sindicatos e movimentos populares organizem imediatamente uma campanha nacional pelos empregos, salários e direitos trabalhistas. Que convoquem as assembleias presenciais em todo o país. Que formem os comitês de empregados e desempregados.

Formação operária

Reforma trabalhista destrói antigos direitos

A luta da classe operária pela conquista da jornada de 8 horas de trabalho foi duríssima. Está marcada pela greve dos têxteis em 1903, no Rio de Janeiro. Daí em diante, o movimento operário se afirmou na defesa da regulamentação da jornada de trabalho. Em 1932, o governo de Getúlio Vargas se viu obrigado a transformar em lei. Hoje, a reforma trabalhista destruiu prati-

camente as antigas conquistas. Uma delas é a jornada de 8 horas, com o trabalho intermitente, flexibilização (banco de horas, lay-off), e com a expansão da informalidade. Sabemos que a jornada de 8 horas é muito pesada. É preciso organizar a luta pela derrubada da reforma trabalhista e defesa da redução da jornada, sem reduzir os salários.

Comentário de um operário da Volks, que recebeu o Boletim Nossa Classe

A maioria dos operários pegou o boletim. Boa parte veio buscar, sem que fosse preciso ir até eles. Notamos que muitos pegaram e guardaram na bolsa imediatamente. Outros, nos bolsos. Pelo visto, viram que o Boletim Nossa Classe anterior denunciou o acordo maldito de 5.000 demissões, e se opôs ao jogo do patrão e da direção do sindicato, que usaram o PDV para enganar e dividir os metalúrgicos.

Um operário, que sempre pega o Boletim, veio até nossa banca, onde estavam expostos o jornal Massas, livros e folhetos. Olhou os materiais, levantou a cabeça, e disse: *“Vocês não desistem deste povo medroso. O acordo é pior do que lemos. Agora, a fábrica está falando que tem uma pretensão de abrir o período noturno, e abrir novos contratos. Para eles, acabou a crise, e no acordo assinado, se tiver novos contratos, não tem estabilidade nenhuma, e os salários serão menores, só a Volks ganhou”*.

Assim, o operário que leu o Nossa Classe e pensa politicamente, expressou consciência de classe e, provavelmente, deve ter expressado a opinião de muitos metalúrgicos da Volks. O acordo maldito foi formalmente aprovado por quase a totalidade dos presentes. Mas, na realidade, os operários sabiam que estavam cavando uma sepultura para muitos companheiros, que seriam demitidos, e para eles próprios, que perdiam direitos e mais tarde poderiam ter a mesma sorte que os 5.000 que receberam o maldito PDV. Esse exemplo mostra a importância do trabalho pacioso de penetração do programa de reivindicação, dos métodos de luta, e dos princípios da independência de classe do proletariado. O Boletim Nossa Classe se tem mostrado um valioso instrumento da política revolucionária do POR.

Ceará

Operários ouvem e recebem o Boletim Nossa Classe

O Partido Operário Revolucionário/POR, ao fazer sua intervenção na fábrica têxtil Guararapes, em Fortaleza/CE, se deparou com alguns operários, que, ao receberem o Boletim Nossa Classe, desalentadamente, respondiam: “de novo”, se referindo aos políticos eleitores, que só aparecem nos períodos de campanhas eleitorais. De imediato, nossa intervenção com caixa de som, colocamos nossa política e nos diferenciamos, inclusive, denunciando que não será por meio das eleições que a nossa vida mudará, pelo contrário, será através da luta organizada, que arrancaremos as nossas reivindicações mais imediatas, e derrotaremos a ofensiva do

governo burguês de Bolsonaro/Guedes/Maia/Alcolumbre.

A atitude desses operários, que fizeram esse tipo comentário, antes de ligarmos a caixa de som, se deve ao fato de que quase todos os dias aparecem candidatos, de esquerda e de direita, para fazerem campanha política na porta de fábrica. Nossa agitação mudou inclusive a receptividade dos operários, porque logo descobriram que não estávamos ali para fazer campanha eleitoral, e sim denunciar os ataques da burguesia às suas condições de vida.

A classe operária e demais explorados sabem que essa política eleitoreira não

lhes serve. Sabem muito bem que uma ala dos eleitores irá arrancar seu cor, e outra, traí-los através da conciliação de classe. Portanto, dizemos aos operários e explorados que, somente com organização e independência de classe, derrotaremos as contrarreformas, que vêm causando desemprego e miséria. A situação exige unir a classe operária, não por detrás dos partidos eleitores, mas sim por meio de uma frente única nacional pelos empregos, salários e direitos. Aqueles que nos ouviram entenderam, perfeitamente, que o boletim Nossa Classe estava ali para denunciar os capitalistas, e exigir que os sindicatos organizem a luta direta.

Pernambuco

O Boletim Nossa Classe faz a campanha contra o fechamento da Kibon. Lembramos aqui a importância da campanha que o POR fez contra o fechamento da Ford e ameaça de fechamento da Kostal. É parte do combate às demissões e ao desemprego, que vêm sacrificando a classe operária e demais explorados que sobrevivem dos salários. Nesse caminho, nos deparamos com a política de colaboração da burocracia sindical com o governo e a patronal. A Ford teve um triste fim, pelo fato dos operários confiarem nas promessas da direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC. No caso da Kibon, o sindicato simplesmente desconhece o que está se passando. Está aí a possibilidade de o Boletim Nossa Classe ajudar os operários a se reunirem em assembleia, formarem um comitê contra o fechamento da fábrica, e prepararem as respostas necessárias. O Boletim Nossa Classe de Pernambuco tem como orientação as bandeiras: Não ao fechamento da Kibon! Em defesa dos empregos e vida das famílias dos que ali trabalham! Responde: “O Boletim Nossa Classe, presente em outras lutas, como pelo não fechamento da Kostal (SP) e Ford (SP), também apoia a luta pelo não fechamento da fábrica da Kibon em Jaboatão(PE)! Emprego não se negocia, defende-se com luta!”

O Boletim Nossa Classe alerta os trabalhadores: Não se iludir com promessas! Defender os empregos!

O processo de transferência da fábrica já começou e a Kibon já aplica sua estratégia. Os capitalistas sabem da força da classe quando unida, por isso lançam promessas para minar a união entre os dispostos a lutar. Quando promete talvez incorporar trabalhadores na outra fábrica que tem em Pernambuco, ou ver algum “adicional às verbas rescisórias de acordo com anos trabalhados”. Claramente, tenta domesticar a revolta dos trabalhadores como se dissessem: “se comportem que, talvez, eu garanta um ou dois empregos”.

A classe operária não pode se iludir com promessas. Experiências como o fechamento da Ford (SP), em 2019, mostram que as indenizações rapidamente acabam, e o que fica é a miséria, a precariedade e toda a desgraça que acompanha o desemprego.

O Boletim Nossa Classe defende que emprego não se negocia. Nenhuma



ma indenização se equipara ao emprego. Nada de trocar o emprego por ilusões. Exigir das centrais e sindicatos que rompam a passividade.

Eis a resposta: Fábrica fechada, fábrica ocupada

Na história das lutas da classe operária, os trabalhadores já se defrontaram muitas vezes com o fechamento de fábricas e demissões em massas. Assim funciona o capitalismo. Quando os negócios vão bem, são os patrões que embolsam os lucros. Quando não vão tão bem, são os trabalhadores que pagam a conta. A Unilever é uma multinacional, sua riqueza se construiu à custa da exploração da classe operária. Para se instalar em Pernambuco, ela ganhou várias vantagens do governo estadual. A fábrica de Jaboatão, portanto, foi construída com o suor e sangue dos operários, seja os que movem suas máquinas, ou os que produzem as riquezas, de onde saem os impostos que subsidiam as multinacionais.

Na história da luta entre a burguesia e o proletariado, há uma bandeira que a classe operária empunha, quando os patrões anunciam o fechamento de uma fábrica: *é fábrica fechada, fábrica ocupada*. A defesa da ocupação da fábrica expõe que quem faz a indústria funcionar são os próprios trabalhadores. É preciso defender os empregos com unhas e dentes! Nada de aceitar passivos a destruição dos empregos.

O Boletim Nossa Classe, ao lado da luta contra o fechamento da Kibon, também vem lutando contra as demissões dos rodoviários. Eis:

Justiça obriga Empresa Caxangá a reintegrar – Lutar para garantir a Reintegração de Todos os rodoviários!

A empresa Caxangá foi obrigada a reintegrar os demitidos durante o período de 25/03/2020 a 28/05/2020. Diante dessa notícia, já tem algumas denúncias: que ainda não foram reintegrados; receio da Caxangá piorar suas condições de trabalho, até pedirem para sair; foram reintegrados, mas para começarem a trabalhar apenas em dezembro, recebendo 30% do salário pela empresa, e 70% do governo; receberão o salário e 13º a partir da data de reintegração. Além disso, depois de 28/05, ocorreram mais demissões. Como ficam os que perderam o emprego nesse período?

É importante que o conjunto da categoria defenda a reintegração de todos os demitidos, das 14 empresas de transporte. A decisão da justiça não significa que todos serão reintegrados, a exemplo da Metropolitana, onde muitos denunciam

não ter sido reintegrados, e o sindicato aguarda que o MPT atribua multas para pressionar o cumprimento.

Já são 2.386 motoristas na dupla função, com 67% das linhas de ônibus sem cobrador. Os trabalhadores sabem que com a autorização da prefeitura esse quadro só vai piorar, por isso, responderam com paralisações nos dias 21 e 28/09. A direção do sindicato (PSOL) ainda alimenta a ilusão da categoria, de pressionar pela aprovação do projeto de Lei contra a dupla função. Já passou da hora do sindicato aproveitar a disposição de luta, e organizar a categoria para derrotar a prefeitura, governador e empresários do transporte, com a greve em defesa do emprego e do salário.

O Boletim Nossa Classe/POR defende que o sindicato organize a luta em defesa da reintegração de todos os demitidos. Com assembleias nas garagens e paralisações que mexam no bolso do patrão, será possível os guarás defenderem seus empregos, salários e condições de trabalho, diante dos abusos empresariais.



Boletim Nossa Classe Ecetista

O Boletim Nossa Classe de início de outubro faz um balanço final da greve dos Correios. Explica a importância da luta, não só para os ecetistas, mas para o conjunto dos trabalhadores. Foram 36 dias, sem fraquejar. Por si só, os grevistas mostraram disposição de enfrentar a privatização dos Correios e, consequentemente, os ataques aos empregos, salários e direitos. O Boletim chama os trabalhadores e a vanguarda que esteve à frente do movimento a responder à tarefa: *“Por um verdadeiro balanço classista da greve dos correios. Compreender a derrota e reorganizar a classe! A defesa da greve como método de luta!”*. Diz: *“Nenhuma greve é inútil. Toda greve, toda paralisação, toda mobilização tem um propósito geral: lutar contra a exploração do trabalho e garantir direitos. Este objetivo, de todo movimento, não é alterado com a derrota ou com a vitória”* (...) Esta compreensão é tão importante quanto o próprio movimento executado, porque permite retirar as lições, elevar a consciência política, e avançar nas próximas batalhas que virão inevitavelmente, já que o governo e a empresa mantêm seu plano de privatização e sua política de redução de gastos e aumento da exploração de nosso trabalho”.

O Boletim demonstra a responsabilidade da direção da greve, que se mostrou incapaz de potencializar o método da ação direta, e trabalhar pelo rompimento do isolamento do movimento. Diferencia a responsabilidade da FINDETEC, vinculada à CTB, da responsabilidade da FENTECT, ligada à CUT, evidenciando que, no fundo, expressaram duas frações da burocracia sindical conciliadora. Diz: *“Entretanto, as duas federações e seus sindicatos convergiram na submissão à decisão ditatorial da justiça burguesa. Primeiro, do STF, e depois, do TST. Embora afirmem que houve um*



Por um verdadeiro balanço classista da greve dos correios Compreender a derrota e reorganizar a classe!

A defesa da greve como método de luta!

Nenhuma greve é inútil. Toda greve, toda paralisação, toda mobilização tem um propósito geral: lutar contra a exploração do trabalho e garantir direitos. Este objetivo, de todo movimento, não é alterado com a derrota ou com a vitória.

A greve dos ecetistas, que durou 36 dias, tinha como conteúdo a defesa dos salários, dos direitos e contra a privatização da empresa. A derrota sofrida não muda o seu caráter. Não torna menor o esforço e a disposição das dezenas de milhares de ecetistas que paralisaram suas atividades, que saíram às ruas e que, com consciência de classe, estiveram enfrentando a direção da empresa, o governo e mesmo sem saber, reafirmando a política

Além das declarações de ministros, como o da Economia e das Comunicações, sobre o interesse em privatizar os Correios, há, nesse momento, um contrato entre BNDES e o Consórcio Postal (formado pelas empresas Accenture do Brasil Ltda. e Machado, Meyer, Sendacz, Opine e Falcão Advogados) para realizar estudos sobre parcerias com empresas privadas para quebrar o monopólio do serviço postal no Brasil, que hoje, pela Constituição, ainda é da ECT.

Ou seja, houve e há um plano de privatização. Ele é parte da política pró-imperialista para beneficiar os maiores grupos capitalistas do planeta. O enrugamento da folha de pagamento, o ataque aos direitos é apenas parte desta política contra a qual nossa greve se levantou.

O segundo obstáculo que tínhamos à frente era

conluio da justiça com o governo e com a empresa para destruir direitos e rebaixar os salários, transformaram esta denúncia em frases vazias, ao acatar a decisão judicial e ignorar o conteúdo da greve, que – todos sabíamos – seria dura e sem “aliados” do lado do Estado burguês (justiça ou parlamento)”.

O Boletim conclui colocando a tarefa de reorganizar o movimento, sobre a base de um rigoroso balanço crítico da greve. Prevê que a situação vai se agravar, com a ofensiva geral do governo e da burguesia sobre as massas. Os ecetistas têm pela frente a defesa de que as centrais rompam com a política de conciliação de classes e se coloquem por organiza um movimento nacional contra as privatizações, pelos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Ceará



O Jornal de bairro mensal O Proletário está dedicado a denunciar o corte do auxílio emergencial pela metade, de R\$ 600 para R\$ 300. Mostra que Bolsonaro e o Congresso Nacional ajudam os banqueiros, com um pacote de R\$ 1,2 trilhão, enquanto a periferia sofre com a pobreza, fome, desemprego e mortes. Explica que a sociedade capitalista não pode garantir sequer a subsistência a todos, embora as condições de produção existam. Mostra que: *“Apenas uma pequena parcela da população detém riqueza, e tem possibilidade de passar pela crise isenta de aflições”*. O boletim O Proletário conclui: *“É necessário lutar em defesa das nossas condições de vida. Por empregos a todos! Salário Mínimo Vital, que cubra as despesas de uma família de 4 pessoas! Faz um chamado: “Jovem e trabalhador, organizem-se conosco! Leia e divulgue O Proletário!”*

Boletim Juventude em Luta - Corrente Proletária Secundarista

POLÍTICA OPERÁRIA

A juventude proletária deve fazer um balanço da atuação de suas direções



Diante da enorme crise sanitária, econômica e social, o Boletim Juventude em Luta levanta a bandeira: *“A juventude proletária deve fazer um balanço da atuação de suas direções”*. A passividade das organizações estudantis não se deu devido à pandemia, mas sim à submissão de suas direções à política burguesa do isolamento social. Defende o fim da passividade. Que se convoque a juventude a responder aos ataques da burguesia, e à implantação forçada do ensino a distância (EaD). Indica a necessidade de erguer um movimento nacional unificado da juventude com os trabalhadores, empregados e desempregados, pela defesa dos empregos e dos salários. Posiciona-se, ainda, sobre a volta às aulas em São Paulo. Denuncia as manobras do governador e prefeito sobre o retorno, bem como a demagogia eleitoreira das direções sindicais e das correntes de esquerda.

O Boletim mostra que os trabalhadores da educação e a juventude não podem ficar à mercê dos governantes e da camarilha de burocratas. Somente a mobilização coletiva, e as decisões em assembleia, podem responder corretamente à crise sanitária e

econômica.

O boletim faz campanha contra a reforma administrativa do governo de São Paulo. Expõe a defesa que fez no ato de 30 de setembro, sob a bandeira *“Abaixo a reforma administrativa! Abaixo a MP 936! Pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária!”*

O Boletim denuncia o ataque do governo Bolsonaro à autonomia universitária. Defende a assembleia universitária, e a constituição de um governo tripartite, para se impor a real autonomia universitária.

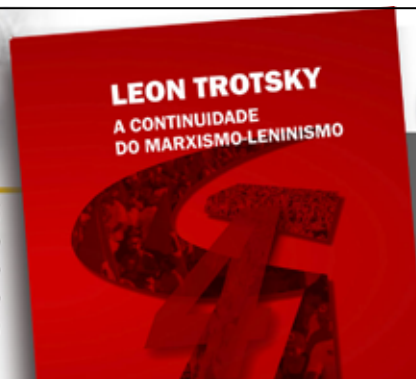
O boletim Juventude em Luta noticia o lançamento da Revista Corrente Proletária da Educação, nº 10, realizada no dia 4 de outubro, na sede do POR. E assinala os 83 anos de fundação da UNE, em 11 de agosto de 1937, no Rio de Janeiro. Essa data deve ser tomada como motivo para a luta em favor de sua independência política e organizativa, diante dos partidos servís à burguesia e ao Estado.

Finalmente, o boletim refere-se à campanha do POR sobre os 80 anos do assassinato de Trotsky e os 82 anos da fundação da IV Internacional.

Publicado o livro:

**LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Assembleia dos demitidos da Embraer

No dia 30 de setembro, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos realizou, no portão da Embraer, uma assembleia com os operários demitidos pela empresa. O diretor chamou os operários para baixo de uma árvore para iniciar a assembleia. Antes de começar, um diretor nos disse que a empresa havia mudado as câmeras, para tentar filmar a assembleia, disse ainda que haviam reforçado a segurança. Segundo este diretor, alguns operários têm receio de mostrar o rosto, pois, têm uma esperança da recontração. Depois de juntar os demitidos, iniciou-se a assembleia, informando que, naquele dia, o intuito não era para protestar, e sim o de prestar esclarecimentos jurídicos, e deliberar sobre os novos passos da luta. Comunicou o resultado da audiência de conciliação, segundo o diretor, a juíza propôs à empresa o cancelamento das demissões, e adoção do lay-off para os sindicalizados, a mesma propôs ainda uma indenização de um salário pago para cada ano trabalhado. Que esta deferiu liminar, garantindo a extensão do plano de saúde e do vale alimentação, até junho de 2021. Segundo o diretor, a empresa não aceitou o pedido de cancelamento das demissões, e, sem um acordo, a situação iria para um julgamento. O mesmo falou aos operários que não podem confiar na justiça, que nos últimos anos vem agindo em favor dos patrões e da burguesia. Disse, também, que o sindicato estará à disposição dos sócios e não sócios. E que ação judicial se faz necessária, porque, segundo ele, em determinados casos, algumas demissões podem ser revertidas, é o caso dos lesionados e demais doentes. Concluiu que os demitidos têm direito a pelo menos duas parcelas da PLR.

Durante a assembleia, foi denunciada a traição dos outros sindicatos que representam a categoria. Um dos denunciantes falou que a empresa usa estes sindicatos para enfraquecer a luta dos Sindicato dos Metalúrgicos de São José. Ao final da assembleia, a única votação que ocorreu foi a da formação da comissão, que lutará em separado contra a traição do sindicato dos engenheiros.

Propostas da direção do sindicato

O dirigente sindical disse que os não demitidos já estavam sofrendo com as demissões por acúmulo de trabalho, que o

chicote está estralando sobre os que ficaram, e que era preciso denunciar a empresa. Foi colocada a proposta de uma possível greve em algum turno. Nesta proposta, ficou claro o acanhamento do diretor. Propôs fazer um documentário, denunciando a empresa diante das demissões e as situações de “assédio moral”. E um protesto em frente à TV Bandeirantes, em Taubaté, onde ocorrerá um debate dos candidatos a prefeitos. Informou que haveria uma reunião com o prefeito, e que seria bom ir 5 operários, um diretor, e pelo menos, quatro demitidos. Nessa hora, ficou evidente o receio dos operários, em relação a compor a comissão. O dirigente também chamou a atenção da baixa participação dos operários nas assembleias, tinha aproximadamente 80. Completou, dizendo que o “rito jurídico”, possivelmente, se estenderá e, em seguida, fez uma fala de alento aos operários demitidos: *“até lá não sabemos o que vai ocorrer, pode-se efetivar a demissão ou podemos ser readmitidos, vamos ver o que pode acontecer... pode ser que algum deputado pressione, que a prefeitura possa fazer algo, não podemos perder o foco”*.

Nossa atuação

O POR atuou com o Boletim Nossa Classe “Mais uma Traição à Classe Operária”, que denuncia a traição do sindicato dos metalúrgicos de Camaçari, ao aceitar o acordo da Ford e os acordos da Volks e Renault de demissão. Interveio com uma fala na assembleia metalúrgica. Assim, pôde enfatizar a política de conciliação de classes das direções sindicais, e o brutal ataque do patronato e governo aos empregos, salários e direitos. Essa política é de derrotas. Ressaltou a importância da independência de classe e a organização dos trabalhadores para enfrentar o surto de demissões e as violentas medidas governamentais. Destacou que não se pode confiar na justiça, porque é patronal. E que a força dos operários está na unidade e na luta coletiva, por meios de seus próprios métodos (greves, ocupações, manifestações de rua, etc.). Encerrou defendendo a união de empregados e desempregados, e na exigência de que as centrais sindicais organizem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisação, em defesa dos empregos, salários, direitos e contra as reformas trabalhista e previdenciária.

Novo escambo na General Motors

Nem bem encerrou o Programa de Demissão Voluntária (PDV) de setembro, a montadora divulgou o novo PDV, de 16 a 26 de outubro, sem dizer qual será a meta. Como sempre, alegando ajuste da produção. A partir do anúncio, a multinacional exerce um enorme poder de coerção sobre os metalúrgicos, para que aceitem o acordo. O chamado pacote de benefícios é o que já vinha sendo oferecido: alguns salários a mais, extensão do convênio médio para alguns meses, e um carro Onix para os que estão há mais de 10 anos na empresa. Eis um exemplo: o operário que trabalhou por mais de 26 anos receberá, de acordo com a proposta, 7 salários, um automóvel Onix, e 24 meses de convênio médico. Ou seja, uma miséria, se comparado ao tempo em que a empresa explorou sua força de trabalho.

A direção do sindicato, que é da CSP-Conlutas, informou que tem um acordo de lay-off com a montadora, que pode ser

prorrogado até abril de 2021. Em nota pública, um dos dirigentes sindicais disse: *“O Sindicato tem por princípio a defesa dos empregos. Somos contra qualquer tipo de demissão, mas respeitaremos a decisão dos trabalhadores que aderirem. De qualquer forma, o Sindicato vai ficar de olho para impedir tentativas de pressão”*.

Como se vê, a defesa dos empregos é em palavras, na prática, nada será feito para impedir que mais uma avalanche de metalúrgicos seja colocada na rua. Enquanto as direções sindicais estiverem tratando as demissões como casos de esta ou aquela fábrica, os patrões agem centralizadamente “readequando a produção”, para amenizar a crise de superprodução. O Boletim Nossa Classe trabalha para que as direções rompam com a passividade e os acordos, que favorecem somente os capitalistas, e organizem a luta nacional pelos empregos, unificando empregados e desempregados.

Chega de passividade! Responder com luta ao crescimento do desemprego

O IBGE divulgou, no dia 30 de setembro, novo índice de desemprego no Brasil. Mostrou que o índice de 13,8% de desempregados, totalizando 13,1 milhões de pessoas desempregadas, é o maior da série histórica do PNAD Contínua, desde 2012. Em janeiro de 2020, a população ocupada atingia 94,2 milhões de empregados. Somam-se, a esse montante estarrecedor, os trabalhadores informais que, em março/20, correspondiam a 38 milhões de pessoas sem carteira assinada.

Isso evidencia que os patrões se aproveitaram da pandemia para destruir forças produtivas. Claro que com muita ajuda. De um lado, do governo e do Congresso Nacional, que aprovaram medidas, como a MP 936, que reduz salários e suspende contratos de trabalho, e, de outro, das direções sindicais, que colaboraram com a implantação de tais medidas, e aceitaram passivamente os cortes de postos de trabalho.

Nessa fase da pandemia, a quase totalidade das categorias já está de volta ao trabalho. E uma parcela significativa de desempregados está à procura de uma vaga no mercado de trabalho. Os motivos alegados pela burocracia sindical, para não convocar as assembleias presenciais e manifestações de rua, caíram por terra. A passividade das direções sindicais foi e é a pior desgraça para a classe operária e demais explorados. Não adianta a denúncia, em palavras, das “maldades” do governo e dos patrões. Não adiantam os discursos de indignação. Não adianta chorar pelos 150 mil mortos, se agarrando na política burguesa do isolamento social. É preciso organizar imediatamente uma resposta unitária dos trabalhadores.

O boletim Nossa Classe faz campanha para que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente uma paralisação nacional, o Dia Nacional de Luta pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e saúde pública. Que seja o ponto de partida para unir empregados e desempregados.

O que leva um dirigente sindical receber um título de “cidadão São Bernardense”?

O burocrata Wagner Santana (Wagnão), do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, recebeu, das mãos do vereador Tião Mateus/PT, o título de cidadão São-Bernardense. Em seu discurso de agradecimento, disse que “temos de dedicar nossas vidas à luta por democracia, direitos e em favor da classe trabalhadora.”

O título veio logo após os acordos traidores assinados pelo burocrata. Lembremos do acordo da Volks, que demitiu 5.000 metalúrgicos, o do fechamento da Ford, que colocou na rua mais de 3.000 operários, e as centenas de acordos que realizam quase que diariamente, por meio da aceitação do PDV, lay-off, etc., em outras empresas. Certamente, o título de “cidadão” vem de sua enorme colaboração com o patronato e com a democracia burguesa.

Os operários mais conscientes têm de trabalhar por constituir uma oposição classista e de luta, para arrancar esses burocratas vendidos da condução do sindicato. Defender insistentemente a democracia operária, as reivindicações vitais e a independência de classe.

Atos presenciais - Contra a reforma administrativa Somente uma ação conjunta e contínua pode derrotar o ataque do governo

São Paulo

O Partido Operário Revolucionário interveio no ato contra a reforma administrativa, no dia 30 de setembro. Foi presencial, num momento em que a maior parte das direções sindicais e estudantis seguem se refugiando nos meios virtuais, mas ainda contou com participação reduzida. As falas se concentraram em denunciar as mentiras do governo na defesa da reforma e, ainda que de maneira abstrata, apontaram para a necessidade de luta. Destaca-se o elevado número de candidatos, que aproveitam a manifestação para fazer campanha eleitoral. O POR atuou com o manifesto e com a fala pública, onde expusemos os seguintes pontos:

1. A reforma administrativa não pode ser olhada como um ataque isolado, ou simplesmente como “mais um ataque” do governo Bolsonaro. Ela faz parte de um conjunto de contrarreformas anti-operárias, antinacionais e antipopulares. Isso significa que ela aparece como extensão da reforma trabalhista, agora aplicada aos servidores públicos, e recebe os mesmos argumentos falaciosos das contrarreformas anteriores: fim dos privilégios, saturação dos gastos do Es-

tado, liberação de recursos para investimentos, geração de empregos etc.

2. O único argumento verdadeiro apresentado pelo governo é que vai reduzir gastos com a folha de pagamento. Mas é completamente falso que esses recursos serão transferidos para investimentos. Sabemos que, assim como a reforma da Previdência, os recursos serão destinados a sustentar o parasitismo financeiro dos banqueiros e grandes capitalistas, através da dívida pública.
3. Destaca-se também a necessidade do capital de controlar mais os servidores públicos. O caminho encontrado na reforma administrativa é o da destruição da estabilidade, e do ingresso por concurso. Dessa forma, os servidores ficam à mercê do governo/partido de turno no controle do Estado burguês.
4. A resposta que apresentamos parte de uma análise dura sobre as derrotas que o movimento sindical tem sofrido no último período, a exemplo das derrotas dos trabalhadores da Petrobrás, Correios, e os metalúrgicos do ABC, onde a direção do sindicato acatou um acordo patronal que demitirá 5.000 operários. Para reverter esse caminho de derrotas,

que as direções conciliadoras e traidoras estão levando os trabalhadores, é preciso que a luta contra a reforma administrativa não seja corporativa, ou seja, que se alie aos demais setores que estão sendo atacados, para formar um movimento nacional. Com independência de classe e com os métodos próprios da classe operária, as greves, mobilizações massivas e combativas.

5. Que as centrais sindicais saiam da passividade e convoquem imediatamente um movimento nacional contra a reforma administrativa, aliada a uma campanha e luta por salários, empregos e condições sanitárias.

A intervenção do POR encerrou com as bandeiras: **Abaixo a reforma administrativa!**

Abaixo a MP 936! Pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária!

Servidores Caraguatatuba fazem ato contra a “Reforma” Administrativa, PL 529, e pela recontração imediata das merendeiras

Os servidores municipais de Caraguatatuba, com apoio do Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte, foram até a empresa CONVIDA Alimentação, responsável pelo contrato terceirizado das merendeiras da rede municipal de ensino, para exigir a recontração e a imediata efetivação dos trabalhadores terceirizados. Trata-se de cerca de 180 trabalhadores, que foram demitidos no mês de março, quando da imposição do isolamento social na região.

Em passeata, os manifestantes se deslocaram para a agência da Caixa Econômica Federal, onde havia uma fila com centenas de pessoas, que aguardavam sacar o “auxílio emergencial”. Depois, seguiu para a Prefeitura. A polícia logo tentou intervir, exigindo que o movimento não usasse o som. Os reformistas, que limitaram sua participação em 15 minutos de ato em frente à Prefeitura, certamente para fazer campanha eleitoral, logo correram para “agradecer a polícia, que estava ali para nos proteger”, como disse um de seus dirigentes. Os manifestantes não se submeteram às ordens policiais, e utilizaram o som para denunciar a reforma administrativa, o PL 529 de Doria, que privatiza 10 fundações e cria mais impostos, o avanço da terceirização, e os ataques do governo aos trabalhadores da Petrobras, do Porto de São Sebastião e da ECT, que estão na região.

A manifestação não contou com a participação do SindServ de Caraguatatuba, que se nega a abrir o sindicato para assembleias, com a hipócrita desculpa de cumprir o isolamento social, e de que é necessário contingenciamento de gastos públicos para apoiar a PEC 32/20 e PL 529, que são ataques diretos aos trabalhadores do setor público. Diante dessa vergonhosa desculpa, os servidores deliberaram em seguir até a sede do sindicato. Ali foram feitas mais intervenções. Incomodados, os advogados e burocratas do sindicato saíram de suas salas e tentaram negociar: silêncio em troca de um ofício à Prefeitura. Foram surpreendidos, porque os manifestantes exigiam a convocação de assembleia presencial, para aprovar o caminho da luta direta para enfrentar os governantes e os capitalistas.

Recife

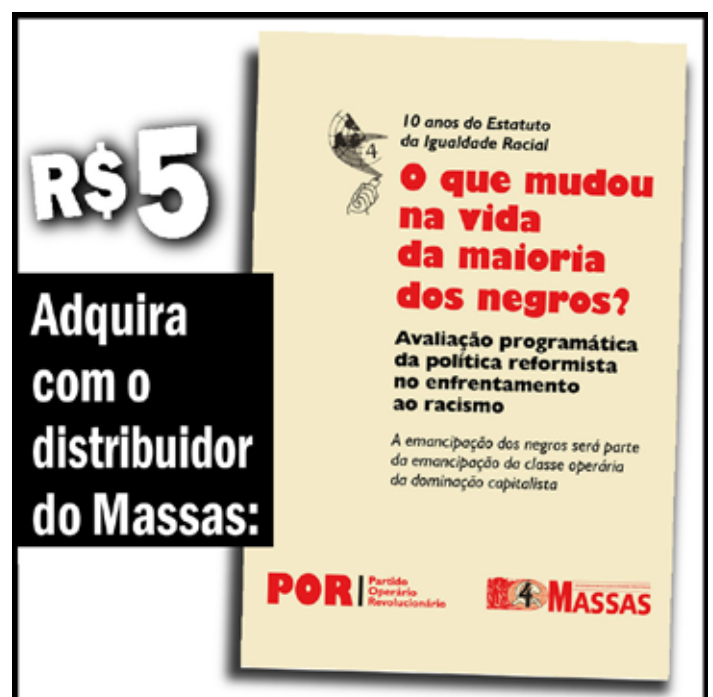
O ato contra a Reforma Administrativa ocorreu em frente à Agência central dos Correios. Foi importante que tenha sido

um ato presencial, mas fazendo jus ao nome de “ato simbólico”, foi completamente esvaziado, sem sair em marcha, contando com a presença de alguns representantes das centrais, sindicatos e movimentos. Não era de se esperar mais, pois, o chamado das centrais foi tardio, e permaneceu limitado à construção por meios virtuais.

Apesar de ser chamado como “um dia nacional de lutas em defesa dos serviços públicos e estatais, contra a reforma administrativa”, o ato não serviu para impulsionar as lutas. Não basta só reconhecer que a reforma é um ataque ao funcionalismo e aos serviços públicos, e permanecer na passividade. Os explorados vêm sofrendo cada vez mais com as demissões em massa, o aumento do desemprego, redução dos salários, a falta de EPIs e todas as medidas impostas pelo governo Bolsonaro. Não faltam motivos para impulsionar a luta. E, mesmo com o levante de alguns setores declarando greve, como a dos Correios, as paralisações dos rodoviários, as centrais sindicais ainda mostram que não romperam com a passividade, aprofundada com a política burguesa de isolamento social, e estão atolando no eleitoralismo.

O POR levantou as bandeiras “Que as centrais sindicais rompam com a passividade! Que passem imediatamente a organizar o movimento nacional pela defesa dos empregos, salários, direitos e fim de todas as contrarreformas!” Nossa intervenção ocorreu com a banca e a venda de materiais de propaganda do partido, distribuição de panfletos: “Abaixo a contrarreforma administrativa: em defesa da estabilidade, concurso, salários, empregos e direitos”, e falas no carro de som.

Parte da juventude se reuniu ao final, e se colocou por realizar uma plenária presencial, para debater a necessidade da luta contra o desemprego, articulado com o combate à contrarreforma administrativa, contra os cortes na educação e defesa da saúde pública. A iniciativa agregou Corrente Proletária na Educação, Nova Democracia, os anarquistas da FOB, e um coletivo de pós-graduandos em Educação, que têm combatido o EaD.



Nossa crítica às plenárias virtuais e atos simbólicos

A construção do ato do dia 30 de setembro se deu em plenárias virtuais, inicialmente chamadas pela CSP-Conlutas. Como a orientação nacional das entidades do funcionalismo foi de que as plenárias estaduais tentassem marcar ações presenciais, nos somamos. Desde o início, nos posicionamos pela realização de atos e plenárias presenciais. Na primeira plenária, apesar do sindicato do IFPE se posicionar contra os atos presenciais, foi marcado o ato do dia 30, no Recife. Estabelecemos como preparação a ida ao ato dos Correios, ocorrido em 21 de setembro, e nos articulamos com outros grupos da UFPE e Sinasefe, para ampliar a convocatória. Elaboramos uma carta aberta às centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis. Mas, notamos que os sindicatos ligados à Conlutas não estavam fazendo o mesmo em suas bases. Na plenária seguinte, ficou claro que não defendem que as bases do Sindicato dos Professores Municipais, dirigido pelo PSTU, fosse ao ato. Pois, assim, perderiam a argumentação contra o retorno às aulas presenciais. Na reunião, que apenas detalharia a construção do ato, a Conlutas chegou com a proposta de levar à reunião das centrais a proposta de um ato, no dia 30, direcionado ao palácio do governo, contra o retorno das aulas presenciais. Ou seja, o PSTU, na direção da Conlutas, mais uma vez atua como ala esquerda da frente burocrática, diferencia-se apenas pontualmente. Segue subordinado à política burguesa do isolamento social. O que saiu das centrais foi a realização de um ato “simbólico”, na calçada dos Correios. Propusemos que a reunião de balanço do ato fosse presencial. Um dos dirigentes do PSTU impediu,

Atos Contra a reforma administrativa

de forma autoritária, que os presentes na reunião se posicionassem sobre a questão. Primeiro, disse que ali se decidia em consenso e, depois, vendo que nossa proposta teve outros defensores, disse que as plenárias “sempre” foram virtuais, e assim permaneceriam.

Na plenária de balanço, expressamos nosso posicionamento. Consideramos importante que o ato tenha sido presencial, e se integrado ao dia nacional de luta. Criticamos a organização virtual e ausência da democracia operária para tratar as divergências. Denunciamos que as plenárias acabaram servindo como aparência. Pois, praticamente tudo que decidimos na primeira plenária, depois foi desmontado. Apontamos um problema político de fundo, pois, não houve chamado às bases. Não vemos nestas plenárias virtuais (pela dispersão e falta de segurança) o espaço para a construção desta luta, pois, estão subordinadas à ideia de que as bases devem permanecer em quarentena, e devem ser realizados os atos apenas com parte das direções. O ato “simbólico”, com parte das direções, não tem força, fica na calçada, isolado dos trabalhadores. Sem que seja massivo, não consegue impactar com marchas ou bloqueio de vias. Outros presentes concordaram com nosso balanço.

Mantidas estas características da plenária, virtual e sem mecanismo de deliberação em caso de divergência, o POR/CPE não permaneceu, mas comunicou sua disposição em contribuir com a construção dos atos e plenárias presenciais. Consideramos que o ponto positivo da experiência foi poder ter contato com outro agrupamento, que tem combatido o EaD e defendido a luta presencial, além de evidenciarmos o fracasso destes métodos e políticas subordinados ao isolamento social.

São Paulo

Ato em defesa do aborto

No dia 28 de setembro, foi chamado pelas frentes feministas (Pão e Rosas, MMM- Marcha Mundial das Mulheres, MML- Movimento Mulheres em Luta, Resistência Feminista, Católicas pelo Direito de Decidir, e Madalenas-evangélicas), um ato pela descriminalização e legalização do aborto. A manifestação foi decidida em reuniões online e lives. O POR interveio nessas reuniões, defendendo que o ato fosse presencial, e que houvesse a participação do partido no debate, que ocorreria de forma virtual. Os agrupamentos feministas, organizadores do evento, impediram que o POR participasse do debate, alegando que somente as frentes feministas constituídas teriam esse direito. No entanto, quando foi mar-

cado o ato de rua, a militância porista compareceu com os materiais e bandeiras, que expressavam a luta contra todas as formas de opressões.

O ato se resumiu a uma bandeira “Pela descriminalização e legalização do aborto”. Os organizadores da manifestação não se esforçaram para que fosse verdadeiramente de combate aos ataques do governo contra as mulheres, negros e homossexuais. Acabou sendo passivo. Sequer houve fala pública, pois, acataram a ordem do segurança de um banco, para que não houvesse barulho no local. Como se vê, um ato inócuo.

É preciso combater essa política sectária das frentes feministas. Neste momento, em que o governo Bolsona-

ro impõe uma política obscurantista e de profundo ataque ao já restrito direito ao aborto, obrigando os médicos a avisarem a polícia quando se trata de interromper uma gravidez, a luta das massas femininas exploradas é parte da luta geral dos oprimidos contra o conjunto de reformas antioperárias e antipopulares. É parte da luta contra todas as formas de violência e discriminação, que recaem sobre a maioria explorada, em particular às mulheres proletárias. Também é necessário dizer que a opressão é de classe, e que nenhum governo burguês poderá erradicá-la. O que significa trabalhar duramente pelo fim do capitalismo, raiz de todas as chagas da sociedade de classes.

Sui generis unidade entre a esquerda reformista e a ultradireita na Assembleia Legislativa de São Paulo

Até o fechamento desta edição do Jornal Massas, não havia sido votado o Projeto de Lei (PL) 529/2020. O governador Dória tem feito um esforço fenomenal para que os deputados aprovem mais essa contrarreforma. Manobras de todo tipo foram realizadas pelo presidente da Assembleia Legislativa, Cauê Macris, porta-voz do PSDB. Sessões extraordinárias são convocadas à noite, visando a angariar os 48 votos necessários. Denúncias de compra de votos são apresentadas diariamente, como a de meio bilhão de reais em emendas paralelas, e de uso de helicópteros para trazer deputados do interior.

E por que Dória tem dificuldade em aprovar esse projeto de lei, se sempre teve maioria na Assembleia Legislativa?

- 1) O PL 529 atinge os interesses de setores (direitistas e ultradireitistas), que formam a base aliada do PSDB. As privatizações de 10 fundações – a Fundação Onconcentro de São Paulo (Fosp), Fundação Parque Zoológico, Fundação para o Remédio Popular (Furp), Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU), Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU), Superintendência de Controle de Endemias (Sucen), Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Instituto Florestal, Instituto de Medicina Social e de Criminologia (Imesc), Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp) e Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc) – mexe com o poder de décadas desses partidos no interior de tais fundações. A contradição está em que são obrigados a defendê-las, embora sejam impulsionadores das privatizações, a exemplo da recente reforma da Previdência;
- 2) O PL 529 é tão violento no entreguismo, que pretende passar para a iniciativa privada parques tradicionais, como: Parque Villa Lobos, Parque Candido Portinari, Parque Fernando Costa – Água Branca, Parque Estadual do Belém Manoel Pitta, Parque Chácara da Baronesa, Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns, Parque Ecológico do Guarapiranga, e o Complexo Olímpico da Água Branca, Conjunto Desportivo Baby Barioni. O que permite aos partidos fazerem demagogia junto à classe média, principalmente, nesse momento de eleições municipais;
- 3) O PL 529 golpeia o funcionalismo, ao sobretaxar os usuários do IAMSPE. Os parlamentares, que têm sua base nesse setor, se vêm obrigados a se colocar contra.
- 4) O PL 529 cria mais impostos. Os partidos reformistas, PT

e PSOL, principalmente, criticam tal medida antipopular. Mas, todos os oposicionistas estão empenhados em se projetar eleitoralmente.

No terreno da burguesia, que é o parlamento, tudo é possível. Hoje constitui uma “santa aliança” de partidos abertamente bolsonaristas, como PSL, Patriotas, Novo, PTB, Republicanos, com os partidos reformistas (PT, PSOL) e os denominados de centro-esquerda (PSB, PDT). Os deputados oposicionistas, circunstanciais, revezam na tribuna, para criticar o governo Dória. Os bolsonaristas aproveitam para combater a política do isolamento social no estado, responsabilizando o governador pelas consequências econômicas. Os reformistas, por sua vez, favoráveis ao isolamento, procuram se ater às duras medidas impostas nesses 30 anos de governo do PSDB. Os mais ao centro piscam com um olho para as críticas dos ultradireitistas, e com o outro apoiam o discurso radical dos reformistas. Mas, o fundamental está em que todos vestiram luvas de pelica, para não acabar com a “santa aliança” antes da votação. Não à toa, a parlamentar do PCdoB, Leci Brandão, fez elogios a Janaina Paschoal, advogada que serviu ao golpe de Estado, que derrubou o governo do PT. Os deputados ultradireitistas, coronel Telhada e Campos Machado, até ontem “inimigos de morte”, achincalhados pelos sindicalistas por favorecer os planos do PSDB, se revezam com os petistas nas questões de ordem para obstruir as sessões. Como se vê, na chamada “Casa do Povo”, na tribuna, vale tudo: hoje, afagos amigos. Amanhã, se engalfinhando. Basta lembrar, recentemente, dos cartazes com os dizeres “se votar, não volta” e fotos desses mesmos deputados, divulgados pelas direções sindicais, denunciando-os por ocasião da votação da reforma da Previdência do PSDB.

Está aí por que esse não é o terreno da classe operária e demais explorados. A luta para derrotar as contrarreformas, como o PL 529, depende da política e organização independentes dos oprimidos. Os reformistas e direitistas podem até impedir a votação desse PL, nesse momento. Mas, não poderão derrotar o plano do PSDB, que é o mesmo de Bolsonaro, de privatizar, aumentar impostos e eliminar direitos trabalhistas e sociais. Desgraçadamente, no entanto, esses partidos reformistas controlam a maioria dos sindicatos. E, assim, criam ilusões de que é possível enfrentar a ofensiva dos governos no Congresso Nacional, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores. Para isso, bastam as pressões por constituir as alianças, e a eleição de mais parlamentares “comprometidos”.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Ato em São Paulo**Derrotar o PL 529 de Doria com os métodos da luta direta**

Na terça e quarta-feira, 29 e 30/09, a vanguarda do funcionalismo estadual de SP voltou a ocupar a avenida em frente à Assembleia Legislativa de SP (Alesp), contra o PL 529. Outro ato, com a mesma pauta, havia sido realizado no dia 16/09. Essas direções, apesar de priorizar a chamada pressão parlamentar, estão obrigadas a convocar manifestações contra mais essa contrarreforma. O PL é privatista, e de ataque frontal ao serviço público estadual. Prevê a extinção de dez fundações, empresas e autarquias estaduais; a retirada de cerca de 1 bilhão de reais das universidades paulistas, ferindo a já fragilizada autonomia universitária; a elevação do valor das contribuições ao Iamspe (Hospital do Servidor Público); a demissão de funcionários, via PDI (Programa de Demissão Incentivada), dirigido aos servidores públicos celetistas que conquistaram a estabilidade; a “concessão” de serviços ou usos de áreas (o que inclui diversos Parques), entre outras medidas.

Apesar do brutal ataque, a burocracia sindical, novamente, não fez esforço algum para levar as bases às ruas. Manteve o critério de mobilizar tão somente representações das categorias. E sua política legalista e eleitoreira, de conciliação de classes. Prova disso é o comunicado da Apeoesp (Informa Urgente Nº 113), que estampa o título *“Grande vitória! Conseguimos impedir aprovação do PL 529!”*. O texto, a seguir, explica que *“a mobilização do funcionalismo público e dos movimentos sociais, aliada à atuação dos partidos de oposição, impediu que o Governo Doria conseguisse aprovar o PL 529 na sessão extraordinária desta quarta-*

feira, 30/9”. Como se vê, a burocracia do principal sindicato do funcionalismo (professores), composta majoritariamente pela Articulação (PT), pretende reivindicar para si os louros de uma suposta vitória. O fato é que, até o momento, Doria continua manobrando, para que o projeto seja aprovado.

Na verdade, os adiamentos e outros contratempos enfrentados por Doria refletem muito mais os atritos interburgueses, as negociações de bastidores, enfim, o “toma lá, dá cá”. Sabe-se, por exemplo, que os membros do PSL e outros parlamentares direitistas estão agora em choque com Doria. Alegam que o governador tucano é o responsável pelo desequilíbrio das contas do estado. No fundo, paira no ar a projeção eleitoral para 2022, além das desavenças recentes entre Doria e Bolsonaro.

A Corrente Proletária na Educação (POR) denuncia aos oprimidos esse jogo parlamentar sujo, calcado na política de conciliação de classes, empunhado pelas direções sindicais. Os trabalhadores e a juventude precisam tomar as ruas, e exigir dos sindicatos a convocação das assembleias unificadas, erguer os comitês de luta, e pressionar as centrais sindicais para que convoquem um Dia Nacional de Luta, com a perspectiva de retomar o caminho da luta generalizada. É preciso combinar a luta pelo fim do PL 529 com o combate à contrarreforma administrativa, levantando a defesa dos empregos, salários, direitos e Saúde pública, com o método da ação direta, e no campo da independência de classe.

Manifesto**Abaixo a contrarreforma administrativa**

Em defesa da estabilidade, concurso, salários, empregos e direitos

Não basta reconhecer, como fazem as direções sindicais, que a reforma administrativa é um ataque ao funcionalismo e aos serviços públicos. Está mais do que claro que essa ofensiva faz parte de um conjunto de contrarreformas, como a trabalhista e a previdenciária. Em meio a esses três pilares, o governo Bolsonaro, Congresso Nacional e burguesia impulsionam as privatizações, bem como aproveitam para proliferar a terceirização e avançar a precarização dos vínculos da juventude com o trabalho (Carteira verde-amarelo, etc.).

Com a reforma da Previdência, se fez uma profunda incursão nas condições de trabalho e existência do funcionalismo, que não faz parte da alta burocracia do executivo, legislativo e judiciário, e do aparato militar. Em nome de acabar com os privilégios dos servidores públicos, se ampliaram os privilégios da casta que serve diretamente à governabilidade e, portanto, à manutenção do poder do Estado contra a classe operária e a maioria oprimida.

Agora, a reforma administrativa se baseia na mesma fraude e mentira. O principal objetivo é acabar com a estabilidade da maioria do funcionalismo e dar mais poderes ainda à camarilha dos três poderes da República e das Forças Armadas. Ao eliminar a estabilidade, se aplica a reforma trabalhista, em toda a sua extensão,

à massa trabalhadora encarregada de cuidar do funcionamento prático dos serviços essenciais. Por essa via, os governantes poderão recorrer ao farto uso de terceirizados e de contratos temporários. A consequência dessa reestruturação trabalhista é a de diminuir o valor da força de trabalho contratada pelo Estado, nas três esferas, federal, estadual e municipal. Somados todos esses aspectos, acrescidos da quebra de direitos, espera-se uma enorme economia.

A redução drástica da folha de pagamento, segundo os próprios defensores dessa contrarreforma, desafogaria o orçamento, e permitiria aumentar os gastos estatais em investimentos. Nessa avaliação, há uma verdade e uma mentira. De fato, o projeto em andamento no Congresso Nacional diminui o peso da folha de pagamento nas contas públicas. Essa economia, porém, não se reverterá em gastos com serviços essenciais, mas sim com a gigantesca dívida pública, e permitirá manter os altos salários da casta privilegiada. É bom lembrar que a reforma da Previdência teve a mesma função.

O capital financeiro interno e o imperialismo, há algum tempo, vinham exigindo contrarreformas que aliviassem os gastos do Estado, sem ferir os interesses da alta burocracia governante. Essa

pressão política tem sua origem, principalmente, na parte do orçamento, destinada a financiar os juros da dívida, cuja carga limita enormemente o manejo da política econômica e administrativa do governo de plantão.

O governo Bolsonaro, agora, tem um motivo a mais para impor uma contrarreforma completa e devastadora. E o capital financeiro, munido de uma horda de economistas, especialistas e jornalistas, pode dar a última palavra ao Congresso Nacional. Trata-se das consequências financeiras da pandemia.

A PEC do “Orçamento de Guerra”, o “Pacto Federativo” e as medidas emergenciais, em boa parte para proteger os capitalistas, elevaram às alturas a dívida pública, e desandaram o déficit público. É nessas condições que se potenciou a campanha contra o funcionalismo, responsabilizando-o pelos desequilíbrios orçamentários. Não seriam os banqueiros e fundos de investimentos que saqueiam o Tesouro Nacional, subtraindo-lhe uma carga de juros insuportável, mas sim o funcionalismo público, como se de fato a maioria recebesse altos salários. Essa farsa não resiste nem mesmo à demonstração da média salarial, que oculta os altos salários diretos e indiretos de parlamentares, juízes, procuradores, desembargadores, ministros, generais, etc. A comparação que se fez entre a média salarial do funcionalismo com a da iniciativa privada, para denunciar uma situação privilegiada do primeiro em relação ao segundo, não reconhece que a média salarial da iniciativa privada é muito baixa, e responsável pela pobreza de milhões de brasileiros. O que o governo e o Congresso Nacional pretendem é nivelar a média salarial do funcionalismo por baixo, sendo que, para isso, terá de rebaixá-lo em grande escala, uma vez que a casta burocrática continuará com seus supersalários.

Não pode haver a menor dúvida de que, se essa reforma for vitoriosa, se constituirá em uma derrocada histórica do funcionalismo.

Um outro aspecto da contrarreforma diz respeito à política. O concurso e a estabilidade dos servidores públicos foram estabelecidos, tendo em vista que o Estado é essencialmente uma máquina política, movimentada pelos poderes, alta burocracia, partidos e frações capitalistas mais poderosas. O concurso foi adotado para que os cargos públicos não fossem preenchidos por indicações e influências políticas. As oligarquias sempre tiveram enormes poderes sobre o ingresso do funcionalismo. Eis por que a estabilidade veio como consequência do concurso. Não é o caso aqui de discutir fraudes e outras maquinações. O que importa é o fundamento geral de não deixar o funcionalismo à mercê das forças políticas que, neste ou naquele momento, comandam o Estado.

Não por acaso, a camada mais explorada do funcionalismo se tem destacado nas lutas contra as medidas antinacionais e antipopulares dos governos. Mesmo que, via-de-regra, predomine o corporativismo, a força política do funcionalismo se tornou um problema para os governantes e para a própria burguesia. Não é difícil identificar que o desmonte provocado pela reforma administrativa tem um fundo de natureza política. A crise do capitalismo avança, e os governos burgueses necessitam desarmar, em toda a parte, as forças sociais que possam tomar a frente das lutas.

Os retrocessos dessa contrarreforma desembocam nos retrocessos das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Para en-

frentá-los, é preciso que o funcionalismo se levante, de norte a sul do país, em um grande movimento, que paralise a máquina do Estado. O que implica uma dura batalha contra o governo e seus lacaios. Essa batalha pode e deve mostrar à classe operária e demais explorados, que é preciso derrubar as contrarreformas de conjunto. Essa tarefa é possível, desde que se consiga unificar a maioria oprimida em um só campo de combate, com uma só orientação classista, e com os mesmos objetivos econômicos e políticos.

Desde já, é preciso denunciar as traições que as direções sindicais vêm praticando, a exemplo do acordo de demissão de 5 mil metalúrgicos da Volks, e exigir que rompam com a política de colaboração de classes e com as diretrizes eleitoreiras, ditadas pelos partidos reformistas. Deve-se mostrar, claramente, os perigos do corporativismo, que acabam levando os movimentos a um beco sem saída, e à derrota.

A pandemia e seus reflexos na economia puseram à luz do dia a necessidade de organização de um poderoso movimento, independente dos governantes e dos partidos eleitoreiros.

A pandemia e seus reflexos na economia puseram à luz do dia a necessidade de organização de um poderoso movimento, independente dos governantes e dos partidos eleitoreiros. Muitas lutas ocorreram – a mais recente foi a greve de um mês dos trabalhadores dos Correios – mas ficaram isoladas e incapazes de quebrar a linha burocrático-conciliadora de suas direções. As centrais sindicais e os dirigentes de cada sindicato permaneceram de braços cruzados, assistindo ao embate dos trabalhadores, sem que mexessem um só fio de cabelo para defendê-los, organizando a solidariedade ativa e mostrando o caminho da luta pelos empregos, salários, direitos, e pela derrubada das contrarreformas.

É necessário ter consciência de que o funcionalismo, tardiamente, começa a se movimentar para barrar a votação no Congresso Nacional da contrarreforma de Bolsonaro, Guedes, Maia e Alcolumbre. Por isso, a recuperação do terreno depende de pôr em pé, urgentemente, o movimento nacional que chame o conjunto dos explorados a saírem em luta pelos empregos, salários, direitos e pelo fim das contrarreformas.

O Partido Operário Revolucionário convocou e participa do Dia Nacional de Luta em Defesa dos Serviços Públicos. Chama os trabalhadores e a vanguarda com consciência de classe a pôr em pé um grande movimento nacional, sob as bandeiras: Abaixo a Reforma Administrativa! Abaixo as reformas trabalhista e previdenciária! Em defesa dos empregos, salários e direitos! Fim das privatizações! Reestatização sem indenização das estatais privatizadas! Não pagamento da dívida pública! Por um sistema de saúde pública, sob o controle da classe operária! Fim dos altos salários da burocracia do Estado! Eleição direta a todos os cargos de comando! Revogabilidade dos mandatos!

Em defesa do funcionalismo, contra a ofensiva destruidora dos serviços públicos!

Que as centrais sindicais rompam com a passividade! Que passem imediatamente a organizar o movimento nacional pela defesa dos empregos, salários, direitos e fim de todas as contrarreformas!

28 de setembro de 2020

Rio Grande do Norte

“RN Cresce +”, um plano pró-burguês do governo Fátima (PT)

No final de setembro, o governo Fátima, em reunião com representantes dos capitalistas, anunciou o plano “RN Cresce +”, que visa a ampliar os incentivos fiscais, e renegociar as dívidas dos capitalistas com o estado.

Com o plano, dentre outras coisas, haverá um programa de refinanciamento de dívidas, de modo que os débitos tributários, anteriores a julho de 2020, terão parcelamento em até 84 vezes (antes o limite era de 60 parcelas), e redução de até 95% nos juros e multas. Trata-se de uma enorme bondade aos capitalistas, que sonegam impostos e devem milhões ao Estado, enquanto os serviços de saúde e educação padecem da precarização, e os servidores estão com salários atrasados.

Outro ponto em destaque do plano foi uma reformulação do “Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial (PROE-DI)”, passando a incluir a indústria têxtil como “relevante”. Isso implicará um aumento da faixa de isenção do ICMS, de 75-80%, para 90-95%, ou seja, a redução do ICMS para quase zero.

A notícia foi recebida com alegria pelo burguês Flávio Rocha, proprietário do Grupo Guararapes, e filiado ao “Republicanos” (PRB), que gravou um vídeo, saudando a governadora Fátima Bezerra (PT), como uma *“grande e querida parceira do setor têxtil e de confecção”*. Em seguida, prometeu que gerará 1.369 novos empregos na fábrica Guararapes, agora em outubro, como consequência do plano “RN Cresce +”. A reação do empresário e político burguês direitista Flávio Rocha, ávido defensor do livre mercado, é um sintoma do quanto o governo Fátima (PT), que se diz dos trabalhadores, governa para os capitalistas.

Em setembro/outubro de 2017, Flávio Rocha ganhou destaque na mídia do RN quando a Guararapes foi denunciada pelo Ministério Público do Trabalho, por estar superexplorando os operários da costura, no interior do estado, terceirizadas pela empresa. Ao lhe ser cobrada uma multa de R\$ 37 milhões, o capitalista Flávio Rocha mobilizou os operários como massa de manobra em um ato na frente do MPT e, de forma prepotente, ameaçou publicamente fechar a fábrica e transferir seu capital para outro estado. Diante

disso, o MPT se calou e tudo ficou abafado.

A atitude do governo Fátima, de ampliar a isenção fiscal à indústria têxtil, expressa a mesma subserviência que os governos anteriores tiveram com relação a esse setor da burguesia local, que, apesar de sempre ter recebido vários incentivos fiscais, tem demitido operários, transferido uma parte do seu capital para outros estados e países, e outra parte para o interior do RN, na forma de pequenas confecções terceirizadas, com incentivos governamentais, e mão-de-obra barata.

Não podemos esquecer de que, se hoje o capitalista promete gerar 1.369 empregos na Guararapes, durante a pandemia, demitiu 320 operários, e que a fábrica, que há cerca de 15 anos tinha 20.000 operários, hoje, só tem cerca de 8.000. Além disso, por meio do programa “Pró-Sertão” se ampliará, no interior do estado, a forma de produção pré-capitalista e superexploradora das facções de costura, em detrimento da grande indústria, que permanecerá estagnada.

O plano pró-burguês “RN Cresce +” é parte da chamada “guerra fiscal” entre os estados, em que os governos burgueses disputam entre si para ver quem melhor oferece vantagens fiscais e econômicas para que os capitalistas possam optar por parasitar em seus territórios. O governo Fátima age igual aos demais governos burgueses, se submetendo aos ditames da burguesia nacional e do imperialismo, que se apoiam na concorrência entre os estados e os países, vivem transferindo seus capitais para outros territórios, demitindo em um lugar para empregar em outro, com o único objetivo de potenciar suas taxas de lucro.

A superação das desigualdades regionais não se dará nos marcos do capitalismo e da guerra fiscal entre os estados da federação, mas como parte das tarefas democráticas pendentes a serem realizadas pela revolução proletária. A classe operária, em aliança com os camponeses, acabará com o latifúndio, estatizará sem indenização a grande indústria e o capital bancário, pondo toda a economia nacional sob os métodos socialistas de planificação econômica, permitindo assim o desenvolvimento amplo e harmônico das forças produtivas em todo o território nacional.

Rio Grande do Norte

Aprovada a Reforma da Previdência do governo Fátima (PT), sem nenhuma resistência

A reforma previdenciária foi aprovada, no dia 29 de setembro, na maior calmaria. Dos 24 deputados estaduais, 2 foram contra, e uma abstenção. Foram duas votações, a primeira no dia 24, e a última no dia 29. Os votos contrários foram de Sandro Pimentel (PSOL), e Allyson Bezerra (Solidariedade). Na reforma previdenciária do governo Fátima (PT), ficaram isentos das alíquotas os aposentados que ganham até R\$ 3.500,00. As demais faixas salariais irão contribuir com as alíquotas entre 14%, 15%, 16% e 18%. A alíquota de 18% é para os que ganham salários acima de R\$ 30.000.

Na ativa, os que ganham até R\$ 3.500 contribuirão com a alí-

quota de 11%, e será escalonado também entre 14%, 15%, 16%, 18% para as demais faixas salariais. A reforma atinge 106 mil servidores do estado.

O governo utilizou a imprensa para dizer que a reforma era necessária, que é a Emenda Constitucional nº 103/19 que obriga os estados a fazerem suas reformas, e que o Rio Grande do Norte precisava fazer a reforma, pois, há um déficit de milhões. A governadora agiu como qualquer governo burguês, para justificar a retirada de um direito histórico dos oprimidos. Reproduziu os mesmos discursos do governo Bolsonaro/Guedes/Congresso.

Procurou parceria na Assembleia Legislativa para ter apoio político, e assim poder aprovar a reforma. O presidente da AL-RN, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), e toda a bancada do PT contribuíram imensamente com o propósito do governo Fátima.

As críticas que a atual governadora Fátima (PT) fazia contra a reforma da Previdência em nível federal, quando era senadora, foram ao vento, ficaram no passado. Agora, no governo do estado, segue a mesma linha privatista do governo Bolsonaro, e se adapta às contrarreformas, que fortalecem a ação do imperialismo no país semicolonial para o pagamento da dívida pública, desresponsabilizando o Estado pela garantia do direito à aposentadoria.

O Fórum dos Servidores Estaduais foi desativado, não organizou nenhuma resistência. No dia 24 de setembro, na primeira votação da reforma da Previdência, o sindicato que organizou o ato distracionista foi o SINDSAÚDE, dirigido pelo PSTU/Conlutas, que se colocou contra a reforma previdenciária, e apresentou seus candidatos a prefeito e vereadores. Na Assembleia Legislativa, os servidores estavam impedidos de entrar, somente os dirigentes sindicais puderam. Houve uma boa representação dos servidores da saúde no ato, mas tudo na maior passividade. Todos que entrevistaram no microfone denunciaram o governo Fátima de atacar a Previdência, e a postura traidora das demais direções sindicais,

como a do SINTE/RN, dirigida pelo PT (governista). Mas, não passou do denunciismo, uma vez que a direção do SINDSAÚDE não fez um chamado público a uma frente única com o SINTE e demais sindicatos, por meio do Fórum dos Servidores Estaduais, para derrubar a Reforma. Mesmo com alguns de seus membros ali presentes, estava clara a conciliação de classe dos demais sindicatos. O SINDSAÚDE, que dizia que haveria outro ato na última votação, não organizou o ato no dia 29. Organizou um ato na governadoria, no dia 30, contra o atraso de salários, depois que já havia sido aprovada a reforma da Previdência no dia anterior.

Os partidos presentes no ato: POR, PSTU, MRT e PSOL. O POR atuou com os materiais, jornais, fala no microfone. Interveio dizendo que a Reforma da Previdência faz parte das contrarreformas, que não deveríamos pagar a Previdência, pois, passamos a vida toda trabalhando para a burguesia, eles é que deveriam arcar com a nossa Previdência. Que os ataques irão continuar. As derrotas que estamos tendo, como a greve dos Correios, mostram que os movimentos estão sendo isolados pelas centrais, partidos, sindicatos. Não se está tendo uma unidade nacional em defesa dos empregos, dos direitos, contra a privatização. É necessário um dia nacional de luta, as direções sindicais precisam organizar os trabalhadores em assembleias, comitês, para responder os ataques da burguesia.

Rio Grande do Norte

RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS

No dia 2 de setembro, o site da SEEC abriu uma enquete, para saber do público sobre a retomada das atividades presenciais em 2020. No dia 8 de setembro, a governadora publicou um vídeo, informando que as atividades presenciais, no âmbito da educação no RN, só seriam retomadas em 2021.

No dia 9 de setembro, publicou o decreto normativo nº 29.973, que cria o Comitê de Educação para a gestão de ações de combate ao Covid-19. Coordenado pela SEEC. Neste comitê, reúnem-se a UNDIME- RN, CEE-RN, SINEPE-RN (Sindicato dos Estabelecimentos Particulares), SINTE, Rede de Grêmios, IFRN, UFRN, enfim, toda a educação do RN, para organizar o planejamento da retomada das aulas presenciais.

No dia 18 de setembro, foi emitido um novo decreto, que definiu que a rede pública de ensino somente retomará as aulas presenciais em 2021. No mesmo decreto, autoriza-se a rede privada de ensino a retomada das aulas presenciais, e, nas instituições de ensino superior (IES), a partir do dia 5 de outubro. Neste decreto, de forma contraditória, também cita que o retorno das atividades presenciais das escolas públicas poderá ser implementado de maneira regionalizada e individualizada, em relação a cada unidade de ensino, dependendo dos dados epidemiológicos de cada região e das adequações estruturais das escolas.

No dia 21 de setembro, foi publicada uma resolução do CEE (Conselho Estadual de Educação), que informa que o Comitê de Educação cria o “Documento Potiguar – Diretrizes para Retomada das Atividades Escolares”, que regulamenta como deve ser a gestão, o pedagógico e a

que vemos neste documento é a conciliação de classe das representações dos movimentos sociais com o governo, submetidas às determinações do capital, das grandes corporações das instituições privadas da educação e do avanço da privatização na educação pública, com o EAD.

O que vemos neste documento é a conciliação de classe das representações dos movimentos sociais com o governo, submetidas às determinações do capital (...)

biossegurança, no retorno das atividades presenciais na educação do RN.

O documento dá a ideia de democrático e de preocupação com a pandemia, com propostas de reestruturação das escolas, e oficializa o EAD como ensino remoto. Define que a quantidade de alunos por sala deve ser de 30%, em rodízio que pode ser semanal ou quinzenal, não coloca a necessidade de ter mais professores, muito menos mais agentes de limpeza, nem tão pouco o aumento de sala de aulas, na prática, não há um a preocupação em garantir um plano de retorno das aulas com a segurança sanitária, mas de adequar as escolas à pandemia, que matou milhões.

Dessa maneira, vemos que o Documento Potiguar, construído pela burocracia do estado, sindicato, grêmio e instituições privadas está distante de ser democrático. O

A expressão mais clara é que a educação privada determinou a volta imediata das aulas presenciais, e o governo “dos trabalhadores” se submeteu completamente ao capital. Deixou o retorno da educação pública para o próximo ano, sob pressão da base da educação, que está aterrorizada ao retorno das aulas presenciais neste ano, mas deixou aberto para as regiões decidirem seu retorno.

Para se ter um plano de emergencial que garanta segurança sanitária, teria de ter assembleias amplas, com democracia operária. Para isso, as direções sindicais e estudantis teriam de chamar as assembleias de trabalhadores, pais e estudantes. Pelo contrário, se meteram na elaboração do Documento Potiguar, fortalecendo a política privatista do governo Fátima (PT).

Rondônia

Burocracia sindical armou uma fraude eleitoral

Em plena pandemia, a burocracia do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero), no dia 28/08, realizou uma assembleia extraordinária virtual, para tratar de “adequações do Regimento Eleitoral”. Apenas 240 filiados de todo estado participaram, dos quais a maioria é ligada à própria burocracia do sindicato (representantes da diretoria e das regionais). Mesmo sem legitimidade política, dada a inexistência de atividades sindicais, foram aprovadas modificações no Estatuto do Sintero, de modo a favorecer a possível vitória da diretoria atual.

Assim, para garantir este objetivo de assegurar a continuidade à frente do aparato sindical, houve modificação da cláusula que exigia um quórum de 30% dos filiados para as eleições. Os burocratas retiraram este quórum, porque já antecipam a alta abstenção, que ocorrerá nas eleições, com as escolas fechadas, e sem qualquer movimento em defesa das reivindicações dos trabalhadores. Qualquer número de votantes será válido! Os burocratas do Sintero alegam que essa modificação é válida apenas para o momento, porque existe a pandemia. Os burocratas obscurecem o fato de que a nova direção do sindicato, eleita sobre a base da fraude, dirigirá o sindicato pelos próximos três anos! Ou seja, eles se utilizam deste momento excepcional para buscarem meios de se perpetuar no poder, dando mais um passo na destruição da democracia sindical.

Aliás, a manobra da burocracia foi ainda mais grave, porque a alteração do Estatuto só poderia ocorrer em Congresso, e não em uma assembleia, muito menos em uma assembleia virtual. Depois, no dia 15/09, foi chamada nova assembleia on-line para montar a Comissão Eleitoral. Esta assembleia também contou com a presença de poucos filiados, foram apenas 257, e da mesma forma que na assembleia anterior, a maior parte ligados aos diretores

do sindicato (da sede e das regionais). No dia 21/09, a Comissão Eleitoral lançou já o edital para iniciar o processo eleitoral do sindicato. A data aprovada para as eleições de modo presencial nas sedes do sindicato foi a de 05 de novembro. Como não haverá quórum mínimo, com escolas fechadas, e sem qualquer movimento de luta, os burocratas apenas utilizaram as eleições nas sedes físicas do sindicato e nas escolas, e urnas itinerantes para “legitimar” sua permanência da antiga diretoria à frente do Sintero. Não se importam se a categoria não votar, e não se importam também se os nossos direitos estão sendo atacados neste momento. Sequer falam da Reforma Administrativa, que começará pelo governo federal, mas logo será estendida para a esfera estadual e municipal, e com o estabelecimento do ensino remoto, EAD, que representa uma excrecência da educação no capitalismo.

O prazo de inscrições das chapas terminou no dia 05/10, com o cadastro de duas chapas: a chapa 1, que são praticamente as mesmas cabeças que há trinta anos permanecem dirigindo o sindicato, fizeram algumas trocas por outros militantes do PT. A chapa 2 se formou com militantes do PSD, PSB e PCdoB. Tem como apoiador o ex-prefeito Mauro Nazif/PSB. Lembremos que, em sua gestão, na prefeitura de Porto Velho, os trabalhadores em educação fizeram greve de 50 dias, sendo que a burocracia manobrou para acabar com a greve, que resultou em apenas 1% de reajuste.

A Corrente Proletária da Educação intervirá nessas eleições do Sintero chamando a categoria a rejeitar a fraude armada pela burocracia sindical. E a defender eleições democráticas, com as escolas funcionando, e com amplo debate entre os trabalhadores da educação. Diante da fraude eleitoral, a Corrente Proletária chama o voto nulo, sobre a base do programa classista para o sindicato.

Em 19 de agosto, foi publicada uma carta de ruptura de alguns militantes da Corrente Vanguarda Socialista – Ação Subversiva. Boa parte atuava na USP, onde manifestaram, por diferentes momentos, posições contraditórias, ora se alinhando às posições defendidas pelo POR, de fortalecimento e radicalização da greve, de defesa da democracia das assembleias, contra às intransigências e

manobras da direção do DCE/PT, ora se colocando em campo oposto, ao se alinhar às demais correntes para enterrar a greve, ou compondo chapa conjuntamente aos que defendiam a substituição das assembleias, como fórum deliberativo do movimento. Essas posições, tão conflitantes entre si, expressam confusão, derivada da ausência de um programa norteador da linha política. Expõe,

de um lado, os anseios positivos de jovens militantes, preocupados em impulsionar o movimento. Mas, expõe também, a imposição burocrática da política. Esse conflito não perdurou por muito tempo, incorrendo na ruptura coletiva. Aos que romperam e buscaram de maneira sincera a organização de um partido programa, publicamos a carta que segue abaixo.

Ruptura na corrente Ação Subversiva: o programa é o partido

Tomamos conhecimento da ruptura de um grupo de militantes da corrente Ação Subversiva – Vanguarda Socialista –, em sua maioria, estudantes da USP. Na carta de desligamento da organização, afirma-se que a Ação Subversiva não tem programa, nem estatuto, há muito não se realiza um congresso, e as decisões são tomadas de forma burocrática, muitas vezes por meio de laços pessoais. A Ação Subversiva, como a quase totalidade das correntes políticas, de fato, não tem programa. Aqui, entendemos o programa não apenas como uma lista de reivindicações e declarações favoráveis ao socialismo, em abstrato. Na concepção leninista, trotskista, o programa é a caracterização aprofundada da realidade em que se vive (o que é o país, dentro da realidade mundial; quais são as classes sociais e seus interesses; quais são as

transformações necessárias e que classe ou aliança de classe pode cumprir essas tarefas; quais são os métodos para realizar essas transformações, quais são a estratégia e a tática, qual a organização, quais as consignas), e como transformá-la, o que leva a levantar, em primeiro lugar, a estratégia política.

Os que romperam com a Ação Subversiva, para serem consequentes com o que afirmaram na carta de ruptura, têm de buscar conhecer que organização política tem programa, e se esse programa corresponde à defesa da revolução socialista. A discussão crítica permitirá estabelecer se é possível construir uma relação política com o partido que tenha esse programa, ou se é necessário construir outra organização, para pôr em pé um programa revolucionário. Outra atitude que ajuda a avançar nesse sentido

é estabelecer qual a relação entre a ausência de um programa e a política concreta levada adiante pela Ação Subversiva.

Na USP, onde está a maioria dos militantes que romperam, a Ação Subversiva tem levado à frente uma política que a aproxima de organizações como o PSOL e o PCB, que têm uma política de conciliação com a burocracia universitária. Dizemos isso, não de forma abstrata, mas a partir de casos concretos, como votações em assembleias gerais da USP, e composição de chapa no Cefisma, por exemplo, que se deu sobre a base da negação das assembleias gerais como forma fundamental da democracia estudantil. Também em relação à forma burocrática de organização, com a ausência de congressos regulares e as discussões e deliberações de forma orgânica, coletiva, das questões, tem relação direta com a ausência do programa. Um programa revolucionário, proletário, só pode ser construído e ajustado a partir da estratégia e tática proletárias, e da organização centralista democrática, que expressa a elaboração coletiva desse programa e da linha política.

O partido revolucionário não se constrói a partir de relações pessoais, apontada pelos militantes que romperam como usual na Ação Subversiva, mas por relações políticas, estabelecidas a partir, em primeiro lugar, da concordância com o programa. Se esse programa tem um conteúdo de classe proletário, sua concretização prática deve levar a que os operários aprendam a teorizar, e

a que os intelectuais ou demais militantes oriundos da pequena burguesia deixem de lado seus preconceitos academicistas, e passem à ação prática revolucionária. Num partido proletário, não há a separação entre os que pensam e os que fazem; todos fazem de tudo, todos se formam como militantes revolucionários. Isso vai se refletir em todos os aspectos de sua militância, e mesmo na vida pessoal. A busca por penetrar na classe operária com o programa revolucionário tem por objetivo a transformação da classe em si em classe para si. É a classe operária quem encabeçará a revolução socialista, expropriando e coletivizando os meios de produção social. O partido-programa é o instrumento para realizar essa transformação.

Embora exista uma grande divisão nas fileiras da vanguarda, que se afirma socialista, não deve haver mais de uma organização realmente revolucionária. No caso de duas com o mesmo programa, elas devem se unir. A grande divisão existente na esquerda reflete justamente a falta de programa, com o qual e no qual se materializa o caráter de classe do partido. A divisão expressa o choque de interesses de aparato e o predomínio do eleitoralismo. O caminho de construção do partido revolucionário terá de passar por um processo de cisões e reagrupamentos, e o programa é a base para sua construção, tendo como ponto de partida a concordância com o objetivo estratégico da revolução e ditadura proletárias.

A disputa mundial pela vacina para o Covid-19

A classe operária tem sua resposta

Acontece uma corrida para o desenvolvimento da vacina para o Covid-19, que, no início de setembro, já tinha mais de 320 candidatas, sendo 33 em fase de testes. A grande maioria dos projetos de desenvolvimento de uma vacina tem previsão de término e início da produção em massa para não antes do trimestre final de 2020, quando a pandemia provavelmente já terá superado a marca de 1 milhão de mortes.

Das cinco principais empresas – todas estadunidenses – que estão conduzindo projetos de desenvolvimento de uma vacina no Ocidente, três delas – Moderna, Pfizer (trabalhando em parceria com a empresa alemã BioNtech) e MSD – declararam não ter intenção de vender as vacinas a preço de custo. A Moderna, cujo projeto de pesquisa está sendo financiado pelo governo dos EUA em mais de US\$ 1 bilhão, já chegou a estipular um preço para a vacina entre 32 e 37 dólares (de 175 a 203 reais, segundo a cotação em 21 de setembro). A AstraZeneca, atuando em conjunto com a Universidade de Oxford, por sua vez, fechou um contrato de US\$ 1,2 bilhão com o governo estadunidense, para promover 300 milhões de doses a preço de custo, e um contrato similar, que garante 400 milhões de doses, também foi firmado com a União Europeia. A Johnson & Johnson também firmou contrato com o governo estadunidense, no valor da ordem de US\$ 1 bilhão, para promover de 100 a 300 milhões de doses.

Contudo, apesar do grande número de doses da vacina prometidas por essas empresas a preço de custo, o desenvolvimento ainda se encontra em fase de testes, e não há qualquer garantia definitiva da eficácia das vacinas, ou do tempo de imunização garantido por elas. Muitos virologistas e epidemiologistas já estão apontando a possibilidade de a pandemia avançar para uma fase endêmica, análogo ao que ocorre, em maior escala, com a gripe causada pelo Influenza. Nesse estágio, ainda que não ocorram grandes mutações do vírus, haverá um número aproximadamente regular de novos casos a cada ano, o que exigirá campanhas anuais de vacinação, garantindo um mercado amplamente lucrativo para as empresas farmacêuticas. Isso justifica o

interesse de algumas em fornecer, na atual fase de emergência, doses a preço de custo, em troca do investimento estatal, dado que posteriormente poderão comercializar a vacina com um preço maior.

Dentre os projetos de desenvolvimento de uma vacina com prazo de conclusão e produção em massa, ainda em 2020, quase todos estão vinculados à China (que está associada à 11 dos 33 candidatos a vacina em testes clínicos) e Rússia. Cabe destacar a CoronaVac, produzida pela empresa chinesa Sinovac, em parceria com o Instituto Butantã; e a vacina russa, Gam-COVID-Vac, apelidada de Sputnik V. A Sinovac pôde garantir um dos principais candidatos a vacina em curto prazo, pelo simples fato de ter sido um dos poucos grupos, senão o único, que já vinham conduzindo, ainda que sem investimentos massivos, pesquisas para o desenvolvimento de uma vacina contra o coronavírus, desde 2004, após o surto iniciado na China, em 2002. Isso garantiu a possibilidade de desenvolvimento de um modelo tradicional e potencialmente mais eficaz de vacina, que exponha o paciente ao próprio vírus inativo, favorecendo o desenvolvimento de anticorpos.

Ao fim de agosto, a China aprovou o uso emergencial da vacina em profissionais de saúde, algo que se estenderá para outros setores, até o fim do ano. O governo Dória, em São Paulo, também anunciou a possibilidade de disponibilizar no SUS um total de 15 milhões de doses da vacina, até dezembro. Esse número é insuficiente uma vez que representa apenas cerca de um terço da população do estado. O governo que, por meio do projeto de lei 529/2020, anunciou um corte em mais de um bilhão de reais em vários setores públicos, procura ampliar sua capacidade de produção de vacinas, por meio de uma campanha de doações que visa a arrecadar R\$ 130 milhões.

A Rússia, por sua vez, garantiu a primeira vacina para o Covid-19 registrada no mundo. A vacina vem sendo desenvolvida pelo Centro Nacional de Investigação de Epidemiologia e Microbiologia Gamaleya, instituto cuja nacionalização, em 1919, foi uma das conquistas da revolução russa que ainda resistem ao processo de restauração capi-

talista. Espera-se que, em setembro, ao menos três empresas russas já iniciem sua produção comercial, as campanhas de vacinação no país devem se iniciar em outubro, e a exportação, em novembro. Ao menos 40 países demonstraram interesse na vacina, sendo que 5 (incluindo o Brasil, por meio do estado do Paraná) já anunciaram acordos para sua fabricação. Porém, apesar da garantia de início da produção e distribuição antes do final do ano, levantam questionamentos os fatos de que o desenvolvimento da vacina ainda não concluiu a terceira e última fase de testes, e da carência de transparência sobre o desenvolvimento da vacina que, segundo os desenvolvedores, deve garantir imunidade por ao menos dois anos.

Diante dos interesses vinculados ao capital, a vacina não é vista como uma necessidade dos explorados, mas sim como uma mercadoria.

O avanço da Rússia no desenvolvimento da vacina apavorou a iniciativa britânica, que faz testes no Brasil, em conjunto com a Fio-cruz, o que levou o governo brasileiro a adiantar o pagamento de sua fabricação, mesmo sem a conclusão dos testes. Trata-se de um subsídio da nação oprimida à multinacional baseada no país opressor. A vacina britânica tem uma imunização prevista de 50%, e deve ser tomada em repetidas doses (ao menos três, ao ano) – um negócio bem lucrativo. A guerra comercial também se manifesta no campo da pesquisa e produção de vacina.

Além disso a falta de unidade dos governos federal e estadual em torno do desenvolvimento de uma vacina expressam o caráter semi-colonial e oligárquico do Brasil. Os governos do Paraná e Bahia, de forma isolada, fecharam acordos, cada um a seu modo, para garantir a vacina Russa. O governo de São Paulo vem, também de forma unilateral, atuando em conjunto com empresas Chinesas. Isso ocorre paralelamente à posição do governo federal de vínculo com a iniciativa norte-americana/britânica pela vacina. A burguesia de um país semicolonial não é autônoma, sua política está subordinada à política das potências. Assim, a divisão entre os governos federal e estaduais na busca por produzir a vacina é reflexo da divisão entre a burguesia imperialista e as burocracias russa e chinesa.

O fato conclusivo é que ainda não há e não haverá, em tempo hábil, qualquer vacina que garanta imunização definitiva e gratuita a toda a população. Também é fato que o desenvolvimento de uma vacina (ao menos sob as atuais formas de produção técnico-científica) leva tempo, de meses a anos. Contudo, esse não é um pretexto válido para justificar a ausência de resposta em tempo à atual crise, dado que um novo surto causado em decorrência do coronavírus já era esperado anos antes, como evidenciado pelos fatos expressos abaixo.

A pandemia de Covid-19 (causada pelo SARS-CoV-2) – que já conta com cerca de 31 milhões de casos, e mais de 960 mil mortes, segundo os registros oficiais – é a quarta e maior epidemia associada à família dos coronavírus, em 20 anos. Entre o final de 2002 e primeira metade de 2004, uma epidemia de síndrome respiratória aguda grave (causada pelo SARS-CoV-1), iniciada na China, deixou mais de 8 mil infectados, e quase 800 mortos. Em 2012, houve uma epidemia iniciada na Arábia Saudita, de síndrome respiratória do médio oriente (causada pelo MERS-CoV), que reincidiu em 2015, na Coreia do Sul, deixando ao todo mais de 2.500 infectados e 800 mortos.

Ainda em outubro de 2007, pesquisadores da Universidade de Hong Kong já haviam publicado, por meio da *Clinical Microbiology Reviews* – um dos principais jornais de microbiologia do mundo – o estudo: “*Coronavírus, da síndrome respiratória aguda grave como um agente de infecção emergente e reemergente*”. O estudo já apontava a

Corrida pela vacina para o Covid-19

possibilidade de novos surtos causados pelo coronavírus, e a necessidade de aplicação de medidas de prevenção de novas epidemias. Em sua conclusão, o estudo aponta que “os coronavírus são conhecidos por sofrer recombinação genética, o que pode levar a novos genótipos e surtos” e que “a possibilidade de ressurgimento da SARS e outros novos vírus em animais ou laboratórios e, portanto, a necessidade de prevenção, não devem ser ignoradas.” Ironicamente, esse estudo foi ignorado por mais de uma década.

Logo, tanto a experiência concreta, obtida por meio de surtos anteriores, quanto o entendimento científico do fenômeno, já levavam à conclusão de que um novo surto causado pelo coronavírus era uma questão de tempo. A incapacidade de concentrar, de forma centralizada e eficaz, esforços para a prevenção e contenção de tal vicissitude natural é resultado direto do modo de produção capitalista, sobretudo em sua fase de decomposição. Sua anarquia da produção, potenciada pela crise econômica e guerra comercial, impede uma ação unitária de pesquisa para o desenvolvimento de uma cura, bem como a implementação de qualquer real política de isolamento que venha a conter a disseminação do vírus.

Diante dos interesses vinculados ao capital, a vacina não é vista como uma necessidade dos explorados, mas sim como uma mercadoria. Assim, é conivente para a indústria farmacêutica que o Covid-19 avance para um estágio endêmico, e que as vacinas não garantam imunização definitiva, mas sim temporária. A corrida pelo seu desenvolvimento não é objetivada em garantir, o mais rápido possível, uma imunização de grupo; resume-se apenas a um reflexo da disputa pelo direito à sua patente e licença de produção. Do mesmo modo, o fato de que o número de doses da vacina a serem produzidas, até o início de 2021, não é suficiente para garantir imunização de grupo na totalidade da população mundial, evidencia que as vacinas serão direcionadas, sobretudo, às potências, e àqueles que mais podem pagar. Sob o capitalismo em decomposição, a disputa econômica, que se processa hoje por meio da guerra comercial, agrava ainda mais a possibilidade de cooperação internacional para a descoberta e produção e distribuição da vacina.

A evidência de que a ciência, tecnologia e indústria, sob a forma de capital, atende, antes de tudo, à lucratividade dos monopólios permite à vanguarda revolucionária levantar as reivindicações de proteção das massas e as bandeiras de expropriação do grande capital e estabelecimento do controle operário da produção. O sistema privado de saúde deve ser estatizado, sem indenização. A defesa de um sistema único, estatal e gratuito, sob o controle da classe operária, combina com a tarefa de expropriar a indústria farmacêutica. O desenvolvimento da saúde privada, em detrimento da saúde pública, está entrelaçado com o monopólio internacional da indústria farmacêutica e médico-hospitalar. A defesa desse programa, juntamente com outras reivindicações emergenciais, exige que a vanguarda revolucionária demonstre, por meio da agitação e propaganda, a estratégia da revolução proletária, do governo operário, nos países de capitalismo adiantado, e do governo operário e camponês, nos países semicoloniais. É fundamental entender que a classe operária e demais explorados estão diante de um problema mundial, cujas diferenças devem ser levadas em conta, sem, contudo, perder o sentido internacionalista.

A real capacidade de superação de crises sanitárias, como a pandemia de Covid-19, passa pela superação do modo de produção capitalista. Somente numa sociedade socialista é possível usar todos os meios mundiais, para enfrentar fenômenos naturais de tamanha proporção. O controle social da produção deverá garantir à classe operária e maioria oprimida o controle da economia e, consequentemente, da ciência, de modo a garantir a aplicação desta, para atender às necessidades da população.

No dia 4 de outubro, o POR realizou o ato presencial de lançamento da Revista Proletária na Educação. Nas considerações iniciais, o camarada Toninho ressaltou a importância da atividade, que sucedeu ao ato dos 80 anos do assassinato de Trotsky e 82 anos da fundação da IV Internacional. A abertura do ato coube à camarada Lara. Abaixo publicamos suas considerações. Em seguida, o camarada Raul analisou a relação entre desemprego, subem-

prego, miséria e violência, que recai sobre a juventude. Assinalou a necessidade de organizar as massas jovens em defesa de suas reivindicações, como parte da luta do proletariado contra a burguesia. Nesse sentido, a Revista é um bom instrumento. Concluindo as exposições iniciais, o camarada Toninho explicou a gravidade do avanço do ensino a distância, sob a pandemia e a política burguesa do isolamento social. Passou a palavra ao plenário. Vários

camaradas se inscreveram, comentando aspectos dos artigos da Revista. Ressaltamos, aqui, a colocação de uma camarada sobre os ataques da direita bolsonarista ao educador Paulo Freire e a justeza da crítica marxista ao autor do livro “Pedagogia dos Oprimidos”, realizada por Guillermo Lora, em fevereiro de 1993. O ato se encerrou com uma saudação ao trabalho militante de transformar a prática em teoria revolucionária.

Apresentação da Revista Proletária na Educação n. 10

Lara Amorim

Companheiros,

Lançamos hoje, nesta atividade presencial, a Revista Proletária na Educação nº 10. Consideramos esta revista uma arma de combate ideológico contra as concepções burguesas e pequeno-burguesas, sobretudo quanto à explicação das causas da crise da Educação e às respostas para seu enfrentamento.

O momento atual de crise econômica e pandêmica tem efeitos avassaladores na vida das massas exploradas. A juventude trabalhadora e estudantil sofre de forma particular a desintegração do sistema capitalista. Os oprimidos, além de terem de enfrentar o coronavírus, precisam enfrentar os capitalistas e seu Estado.

A burguesia se dividiu, inicialmente, na condução da resposta à pandemia em torno da aplicação das medidas orientadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Uma ala escancarou, de antemão, que as massas teriam de lidar com as mortes e a doença, inevitavelmente. Amparou-se em uma propaganda anticientífica, para negar ou minimizar a doença, e falsificar soluções. Outra ala, sustentou por alguns meses um isolamento social parcial, garantindo que assim se defenderia a ciência e a vida.

No Brasil, essa divisão assumiu a forma de oposição entre Bolsonaro e os governadores, capitaneados por Dória. O que fizeram as esquerdas? Alinharam-se detrás dos governadores, na campanha do “fique em casa”. Chegaram a convidar Dória, Maia, Alcolumbre e Dias Toffoli para discursarem no palanque virtual, montado no 1º de maio. Reclamaram que Bolsonaro recusava-se a liderar uma grande união nacional contra o vírus. As diferenciações se deram em torno de detalhes nas plataformas e planos emergenciais erguidos pelas centrais, sindicatos, movimentos e correntes reformistas, estalinistas e centristas. Todas se mantiveram na vala comum da defesa da suspensão da luta de classes, desmontaram todas as lutas em curso, a pretexto do isolamento social, substituíram as formas presenciais de luta pela falsificação do meio virtual. Usaram as assembleias virtuais para aplicar a MP 936 de Bolsonaro, que reduziu salários em até 70%, e cortou vários direitos.

É preciso demarcar este quadro geral, porque é neste terreno em que se apresentam os desafios da juventude explorada e oprimida.

A burguesia aproveitou a pandemia para avançar na imposição de suas contrarreformas. Como se não bastasse a contrarreforma trabalhista, que rasgou a CLT, e a lei da terceirização, a MP 936 deixou a força de trabalho completamente desprotegida. Como se não bastasse o avanço da mercantilização da educação sob os governos de FHC, Lula, Dilma e Temer, e os largos passos do Ensino a Distância, facilitados pela Contrarreforma do Ensino Médio, os capitalistas conseguiram impor o ensino virtual em todos os níveis,

da educação infantil à pós-graduação. Não por acaso, um representante das mantenedoras afirmou, nas primeiras semanas de março, que barreiras de 15 anos foram quebradas em uma semana. As grandes corporações de tecnologia conseguiram se enraizar nas instituições públicas de ensino. Com suas técnicas de extração de dados, aprimorarão a oferta de serviço, ao ponto de algumas instituições privadas substituírem totalmente professores por robôs, que viabilizam as avaliações e outras ações, antes conduzidas por docentes. Isto só foi possível pelo percurso de destruição da educação, que é mais um sintoma de esgotamento do capitalismo, que agoniza em sua fase imperialista.

Ao se subordinarem à política burguesa do isolamento social, as esquerdas, que nunca combateram para valer o EaD, procuravam apenas limitá-lo, tiveram de se dobrar à imposição irrestrita desta

Ao se subordinarem à política burguesa do isolamento social, as esquerdas, que nunca combateram para valer o EaD, procuravam apenas limitá-lo, tiveram de se dobrar à imposição irrestrita desta excrescência capitalista.

excrescência capitalista. Passaram a exigir internet a todos, equipamentos, e caíram no engodo de que ensino remoto emergencial e EaD eram coisas diferentes. Aceitaram a farsa do EaD, que aprofunda as desigualdades, exclui parcela da juventude, e só serve para abrir novos campos para a valorização do capital.

O POR combateu a farsa do EaD em cada escola e Universidade em que atua. Mais do que isso, mostrou que o rechaço consequente a esta modalidade exigia o retorno das lutas presenciais, a realização das assembleias escolares e universitárias. Este combate está cravado nas páginas do jornal Massas, em nossos folhetos e, sobretudo, na Revista.

Enquanto estamos aqui reunidos, o movimento de professores enfrenta a tentativa dos governos de impor o retorno às aulas presenciais, sem condições sanitárias. Suas direções seguem mantendo as bases no isolamento. Um isolamento que, ou não existiu, ou já se rompeu para a imensa maioria da população. Assim, mesmo as greves de professores têm sido aprovadas em assembleias virtuais. Nem é preciso dizer que tipo de greve pode sair nessas condições: passiva, atomizada e incapaz de responder aos problemas do professorado e juventude estudantil.

O POR defendeu, no meio operário, que os sindicatos e centrais chamassem as assembleias presenciais para preparar o retorno. Pois, se a condução do processo ficasse nas mãos dos patrões, a única coisa a ser preservada seria o lucro, todo o resto: vidas, empregos, salários e direitos estariam ameaçados. Só a classe ope-

rária organizada pode aprovar seu próprio plano de emergência. A assembleia presencial, com democracia operária, une a deliberação com a definição dos métodos de luta. As centrais e sindicatos, porém, se mantiveram em quarentena, enquanto a classe operária voltou às fábricas aterrorizada pelo vírus e desemprego, e desarmada politicamente.

O mesmo se aplica ao movimento da educação, é urgente retomar as assembleias, com democracia operária, no meio sindical e estudantil. Sem isso, as respostas da burguesia vão se impor. O poder econômico pressiona por dois lados: pela reabertura e pelo fim da fronteira entre presencial e EaD. A pressão pela reabertura se dá porque as escolas e faculdades privadas precisam manter sua arrecadação; e os patrões precisam que os filhos dos trabalhadores voltem às escolas para que os pais retomem seus postos. Porém, na Universidades Públicas, a maior pressão se dará em torno da manutenção do EaD, ainda mais no quadro em que o governo já anunciou mais cortes orçamentários, em um financiamento já estrangulado pela Emenda Constitucional 95, do teto dos gastos.

A movimentação do capital na educação é visível. Faz falta a existência de uma poderosa corrente proletária na educação, que consiga materializar a defesa da Educação e da juventude do ponto de vista proletário, unida à expropriação da rede privada de ensino, de todas corporações que lucram com a venda de serviços educacionais, e a criação de um único sistema público, gratuito, científico, vinculado à produção social, e sob o controle dos que estudam e trabalham.

O capitalismo em decomposição oferece apenas opções dentro de sua marcha para a barbárie social. Qualquer corrente que se disponha a administrar o capitalismo em crise pactuará com as medidas regressivas. Por isso, não nos dispomos a salvar a educação assentada no capitalismo decadente. A política proletária parte da necessidade de organizar os movimentos da educação no campo da independência de classe, rompendo com todo corporativismo e ilusão reformista.

Os ataques dos governos Federal e estaduais não entraram em quarentena por um segundo sequer. Foram amplos, abrangentes e profundos. Sairemos da pandemia, com mais miseráveis e famélicos. Relatório recente da Oxfam anunciou que, nos últimos meses de 2020, morrerão de 6 a 12 mil pessoas, por dia, de fome, número igual ou superior ao de mortos pelo Covid-19. Isso sem considerar que parte das mortes pelo Covid se deve aos organismos debilitados pela falta de nutrientes básicos. Sairemos da pandemia com um gigantesco exército de desempregados. Segundo dados do IBGE da primeira quinzena de setembro, já são 14,1% de desempregados (13,5 milhões) - entre jovens de 18 a 24 anos a taxa é de 30%, mais que o dobro - e 16,3 milhões de subocupados. Dos 26 milhões de inativos, 26 milhões disseram que gostariam de trabalhar, mas 16,3 milhões não procuram trabalho por saber que não o encontrarão. A massa de informais (34,3% dos trabalhadores) luta, dia após dia, para sobreviver. A juventude é jogada na escravidão dos aplicativos, sem jornada definida, sem salário, sem proteção contra acidentes, sem previdência social. Os que têm carteira assinada vêm os seus direitos serem destruídos de forma acelerada, com jornadas intermitentes e acordos individuais, vão se aproximando cada vez mais da condição dos informais.

Tamanha contradição de um sistema que desenvolveu as forças produtivas ao ponto de poder alimentar toda a humanidade e suprir outras necessidades, mas que condena milhões à fome, deve ser denunciada e agitada em cada porta de fábrica e bairro operário. Não para prometer as saídas assistenciais, mas sim para arregimentar essas massas “vítimas da fome” a se colocarem de pé, como diz o Hino da Internacional.

LANÇAMENTO REVISTA EDUCAÇÃO PROLETÁRIA

O grave quadro de desemprego e as notícias diárias de fechamento de fábricas precisam estar no centro da política proletária para a juventude. O combate à privatização das estatais precisa estar unido à luta contra o Future-se e outras modalidades de mercantilização da Educação. A contrarreforma administrativa, proposta por Bolsonaro, destruirá os serviços sociais de saúde, educação, dentre outros.

É preciso que a juventude veja qual é o futuro que a burguesia lhe reserva. Uma pequena parcela conseguirá ser incorporada em serviços públicos (em condições cada vez mais precárias), uma pequena parcela conseguirá se incorporar à produção social, no que restar do processo de desindustrialização. A grande maioria da juventude será despejada na informalidade e desemprego, grandes contingentes da parcela pobre e preta seguirá sendo exterminada. As meninas seguirão expostas à violência e atadas à escravidão do lar. A juventude camponesa seguirá acossada pelo latifúndio e a agroindústria, com sua miséria e violência características. Não é possível se conformar com esse destino de mutilação física e intelectual. É preciso transformar a revolta em consciência de classe, em organização revolucionária.

É importante ver, na conjuntura, que há luta, há revolta, há combatividade. Na Revista Proletária da Educação n. 10 damos especial atenção às lutas que agitaram a América Latina, em 2019. Temos de aprender com as lutas atuais e as do passado, elas são uma escola revolucionária, por isso fazemos o balanço rigoroso de todos os combates dos explorados.

A pandemia interrompeu as lutas em curso, mas não por muito tempo. Os levantes antirracistas nos Estados Unidos deram uma projeção internacional para a violência e discriminação, que mancham de sangue as ruas dos bairros operários nos Estados Unidos, Brasil. O fato das massas negras e brancas incendiarem delegacias e enfrentarem forças policiais nas ruas, em pleno pico da pandemia nos Estados Unidos, teve suas reverberações em todo o mundo, inclusive no Brasil. As direções imobilistas, porém, conseguiram desviar os atos massivos para suas finalidades eleitoreiras, transformando-os em “atos simbólicos”. Símbolos do abandono total da luta de classes.

É curioso observar que os mesmos que se escandalizavam quando o POR apontava o erro de desmarcar os atos nacionais de 18 de março, — aqueles que diziam que, para defender as vidas, deveríamos ficar em casa —, agora se aglomeram nas periferias e centros das cidades à caça de votos.

O Partido Operário Revolucionário contou com a firmeza de sua direção. Firmeza que se alicerça na estratégia da revolução e ditadura proletárias. Firmeza que nos mantém no terreno da independência de classe, enquanto as correntes centristas, sem programa, flutuam ao sabor do vento, e concluem no terreno da conciliação de classes. Enquanto os reformistas se adaptam completamente à política burguesa e com ela apodrecem. Não deixamos, por um só momento, de elaborar as repostas marxistas aos problemas da juventude oprimida. Esta revista testemunha a convicção da necessidade de derrotar ideologicamente a burguesia. Deixamos muitos recados nos muros das cidades, com colagens e pichações com esta mesma mensagem. A manutenção do trabalho nas portas de fábrica, envolvendo a juventude do partido, forja nossos militantes.

Fazemos deste lançamento da Revista proletária da Educação nº 10 mais um passo na superação da crise de direção. Pretendemos dar continuidade ao que os revolucionários do passado nos legaram, construindo o partido marxista-leninista-trotskista, e nos empenhando para reconstruir a IV Internacional, Partido Mundial da Revolução Socialista, inaugurada há 82 anos.

Nesta edição:

- 103 anos da Revolução Russa - pag 28/30
- **Bolívia:** Todos à marcha nacional fabril.
- **Bolívia:** Os operários fabris começam a se mobilizar.
- **Argentina:** O governo não tem resposta para o agravamento da crise sanitária.
- Guerra entre Armênia e Azerbaijão
- Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções

**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

103 anos da Revolução Russa

Viva a luta do proletariado internacional pelo comunismo, sociedade sem exploradores e explorados!



No dia 25 de outubro, completam-se 103 anos da revolução proletária na Rússia. Aproveitamos a data para divulgar a homenagem de Lênin ao camarada Sverdlov. Os ensinamentos da vida dos revolucionários são o guia seguro para a vanguarda com consciência de classe que trabalha pela construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Discurso em memória de I. M. Sverdlov, na sessão extraordinária do CEC de toda a Rússia

18 de março de 1919

Camaradas!

Hoje, quando os trabalhadores de todo o mundo comemoram o heroico levante da Comuna de Paris e seu trágico fim, nós acompanhamos o enterro de Iákov Mikháilovitch Sverdlov. O camarada Sverdlov conseguiu expressar, no curso de nossa revolução e em suas vitórias, mais plena e integralmente do que ninguém, os traços mais importantes e essenciais da Revolução Proletária. Precisamente, além de sua dedicação sem limites à causa da revolução, se destacou como dirigente da revolução proletária.

Camaradas, aqueles que julgam as coisas superficialmente, os numerosos inimigos de nossa revolução, e aqueles que ainda hoje vacilam entre a revolução e seus adversários, consideram que a forma enérgica, firme e implacável com que a revolução enfrentou os exploradores e os inimigos do povo trabalhador, é sua característica mais notável. Não há dúvida de que, sem essa característica, sem a violência revolucionária, o proletariado não teria vencido. Tampouco pode haver dúvida de que a violência revolucionária só é um método necessário e legítimo da revolução, em determinadas etapas de seu desenvolvimento, unicamente em condições especiais e determinadas, e que uma característica muito mais profunda e permanente desta revolução, e condição de seu triunfo, é e será sempre a organização das massas proletárias, a organização dos trabalhadores. E essa organização de milhões de trabalhadores constitui o melhor patamar da revolução, a fonte mais profunda de sua vitória. Essa característica da revolução proletária é que permitiu o surgimento, no curso da luta, os dirigentes, que melhor ma-

terializaram essa característica específica de nossa revolução, anteriormente não conhecida, isto é, a organização das massas. Essa característica da revolução proletária também possibilitou que se destacasse um homem como I. M. Sverdlov, que foi, antes de tudo e acima de tudo, um organizador.

(...) a violência revolucionária só é um método necessário e legítimo da revolução, em determinadas etapas de seu desenvolvimento, unicamente em condições especiais e determinadas, e que uma característica muito mais profunda e permanente desta revolução, e condição de seu triunfo (...)

Camaradas!

Nesses tempos tão penosos para os revolucionários, nesse período difícil e longo, em que a revolução foi se preparando com uma lentidão que, com frequência, parecia torturante, nós, os russos, sofremos, particularmente, pela contradição entre teoria, princípios, programa e atividade prática. Sofremos, mais do que ninguém, por estar excessivamente submersos na teoria, desvinculada da ação direta.

Em um período de muitas décadas, a história do movimento revolucionário russo contém uma lista de mártires, entregues à causa revolucionária, mas que não tiveram a possibilidade de aplicar seus ideais revolucionários na prática, e, nesse sentido

da revolução proletária, deu pela primeira vez a esses heróis da luta revolucionária, antes isolados, o verdadeiro terreno, a verdadeira base, o verdadeiro meio, a verdadeira tribuna e um verdadeiro exército proletário, para que pudesse revelar sua capacidade. Neste aspecto, aqueles que mais se distinguiram foram os dirigentes que, entregues à atividade prática-organizativa, souberam alcançar um posto tão excepcional e destacado, como o que conquistou e ocupou, legitimamente, I.M. Sverdlov.



Nessa impetuosa luta que é a revolução, e nesse especial posto que ocupa cada revolucionário, em um momento que a discussão surge até no trabalho do mais pequeno organismo coletivo, tem imensa importância a grande autoridade moral, que se conquista no transcurso da luta, autoridade que jamais se põe em dúvida, cuja força não emana, naturalmente, de uma moral abstrata, mas de uma moral do combatente revolucionário, da moral dos lutadores na linha de frente das massas revolucionárias.

Se considerarmos a vida desse dirigente da revolução proletária, vemos que seu notável talento organizativo foi desenvolvendo-se no curso de uma longa luta. Vemos que este dirigente da revolução proletária cultivou cada uma de suas notáveis qualidades de grande revolucionário, que passou por experiência de diversas épocas nas mais difíceis condições de atividade revolucionária. No primeiro período de sua atividade, ainda muito jovem, e quando tinha adquirido apenas consciência política, se entregou, inteiramente, à causa da revolução. Naquele período, no início do século XX, o camarada Sverdlov aparecia diante de nós como o tipo mais completo de revolucionário profissional, como um homem que tinha rompido inteiramente com sua família, com todas as comodidades e todos os hábitos da velha sociedade burguesa, como um homem que se entregou de corpo e alma à revolução, e que, durante muitos anos e, inclusive, décadas, ao passar do cárcere ao desterro, e do desterro ao cárcere, cultivou essas características que temperam revolucionários durante muitos, muitos anos.

Mas, esse revolucionário profissional jamais, nem por um só minuto, perdeu contato com as massas. Quando as condições do czarismo o condenaram, como a todos os revolucionários de seu tempo, ao desenvolver uma atividade fundamentalmente ilegal, clandestina, também nesse meio clandestino e ilegal, o camarada Sverdlov marchou sempre ombro a ombro, mão a mão, com os operários de vanguarda que, no início do século, começavam a ocupar o lugar da anterior geração de

103 anos da Revolução Russa

intelectuais revolucionários.

Foi então que dezenas e centenas de operários da vanguarda se lançaram à atividade, e adquiriram essa têmpera de aço na luta revolucionária, que, junto com o estreito vínculo com as massas, tornaram possível na Rússia uma revolução proletária vitoriosa. E é, precisamente, este longo período de atividade clandestina que, sobretudo, caracteriza o homem que interveio constantemente na luta, que jamais se desligou das massas, jamais abandonou a Rússia, que sempre atuou junto aos melhores operários, e soube se tornar – apesar daquele isolamento da vida comum, que as perseguições condenavam o revolucionário – não só em um amado dirigente dos operários, não só em um dirigente com amplos conhecimentos da tarefa prática, mas também em um organizador dos proletários de vanguarda. Alguns pensavam – e assim pensavam quase sempre nossos inimigos, ou os vacilantes – que esta completa absorção pelo trabalho clandestino, que este traço característico do revolucionário profissional o separava das massas, mas as atividades revolucionárias de I.M. Sverdlov nos demonstram quão profundamente errônea era essa opinião, e, pelo contrário, como esta entrega sem reservas à causa revolucionária, que caracteriza a

vida daqueles que passaram por muitos cárceres, e viveram o desterro nas regiões remotas da Sibéria, forjou dirigentes como estes, a flor de nosso proletariado. E quando isso se combinava com o conhecimento dos homens e com a capacidade organizativa, produzia os grandes organizadores. Os círculos ilegais, o trabalho revolucionário clandestino, o partido ilegal, que ninguém encarnava e expressava tão integralmente como I.M.

Sverdlov: esta foi a escola prática pela qual ele passou; e a única escola que lhe permitiu alcançar a posição de primeiro homem na primeira República Socialista Soviética, a posição de primeiro organizador das amplas massas proletárias.

Camaradas!

Todos aqueles que tiveram oportunidade de trabalhar, dia a dia, junto ao camarada Sverdlov, como se passou comigo, compreenderão com clareza que somente um talento organizador excepcional, como deste homem, pôde nos dar isso de que tanto, e com tão legítimo direito, nos orgulhamos até agora. Permitiu-nos realizar um trabalho harmônico, eficiente e verdadeiramente organizado, um trabalho inteiramente digno das massas proletárias organizadas, e que respondia às exigências da revolução proletária, um trabalho organizado e coerente, sem o qual não teríamos alcançado nenhum só êxito, sem o qual não teríamos vencido uma só das inumeráveis dificuldades, que enfrentamos, sem o qual não teríamos suportado uma só das duras provas pelas quais passamos, e pelas quais devemos passar agora.

Nessa impetuosa luta que é a revolução, e nesse especial posto que ocupa cada revolucionário, em um momento que a discussão surge até no trabalho do mais pequeno organismo coletivo, tem imensa importância a grande autoridade moral, que se conquista no transcurso da luta, autoridade que jamais se põe em dúvida, cuja força não emana, naturalmente, de uma moral abstrata, mas de uma moral do combatente revolucionário, da moral

dos lutadores na linha de frente das massas revolucionárias.

Se, no curso de mais de um ano, pudemos suportar as incriveis cargas, que pesavam sobre um pequeno círculo de revolucionários abnegados, se os grupos dirigentes conseguiram resolver, firmemente, rapidamente, e unanimemente os problemas mais difíceis, foi somente porque o posto destacado era ocupado por um organizador tão excepcionalmente talentoso, como Iákov Mikháilovitch Sverdlov. Somente ele reuniu, em sua pessoa, um conhecimento admirável dos dirigentes do movimento proletário; somente ele conseguiu, durante os longos anos de luta – aos quais somente pude me referir aqui brevemente – combinar a admirável sagacidade do trabalhador prático, o notável talento do organizador, e uma autoridade jamais questionada, graças à qual Iákov Mikháilovitch Sverdlov pôde dirigir de forma totalmente pessoal alguns dos ramos mais importantes do trabalho do Comitê Executivo Central dos Sovietes de Toda a Rússia, e que somente um grupo de pessoas comuns poderia realizar. Unicamente um homem como ele pôde chegar a conquistar uma posição que lhe permitia resolver, em grande parte, dos fundamentais problemas práticos de organização e de maior importância. Bastava uma só palavra, para que um problema fosse solucionado de maneira definitiva e indiscutível, sem dar lugar a deliberações nem votações formais, e todos se sentiam plenamente convencidos de que a questão tinha sido resolvida sobre a base de tais conhecimentos práticos profundos e de noção de organização, que aquela solução seria conclusiva, não só para milhares operários de vanguarda, mas também para as massas.

Há muito tempo que a história demonstrou que, no curso da luta, as grandes revoluções formam os grandes homens, bem como surgem talentos, em cujo desenvolvimento se tinha antes como impossível. Mas ninguém previa que, da escola dos círculos ilegais e do trabalho clandestino, da escola de um pequeno partido perseguido e da escola do cárcere Turukhansky, pudesse surgir um organizador do nível que conquistasse uma autoridade absoluta e inquebrantável: o organizador do poder soviético na Rússia, o homem, único pelos seus conhecimentos, que organizou o trabalho do partido que criou os soviets, que estabeleceu o poder soviético, que hoje avança por um caminho difícil, doloroso e sangrento, mas vitorioso, para todos

os povos, para todos os países do mundo.

Jamais poderemos substituir um homem assim, que tinha cultivado esse excepcional talento organizativo, se, por substituir, queremos dizer encontrar outra pessoa, outro camarada que reúna semelhantes qualidades. Ninguém que tenha conhecido de perto e tenha seguido o constante trabalho de Iákov Mikháilovitch poderá duvidar que, nesse sentido, é insubstituível. O trabalho que ele realizava como organizador, na seleção de homens, na sua designação para ocupar postos responsáveis nas mais diversas especialidades, só poderemos cumprir no futuro, se à frente de cada um dos grandes ramos, que pessoalmente dirigia o camarada Sverdlov, colocamos grupos inteiros de pessoas que, seguindo seus passos, sejam capazes de se aproximar do trabalho que esse homem sozinho realizava.

Mas, a força da revolução proletária está em que, precisamente, suas raízes são profundas. Sabemos que, para substituir aqueles que entregaram suas vidas a esta luta, a revolução

(...) estamos profundamente convencidos de que a revolução proletária na Rússia, e em todo mundo, fará surgir um grupo de homens após outro, destacará numerosos setores do proletariado e do campesinato, trabalhadores, que possuirão o conhecimento prático da vida, o talento organizador, individual ou coletivo, sem o qual o exército de milhões de proletários não poderá alcançar a vitória.

promove novos homens, talvez menos experimentados, menos conhecedores, menos preparados no começo, mas são homens amplamente vinculados às massas, e capazes de preencher os postos vacantes, deixados pelos grandes talentos que desaparecem, com grupos de pessoas convocados a continuar sua obra, a marchar pelo mesmo caminho e concluir aquilo que iniciaram. E, nesse sentido, estamos profundamente convencidos de que a revolução proletária na Rússia, e em todo mundo, fará surgir um grupo de homens após outro, destacará numerosos setores do proletariado e do campesinato, trabalhadores, que possuirão o conhecimento prático da vida, o talento

organizador, individual ou coletivo, sem o qual o exército de milhões de proletários não poderá alcançar a vitória.

A memória do camarada I.M Sverdlov não só será símbolo perene da abnegada entrega do revolucionário à sua causa e modelo de conjunção de firmeza e habilidade práticas, de estreito contato com as massas, e de capacidade para dirigi-las, mas também será, além de tudo, a garantia de que as massas cada vez mais amplas de proletários continuarão, guiadas por este exemplo, seu avanço para a vitória total da revolução comunista mundial.

(Extraído das Obras completas, Lênin, tomo XXX, Akal Editor)

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Bolívia

Todos à marcha nacional fabril

Unidade de todos os trabalhadores para barrar o governo e a patronal que querem descarregar a crise sobre nossas costas

A rebelião das bases fabris está atropelando a burocracia sindical, que já não pode conter o protesto dentro dos limites do legalismo burguês. É uma rebelião genuína das bases, que nada tem a ver com as manobras dos politiquinhos eleitoreiros, que se valem de milhões de dólares, insultando as penúrias do povo trabalhador.

As contradições internas ao débil governo de Añez vêm precipitando renúncias de ministros, desnudando a incoerência e incapacidade de um governo refém da pressão da patronal, e o crescente descontentamento popular, que vem superando os medos, que, até há pouco, foram um freio ao desencadeamento de uma convulsão social.

A crise econômica e a pandemia golpeiam duramente a maioria empobrecida do país. Os empresários, com o aval do governo, aplicam medidas antioperárias: demissões, redução salarial, fechamento de postos de trabalho, etc. Ao mesmo tempo, recebem todo tipo de facilidade. Somente o povo trabalhador está suportando as consequências da paralisação da economia, as ações legais diante do Ministério do Trabalho são inúteis, diante de um governo cínico, que não respeita as suas próprias disposições legais.

Aos trabalhadores, só resta a unidade na luta, para impedir que a burguesia descarregue a crise sobre as nossas famílias.

Os trabalhadores demitidos de todos os setores devem

somar à Marcha Nacional Fabril, que partirá de SENKATA, nesta quarta-feira, para fazer valer o nosso direito à vida e ao trabalho

Unificar a nossa luta em torno de uma plataforma de reivindicações que expresse as exigências de todos os setores:

- Defesa da estabilidade trabalhista;
- Reintegração imediata dos demitidos;
- Rechaço aos cortes de salários e direitos trabalhistas;
- Salário mínimo vital;
- Fábrica fechada deve ser estatizada, sob o controle operário coletivo;
- Garantia de equipamentos de biossegurança para todos os médicos e trabalhadores da saúde. Apoio à reivindicação de aumento de 10% do orçamento para a saúde pública;
- Nacionalização dos bancos, empresas de telecomunicações e clínicas privadas;
- Defesa da educação pública, universal e gratuita a cargo do Estado.

Com o POR ao socialismo

(Extraído do jornal Massas Extra, 20 de setembro de 2020, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia

Os operários fabris começam a se mobilizar

Chegou o momento de transformar a luta sindical em luta política

Nos últimos dias, superando o imobilismo da burocracia sindical abertamente comprometida com a patronal, a pressão dos trabalhadores fabris demitidos forçou a Confederação de Fabris a convocar uma marcha nacional, no início de outubro, exigindo que o governo respeite os seus próprios decretos que proíbem a demissão de operários e o fechamento de fábricas durante a pandemia (e depois da pandemia? Massacre velado?). Os empresários não acatam a denominada normativa, e o Ministério do Trabalho é cúmplice dos patrões, não move um dedo para garantir o cumprimento

da norma.

A marcha, imediatamente, ganhou o apoio dos trabalhadores de outras empresas que, mesmo que conservem os seus postos de trabalho, estão sofrendo a pressão da patronal, no sentido de limitar os seus benefícios sociais, reduzir ou parcelar os salários, tudo com o argumento de que as empresas estão quase quebradas, e exigem o sacrifício dos trabalhadores para manter as empresas funcionando.

As mobilizações em Santa Cruz, Cochabamba e La Paz têm sido massivas e têm levantado a bandeira de unidade

de toda a classe para se defender dos inevitáveis embates da crise econômica que, dia após dia, está golpeando cada vez mais forte. Somente com a unidade dos trabalhadores é possível a defesa de seus postos de trabalho e suas conquistas econômicas e sociais.

Como uma resposta desafiante dos empresários – que sabem melhor do que ninguém que têm plena liberdade para pisotear os trabalhadores, por estarem indefesos diante da posição patronal das direções sindicais, cooptadas pelo MAS, e da cumplicidade do governo –, nesse mesmo dia, ocorria a demissão de mais trabalha-

dores, como no caso da fábrica de Chocولات Para Ti, que entregou suas cartas de demissão a todos os seus trabalhadores, que tinham se sindicalizado contra a vontade patronal. Ocorreu o mesmo com os dirigentes do sindicato Vita.

Inevitavelmente, os movimentos surgem de maneira setorial em cada empresa, e adquirem inicialmente um conteúdo sindical na relação com seus patrões particulares. Essa limitação carrega no seu interior a tendência à dispersão na ilusão de que se possam resolver os seus problemas no terreno legal e nas negociações intermináveis com os empregados de cada fábrica. Essa forma de conceber as atuais condições da luta parte da incompreensão de que a crise econômica é um fenômeno que emerge do esgotamento do capitalismo, e que estremece as entranhas do sistema em seu conjunto. Nesse sentido, não há solução possível no marco puramente sindical, que é essencialmente setorial.

Os trabalhadores mobilizados devem dar saltos em sua consciência, ao constatar a necessidade de transformar os movimentos puramente sindicais em luta política, voltada ao enfrentamento com o Estado burguês. Dessa maneira, a luta setorial pelos objetivos limitadamente imediatos, se transformará em luta de classes. Que coloque em xeque o Estado, obrigando-lhe a dar respostas globais a todos os problemas emergentes da crise econômica. Esta luta política, inevitavelmente, conduzirá os explorados e oprimidos a colocarem em questão o destino do regime social imperante.

Uma das consignas que, inquestionavelmente, se coloca como resposta concreta à crise econômica é a ocupação das fábricas, que se declarem em quebra, e daquelas que pretendem chantagear os trabalhadores com a ameaça de seu fechamento, se os operários persistirem na defesa de seus direitos. Essa medida subverte a ordem social capitalista, por-

que está colocando a destruição da propriedade privada e sua transformação em propriedade social. Consigna que, a princípio, pode parecer como extremamente ousada e irrealizável para os trabalhadores, mas que, no processo, se transformará em uma necessidade, porque se esgotaram todas as possibilidades de encontrar respostas à necessidade de sobrevivência dos trabalhadores e de suas famílias.

A ocupação dos locais de trabalho somente se pode consumir, efetivamente, no marco da mobilização geral e unitária. Somente nestas condições, os trabalhadores poderão ganhar confiança em suas próprias forças (ação direta), rasgando os papéis imprestáveis da lei burguesa, que exige o respeito à grande propriedade privada dos meios de produção.

(Extraído do jornal *Massas Extra*, 5 de outubro de 2020, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

O GOVERNO NÃO TEM RESPOSTA PARA O AGRAVAMENTO DA CRISE SANITÁRIA

Nas últimas semanas, a Argentina ingressou ao ponto mais crítico da pandemia. Com mais de 12 mil contágios por dia, e uma média de 300 mortes diárias. Várias cidades e províncias estão no limite de sua capacidade de atendimento, porque já não há leitos de terapia intensiva, ou não há suficiente pessoal de saúde para atender esses leitos.

É evidente que a estrutura sanitária não é suficiente para atender a crise. A consequência será o abandono dos pacientes mais graves, e o incremento dos índices de letalidade e mortalidade. O assunto é bem concreto. A demora para atender pacientes críticos provocará sua morte, ou sérios comprometimentos à sua saúde.

Fica evidente que o “tempo ganho” não serviu para equipar-se com todos os recursos necessários para quando chegasse o momento crítico. Foram meses em que se deveria ter preparado o sistema sanitário no interior do país, onde ocorreu a maior devastação das últimas décadas.

Em Buenos Aires e Grande Buenos Aires, o sistema não colapsou ainda, mas a situação dos trabalhadores está chegando ao limite, sem terem suas reivindicações salariais atendidas, irregularidades trabalhistas, alto percentual de trabalhadores contaminados e mortos, e altíssima fadiga, devido à elevada quantidade de casos. Ainda por cima, quando os enfermeiros reclamam, são brutalmente reprimidos.

A questão da saúde é um assunto nacional. A responsabilidade pela política sanitária não pode ficar nas mãos de um

governador ou do prefeito. Podem avaliar-se particularidades regionais, mas a responsabilidade central é do governo nacional. Agora que a crise estourou da pior forma em várias províncias, o governo nacional quer tirar o corpo fora, forçando o entendimento que os responsáveis são as autoridades locais. O governo que alardeava de federalista, quando se federalizou o vírus, desapareceu de cena.

A questão da saúde é um assunto nacional. A responsabilidade pela política sanitária não pode ficar nas mãos de um governador ou do prefeito. Podem avaliar-se particularidades regionais, mas a responsabilidade central é do governo nacional.

O governo nacional é responsável por essa situação. Durante meses, tentou convencer-nos de que éramos campeões mundiais no combate ao vírus, em longas conferências com o governador da Província e da cidade, com a presença de cientistas, explicando a toda hora as curvas, as estatísticas e as medidas que se estavam tomando. Explicavam que na metade do país não havia circulação do vírus, e que se vivia numa quase “normalidade”.

Já não há mais conferências, desapareceram os médicos, infectologistas, e inventam qualquer pretexto para fugir às suas responsabilidades. O crime contra o sistema de saúde vem de longe. Foi municipalizada para reduzir o orçamento, e facilitar o avanço da medicina privada. Esta política de tipo “neoliberal” nunca foi anulada. O kirchnerismo não combateu a

municipalização da saúde e educação, embora tivesse maioria no Congresso, ampla maioria de governadores, e 12 anos contínuos no governo. Fica evidente, não apenas que o vírus afeta mais os pobres e miseráveis, mas cresce a desigualdade entre o centro do país e o interior.

Não é resposta simplesmente afirmar quanto aumentaram o orçamento e o gasto, em comparação com Macri. Fazer essa comparação é pretender nos enrolar. O que deveriam fazer era usar todos os recursos para preparar os municípios mais pobres com as instalações, equipamentos e pessoal, para enfrentar a pior contingência que pudesse ocorrer. Se o vírus chegou da China, como não haveria de chegar a Jujuy, a Rio Negro, Mendoza, Santa Fé? O que lhes fez pensar que estavam imunes? Esta incapacidade do governo se reflete em cada área governamental. Não está disposto a meter a mão na grande propriedade, nos super milionários, de modo a confiscar todos os recursos de que precisa para evitar este colapso, que se agravará nas próximas semanas.

A ideia de estávamos bem, que tudo estava sob controle, que se atingiria o pico em junho ou julho, fracassou. Quiseram adaptar a realidade as suas mesquinhas.

Com a apresentação do orçamento para o próximo ano ocorre a mesma coisa, revelando que não se preveem os recursos necessários para áreas vitais, sequer para recuperar os salários atrasados dos trabalhadores do Estado, entre eles os da saúde.

A CGT, que abandonou todas as reivindicações dos trabalhadores, só pensa fazer uma demonstração no mês que vem... para apoiar o governo. Será acompanhada pelas CTAs, e os movimentos de desempregados. Suas direções dão as costas às reivindicações de milhões de trabalhadores, cada vez mais desesperados pela destruição dos seus empregos e a perda do poder aquisitivo dos salários e aposentadorias, ou exigindo auxílios que não dão nem para comer. Dão as costas às milhares de famílias, que ocupam terrenos, e são ameaçadas de despejo.

Há uma saída, mas é de outra classe. Da classe operária, que não tem nenhum compromisso com a grande propriedade, nem com os bancos, nem com os mais ricos. Para dar resposta aos problemas mais urgentes, é preciso um plano de emergência, que nacionalize os bancos e o comércio exterior, desconheça a dívida e o FMI, expulse as multinacionais dos setores vitais da economia, que anule as reformas impostas pelo capital financeiro nos últimos 40 anos, e que nenhum governo teve coragem de anular (privatização massiva de empresas e recursos, lei de entidades financeiras, reformas da saúde e educação). Para que isto se materialize, é necessária uma revolta nacional dos oprimidos. Para isso, é preciso recuperar todos os sindicatos e todas as organizações e pôr em pé o partido revolucionário, que estamos construindo desde o POR.

(Extraído do Jornal Massas, nº 378, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Guerra entre Armênia e Azerbaijão

Manifestações da decomposição capitalista

Em 27 de outubro, foi declarada a guerra entre Armênia e Azerbaijão. O choque se iniciou pelo controle da autodenominada República de Nagorno-Karabakh, uma província do país azeri. Após a guerra de 1988-1994, passou para o controle dos armênios.

Passadas duas semanas de confrontos, centenas de militares e dezenas de civis, de ambos os lados, tombaram, vítimas dos bombardeios. Há uma ofensiva política e diplomática da Rússia, França e OTAN, para que se imponha um cessar fogo bilateral.

O Azerbaijão coloca como condição que Nagorno-Karabakh retorne ao controle azeri. O que é rejeitado pela Armênia e o governo autônomo da região sob a disputa. Tudo indica, portanto, que continuará a se agravar a escalada militar. Observa-se que foi declarado o “Estado de guerra” em ambos os países, que significa a mobilização das forças militares em reserva, e a virtual submissão de inúmeras funções políticas e legislativas às diretrizes e ordens dos altos comandos militares.

Raízes históricas

O Estado operário, sob direção dos bolcheviques, passava a constituir uma referência revolucionária às nações e movimentos revolucionários do Cáucaso, que combateram a opressão nacional por séculos, contra o império czarista, de um lado, e o Império Otomano, de outro.

Após a derrota do Império Otomano (responsável por um dos maiores genocídios conhecidos na história, em que se massacraram 1,5 milhão de armênios), na Primeira Guerra Mun-

dial, pelas mãos do imperialismo, bem como a derrocada do czarismo, e a posterior derrubada do governo de Kerenski, a Armênia e Azerbaijão aproximaram-se da Revolução Russa, que se firmava, após três anos de cruenta guerra civil.

No Congresso de Baku, de 1920, se decidiu pela integração das nacionalidades e etnias do Cáucaso ao objetivo da construção das bases federativas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Armênios e azeris concordaram com que Nagorno-Karabakh, por séculos uma província de Azerbaijão, se integrasse à República Socialista azeri, mas lhe garantindo uma grande autonomia.

Somente a revolução proletária criaria as condições para que as nações e etnias, oprimidas por séculos, conquistassem o livre direito de se disporem de si mesmas. O que foi possível pelo fortalecimento dos laços internacionalistas do proletariado, e de sua aliança com o campesinato de ambos os países na construção das bases econômicas, políticas e sociais, da transição do capitalismo ao socialismo.

A contrarrevolução estalinista destruiu esses alicerces, e na medida em que a burocracia grão-russa se vai consolidando, e passa a defender seus interesses de casta – que se apoiavam no usufruto das gigantescas capacidades produtivas da URSS – passa imediatamente a desmontar a união livremente consentida, substituindo-a pela centralização ditatorial das nações e etnias. De forma que a livre associação de repúblicas em uma federação de países, sobre a base da propriedade social coletiva, foi trocada pela centralização administrativa e militar, sob o chicote da burocracia russa.

Percurso recente do conflito

Apesar de constituir uma província com elevada autonomia política e cultural do Azerbaijão, até 1991, quando das manifestações das tendências desagregadoras da URSS, Nagorno-Karabakh passaria a ser um centro dos conflitos étnicos, esmagados pelo punho de ferro da burocracia estalinista.

Em 1988, foi deflagrada a guerra pelo controle de Nagorno-Karabakh. Por sua vez, foram essas mesmas condições de desmantelamento da rígida centralização burocrática grão-russa que impulsionariam a região sob disputa a exigir sua incorporação à Armênia. Alastrando-se por 6 anos, o conflito resultou em 25 mil mortes, milhões de refugiados, e “limpezas étnicas”.

Quando, em 1991, finalmente, dissolve-se a URSS, e como aconteceu com tantas outras ex-repúblicas soviéticas, foi o momento do Azerbaijão e Armênia declararem sua independência nacional. A desagregação das fronteiras estabelecidas pela URSS possibilitou que Nagorno-Karabakh se declarasse uma República independente. Mas, foi a vitória da Armênia, em 1994, que obrigou o Azerbaijão a aceitar o cessar fogo, e compactuar com a criação da “República de Nagorno-Karabakh”.

Essa resolução do conflito apenas atrasou a explosão de novos choques. Sob as novas condições mundiais de agravamento da guerra comercial e decomposição capitalista, os conflitos étnicos, nacionais e religiosos passaram a servir às forças econômicas e militares regionais e mundiais para ampliar seu controle sobre regiões estratégicas.

Está aí por que, apesar do cessar fogo definitivo e da formação do Grupo de Minsk, para arbitrar nos conflitos entre as repúblicas que formaram a URSS, a ofensiva imperialista para impor seu controle na região projetou a retomada dos enfrentamentos. É o que se passou em abril de 2016, e agora.

Tendências mundiais

O salto qualitativo nos choques bélicos conflui com a crescente importância econômica e geográfica dessa região. Passam na região os oleodutos, que ligam a Europa ao Oriente Médio, além de ser rica em recursos naturais. No entanto, são as condições de desagregação capitalista mundial, que empurram as potências regionais e mundiais a irem definindo, como e quando, intervir nas regiões e países, em que os conflitos étnicos transformam-se em choques bélicos.

É nesse sentido que a permanência das tendências desagregadoras nas ex-Repúblicas Socialistas serve à intervenção do imperialismo, que se vale dos conflitos étnicos e nacionais. É o que se passou na Bósnia, Abkházia, Ossétia do Sul, Ucrânia e, mais recentemente, na Bielorrússia. Essas movimentações, por sua vez, incentivam as potências regionais (Turquia e Irã) a agirem e intervirem, direta ou indiretamente, visando a obter força, para negociar com o imperialismo e a burocracia russa seus interesses particulares.

Esse passo já foi dado pela Turquia, que passou a contar com a participação militar nos combates, ao lado do Azerbaijão. A Rússia, que conta com uma base militar, centenas de tanques e aviões de combate na Armênia, ainda hesita em agir diretamente. A intervenção da França, por sua vez, visa a preservar seus interesses no país, que vêm crescendo, após a queda, em 2018, do governo pró-russo, mediante um amplo movimento das massas.

A guerra entre Armênia e Azerbaijão, como se vê, é parte dos conflitos nacionais, das guerras civis e dos choques étnicos, que vêm servindo ao agravamento do intervencionismo das potências, procurando, ora preservar seus interesses, ora modificar as relações e esferas de influência, que surgiram como resultado da divisão do mundo após a Segunda Guerra Mundial. O que agiganta as tendências bélicas que nascem e se alimentam da decomposição do capitalismo.

Política proletária



(...) a autodeterminação e independência nacionais, bem como a resolução dos conflitos étnicos, pela via da consolidação da livre união dos povos emancipados da opressão imperialista, somente podem se realizar sob a República Soviética.

O fundamental reside em compreender que a autodeterminação e independência nacionais, bem como a resolução dos conflitos étnicos, pela via da consolidação da livre união dos povos emancipados da opressão imperialista, somente podem se realizar sob a República Soviética. A desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se deu como resultado do processo de restauração capitalista, que se iniciou com o revisionismo estalinista, e tomou forma com o agigantamento da burocracia contrarrevolucionária. Na base dos choques e guerras entre as ex-Repúblicas Soviéticas está a restauração das relações capitalistas de produção e influência do imperialismo.

A retórica nacionalista, religiosa e étnica entre armênios e azeris, não faz senão ocultar interesses burgueses, que impedem voltar as armas contra o imperialismo opressor e saqueador. Não há como garantir a autodeterminação de uma nação oprimida e estabelecer cooperação entre os povos débeis, como é o caso dos armênios e azeris, a não ser pela luta comum contra a dominação imperialista, pelo socialismo e pela revolução mundial.

Coloca-se como tarefa urgente a necessidade de reerguer a direção revolucionária, marxista-leninista-trotskista, destruída pelo estalinismo, sobre as bases programáticas da revolução e do internacionalismo proletários. As massas oprimidas, que formam a maioria dos armênios e azeris, têm de se erguer contra a guerra fratricida, pôr abaixo a casta burocrático-burguesa, e rechaçar qualquer interferência das potências. A classe operária mundial deve se colocar pelo fim da guerra e pela retomada do curso de construção socialista, interrompido com o processo de restauração capitalista, desde a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Nossa bandeira: Pela união dos povos oprimidos em armas contra o imperialismo!



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas*, nº 620, expusemos as considerações de Lênin, que constam do texto “*Reunião de ativistas do partido de Moscou*”, 27 de novembro de 1918. Em sua essência, se encontram as formulações da tática para a situação em que se transita, da guerra civil e dos perigos do intervencionismo imperialista, para as tarefas de edificação das bases socialistas da república soviética. Do período extenuante da guerra imperialista e da guerra civil, era preciso unificar em torno do proletariado os camponeses pobres, e, para isso, o governo soviético e o partido bolchevique teriam de dar passos no sentido de superar o maior de todos os perigos, que era a miséria e a fome. O que implicava, inicialmente, reconstituir as bases econômicas em grande medida comprometidas pela guerra.

Lênin dirigia inteira atenção às questões práticas, voltadas a movimentar a produção e a vida social, sob a perspectiva do socialismo. Mas, não descuidava da luta internacional do proletariado, em particular, na Europa. Insistia que a revolução mundial condicionava o desenvolvimento da revolução socialista na Rússia, que padecia do atraso econômico e social. Lênin repete a importância fundamental que foi a aplicação da tática de ganhar tempo, obtido com o acordo de Brest-Litovsk. O fato de a pequena-burguesia, que tinha por expressão o menchevismo e o socialismo revolucionário, não mais poder se agarrar na “*ilusão de que os ingleses, os franceses e os norte-americanos representavam a verdadeira democracia*”, demonstrava que o regime soviético havia obtido uma importante vitória, que lhe permitia uma mudança tática, não mais apoiada, em grande medida, nos “*métodos da guerra*”.

Derrotados a burguesia e os latifundiários, bem como afastado o perigo imediato da ofensiva imperialista, tratava-se de unificar os pobres do campo em torno à política do proletariado, e deslocar os democratas pequeno-burgueses para as tarefas de reconstrução da economia. Diz Lênin: “*Seria melhor se não tivéssemos de construir o socialismo com os elementos que nos foram legados pelo capitalismo. Mas, essa é a dificuldade da construção socialista – temos de construir o socialismo com elementos completamente corrompidos pelo capitalismo. A dificuldade de transição é que está vinculada à ditadura que somente pode exercer uma classe: o proletariado. Por isso, dizemos que o proletariado dará o exemplo, quando tenha sido preparado e transformado em uma força de combate capaz de esmagar a burguesia. Entre a burguesia e o proletariado há uma grande quantidade de grupos transitórios, com os quais nossa política deve continuar agora os caminhos previstos em nossa teoria, e que agora estamos em condições de levar à prática. Temos de*

resolver uma série de problemas, chegar a uma série de acordos e indicar tarefas técnicas que nós, como poder proletário dominante, devemos saber estabelecer. Devemos saber demonstrar ao camponês médio uma tarefa: ajudar no intercâmbio de mercadorias e no desmascaramento do Kulak; e outra, aos cooperativistas: eles dispõem do aparato para distribuir os produtos de forma massiva; portanto, devemos tomar posse desse aparato. Aos intelectuais, há que indicar outra tarefa completamente distinta; não podem continuar com sua sabotagem, e seu estado de ânimo é tal que, agora, adotam uma posição de boa vizinhança em relação a nós”.

Explica: “*Estamos construindo nosso Estado com os elementos que o capitalismo nos deixou. Não podemos construí-lo, sem utilizar essa herança da cultura capitalista, que são os intelectuais. Agora, estamos em condições de tratar a pequena-burguesia como um bom vizinho, que se encontra sob o estrito controle do*

Estado. A tarefa do proletariado com consciência de classe é compreender que sua dominação não significa que seja ele mesmo quem deve realizar todas as tarefas. Quem pensa assim, não tem a menor noção de construção socialista, não aprenderam nada em um ano de revolução e de ditadura. Gente assim, ou melhor, que poderia fazer é ir à escola e aprender algo; mas quem aprendeu algo durante este período, dirá a si mesmo: esses intelectuais são pessoas que utili-

zaremos agora para a construção. Pois, tenho suficiente apoio no campesinato. E devemos recordar que somente nessa luta, em uma série de acordos e de acordos de prova, entre o proletariado e os democratas pequeno-burgueses, elaboraremos a série de acordos e de acordos de prova entre o proletariado e os democratas pequeno-burgueses, elaboraremos a forma de construção que conduzirá o socialismo”.

Lênin retorna a situação da revolução na Europa, para mostrar que a construção do socialismo, no período de transição, que predominava objetivamente na república dos soviets, dependia do desenvolvimento da luta de classes mundial. Argumenta: “*A revolução na Europa Ocidental, revolução que segue nosso exemplo, nos fortalecerá ... A revolução alemã se desenvolve da mesma forma que a nossa, mas em um passo mais veloz. Em todo o caso, nossa tarefa consiste em travar uma luta tenaz contra o imperialismo anglo-norte-americano. Precisamente, por que sente que o bolchevismo se tornou uma força mundial, trata de nos estrangular o mais rápido possível, com a esperança de combater primeiro os bolcheviques russos, e depois, aos próprios aliados*”.

Era, portanto, necessário fortalecer as bases da construção socialista, que se originaram da revolução de outubro de 1917. O êxito dependia também do acerto da política interna e da nova tática a ser aplicada.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXX, Akal Editor)